



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013

INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o disposto na alínea e) do nº 2 do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificados no nº 2, do ponto 2 - Considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que dele faz parte integrante, e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

O relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação sobre a entidade a que respeita.

Através dos quadros-resumo, diagramas e demais indicadores de análise apresentados procura-se espelhar aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo camarário na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos Municípios de Mangualde em particular, devidamente balizada no quadro de competências das Autarquias Locais.

Este relatório inicia-se com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2013, segue-se a informação financeira e a proposta de aplicação de resultados.

Por outro lado,

Dando cumprimento à obrigatoriedade do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, em que “ *Todos os municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL* ”, bem como o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, “ *Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro*”, anexa-se o “Relatório de Execução do PAEL / PAF e PSF – Execução - 2013”.



M.
A. M. M.
R. M.
J. M.

1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2013

Mais uma vez, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a atividade desenvolvida pelo Município de Mangualde centrou-se numa relação de proximidade entre o serviço público e o munícipe, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida dos mangualdenses.

Nesse sentido, foram abrangidos vários domínios da esfera pública e da competência inerente ao município.

As atividades foram desenvolvidas nos seguintes domínios:

- ⇒ COMUNICAÇÃO E IMAGEM
- ⇒ OBRAS ESTRUTURANTES
- ⇒ EDUCAÇÃO
- ⇒ INTERVENÇÕES DE DOMÍNIO MUNICIPAL E FREGUESIAS
- ⇒ AMBIENTE
- ⇒ DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- ⇒ TURISMO E LAZER
- ⇒ DESPORTO
- ⇒ AÇÃO SOCIAL
- ⇒ CULTURA E PATRIMÓNIO
- ⇒ ATENDIMENTO MUNICIPAL
- ⇒ PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA
- ⇒ REDE VIÁRIA
- ⇒ URBANO E PAISAGÍSTICO
- ⇒ ÁGUA E SANEAMENTO



Handwritten signature in blue ink, likely of a municipal official, located in the bottom right corner of the page.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Desde 2010 que se tem implementado uma nova dinâmica na vida e dia a dia do município no que concerne à Comunicação e Imagem. Comunicar é um aspeto fundamental num mundo mediatizado como o atual. Neste domínio é importante que o munícipe tenha acesso a informação sobre a atividade municipal.

Nesse sentido, e como tem vindo a ser habitual, definiu-se um plano de comunicação para 2013, para que se pudesse projetar toda a atividade de destaque no concelho de Mangualde e dessa forma colocar Mangualde no mapa mediático e geopolítico do concelho e do país. Com este plano conseguiu-se também trazer para Mangualde notoriedade e prestígio fazendo da marca de Mangualde uma marca mais forte.

Resumindo, através do nosso relatório “media value de 2013”, Mangualde e o seu município foram referenciados por 1 507 vezes. A instituição e a região viram assim enaltecida a sua imagem, o seu nome e os seus costumes. Com estes números podemos partir para uma análise meramente estatística, que nos reporta para uma média de 126 notícias por mês, cerca de 31 matérias por semana e 4,5 por dia, o que reflete bem a presença permanente e constante de ‘Mangualde’ nos media.

A atividade da câmara não passou despercebida em alguns dos OCS de prestígio a nível nacional [JN, DN, Vida Económica, Diário Económico, SOL, Expresso, Visão, Correio da Manhã, Público, Jornal i, Destak, Metro, entre outros] que noticiaram matérias relacionadas com a atividade desenvolvida pela instituição. De sublinhar ainda a massiva e prestigiante projeção alcançada através das várias estações de televisão [RTP 1, RTP Informação, Sic, Sic Notícias, TVI, TVI 24, RTP 2, entre outras]. Assim sendo, podemos afirmar que a informação que importava passar para a opinião pública foi realizada não só a nível local [Diário de Viseu, Mangualde Online, Renascimento, Notícias de Viseu, Diário as Beiras, entre muitos outros], mas também a nível nacional.

Importa ainda para análise mencionar que o espaço publicitário necessário para o assessorado igualar o impacto de ‘Mangualde’ na Imprensa, TV e Online representaria um investimento de mais de 13 milhões e 215 mil euros. Além de traduzir um investimento que se revelou eficaz financeiramente, veio aumentar o alcance mediático de Mangualde tornando o concelho numa região de referência e cada vez mais conhecido e reconhecido junto da opinião pública de norte a sul do país.

De referir ainda a edição trimestral da agenda cultural «Mangualde Atual» onde são veiculadas todas as atividades, eventos, do trimestre correspondente.

Uma forma de comunicação breve mas permanente é a mensagem que a autarquia coloca mensalmente no recibo da água. São breves palavras mas servem para divulgar ações e eventos municipais de relevo para os munícipes.

Paralelamente a este trabalho foram promovidas ações de formação para atendimento ao público e melhoria dos canais de comunicação interna entre funcionários e melhoria de imagem de alguns departamentos do município e equipamentos.

De forma a promover a redução do uso de papel como suporte de informação e arquivo, potenciando um aumento de produtividade e qualidade no atendimento ao Munícipe, a Câmara Municipal de Mangualde apostou numa gestão documental mais eficaz através do suporte digital SGD – Sistema de Gestão Documental.

Em 2013 nasceu o novo site da Câmara Municipal de Mangualde (www.cmmangualde.pt). Numa aposta cada vez maior na proximidade com os cidadãos, a autarquia mangualdense levou a cabo uma reestruturação do seu site, tornando-o mais apelativo e permitindo maior facilidade na navegação. O site tem agora um ambiente mais moderno, com muitas fotografias e um grande dinamismo.

Várias informações sobre o município estão assim disponíveis aos cidadãos: Órgãos Autárquicos, Município, Freguesias e SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública. Áreas como o Ambiente, Apoio ao Município, Cantinho dos Animais, CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, Consumo de Água, GAA – Gabinete de Apoio ao Agricultor, Gabinete Técnico Florestal, GAPRE – Gabinete de Apoio a Portugueses Residentes no Estrangeiro, GIP – Gabinete de Inserção Profissional, Mangualde FINICA, Metrologia, Projeto "A minha rua", Sapadores Florestais, Segurança e Proteção Civil e Sistema de Informação Geográfica (SIG) são alguns dos serviços com informação disponibilizada.

Ligação ao site do turismo, da Biblioteca Municipal, da LiveBeach e ligação às redes sociais do município (facebook, twitter e youtube), bem como possibilidade de subscrição de RSS na página são alguns dos mecanismos que tornam este site mais dinâmico e adaptado às necessidades dos cidadãos cada vez mais adeptos das novas tecnologias. Esta nova plataforma disponibiliza também uma secção de eventos, informação sobre o estado do tempo e as farmácias de serviço.

Mangualde tem, a partir de 2013, **acesso gratuito à internet**. Num projeto promovido pela Câmara Municipal de Mangualde, com a ajuda de apoios comunitários, estão agora **disponíveis gratuitamente três pontos de acesso à internet (Wi-Fi)**: centro da cidade (Largo Dr. Couto e Largo do Rossio); equipamentos desportivos e culturais (Biblioteca Municipal de Mangualde e Piscinas Municipais); e zona turística (Monte do Senhora do Castelo). Esta é apenas a primeira fase deste projeto, que se traduz numa aposta clara na inovação, nas novas tecnologias de informação e comunicação, no aumento das potencialidades turísticas e na modernização dos serviços e do concelho.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, located in the bottom right corner of the page.

OBRAS ESTRUTURANTES

Em 2013, o executivo continuou a desenvolver um conjunto de obras estruturantes em todo o concelho com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes.

Assim durante 2013 podemos referir as seguintes intervenções:

Requalificação da Avenida da Senhora do Castelo; construção de ETAR de Sta. Luzia; construção do CIDEM - Centro de Inovação e Desenvolvimento Empresarial de Mangualde; construção da Unidade de Saúde Familiar; execução de trabalhos de requalificação da malha urbana com a pintura de sinalização horizontal nos principais eixos rodoviários; Requalificação do mercado municipal.

De sublinhar a **discussão pública do PDM - Plano Director Municipal**. Após 12 anos desde o início do processo de revisão do PDM do concelho de Mangualde, o documento esteve oficialmente aberto à discussão pública. A população teve assim a possibilidade de consultar os diferentes documentos que constituíam o processo de revisão do PDM e, principalmente, esclarecer todas as dúvidas em relação ao enquadramento dos seus prédios.

A **construção do CIDEM - Centro de Inovação e Dinamização Empresarial de Mangualde** arrancou no passado em junho, no âmbito do projeto RUCI Viseu | Dão Lafões, e irá nascer no antigo edifício do Grémio. Este projeto de reabilitação urbana da Câmara Municipal de Mangualde tem como parceiros, Patinter SA, Felmica SA, Peugeot Citroen Automóveis Portugal SA e Sonae Indústria SA, e terá um investimento de 500 mil euros, com uma comparticipação de 85%. Ao abrigo deste projeto, Mangualde lança assim uma oferta integrada de acolhimento empresarial em espaço urbano, com gestão integrada, vocacionada para atividades centradas em serviços baseados na criatividade e novas profissões.

EDUCAÇÃO

A educação sempre foi um tema fundamental da ação autárquica deste executivo. As intervenções espelhadas no terreno e as reformas administrativas na reorganização educativa representam o maior investimento de sempre no concelho de Mangualde.

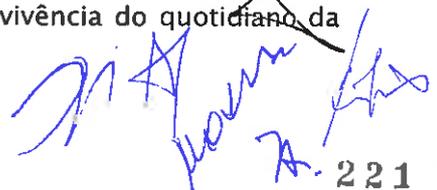
Das várias ações destacamos:

Apresentação do livro de Fernando Marques Pereira, intitulado «Angelina... uma luz ao fundo do espelho»; ação de educação para a saúde no âmbito do projeto «Saber Escolher»; iniciativa «Aprender em Festa» - Cinema para as Escolas; iniciativa JOTA/JOTI ("Jamboree On The Air" e "Jamboree On The Internet") dedicada ao tema "Vamos partilhar"; «Leituras Enfeitadas»; concurso literário «Pai Presente»; etc.

No dia 1 de junho (**Dia Mundial da Criança**), a Câmara Municipal de Mangualde, em parceria com a Junta de Freguesia de Mangualde, dedicaram o dia aos mais pequenos. Assim, no Largo do Rossio, em Mangualde, mais de 1300 crianças participaram em diversas atividades direcionadas especialmente para elas num dia cheio de animação. O momento da largada de balões contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, João Azevedo, e do Presidente da Junta de Freguesia de Mangualde, Bernardino Azevedo.

A leitura voltou a andar pelas ruas de Mangualde de 11 a 15 de março. A «Semana da Leitura» andou pelas escolas, bibliotecas, livrarias, cafés, montras... e, por todo o lado, a autarquia mangualdense assinalou a importância que a leitura tem nas nossas vidas. A iniciativa, promovida pela Biblioteca Municipal de Mangualde e pelas Bibliotecas escolares, envolveu professores, alunos, técnicos de biblioteca e a comunidade em geral.

Em março, os alunos do 9º ano do Concelho de Mangualde puderam "Ser por um dia..." e vivenciar o dia-a-dia da profissão escolhida. A iniciativa da Câmara Municipal de Mangualde contou com o apoio do Agrupamento de Escolas de Mangualde. Inserida no âmbito do Plano de Ação 2013, da Rede Social de Mangualde, esta ação, que decorreu de 11 a 14 de março, tinha como principal objetivo aproximar os alunos da realidade de trabalho, promovendo a vivência do quotidiano da



221

profissão escolhida por cada um dos alunos selecionado pelo Agrupamento de Escolas de Mangualde. De forma a implementar o projeto, os alunos foram acolhidos por instituições e profissionais que os acompanharam nesta aventura: GNR, Advogado Rui Pires da Silva, Dr. Ricardo Ângelo, Clínica Cuida Mais, CBI – Indústria de Vestuário, Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, Câmara Municipal de Mangualde, Citroen, Ana Coelho – Cabeleireiros & Spa, Café Moderno, Luís Pinheiro Fotógrafo, Consultório Veterinário Tutti Natura Gold e CP – Comboios Portugueses.

Em 2013 manteve-se o ciclo de visitas do projeto «Livros sobre Rodas».

A 4 de fevereiro a Biblioteca Municipal de Mangualde acolheu a sessão “Aos Nossos Avós”. A iniciativa decorreu no âmbito do projeto de promoção da leitura “Biblioteca para Avós”, da Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves, em parceria com a Rede Social de Mangualde.

A Biblioteca Municipal de Mangualde Dr. Alexandre Alves assinalou o seu 16º aniversário. A comemoração decorreu nas noites de 22 e 23 de novembro num espetáculo dedicada ao tema “As Noites do Grémio”. Realizadas no átrio principal e átrio superior da Biblioteca Municipal, as sessões apresentaram lotação esgotada.

Aberta ao público desde 1997, a Biblioteca Municipal de Mangualde proporcionou a todos os mangualdenses o acesso a serviços que até então eram privilégio apenas daqueles que viviam nas grandes cidades. Desde essa data tem vindo a crescer, a adaptar-se às mudanças, a cativar o público e a conquistar o seu lugar na comunidade, formando leitores, cidadãos ativos, informados e interventivos. A procura dos serviços da Biblioteca Municipal contabilizou no ano transato, cerca de 74 mil visitas apenas nas duas salas de leitura o que revela uma frequência média de 540 visitas por mês. A maioria dos visitantes são adultos e jovens a partir dos 14 anos. Para além deste número, devemos acrescentar as visitas apenas às exposições e a frequência da sala audiovisual e internet que conta com uma taxa de ocupação de 100%. Os diversos projetos que promove fazem dela uma Biblioteca viva, em que leitor e o livro são protagonistas.

De forma a assinalar o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, que se comemora a 23 de abril, a Câmara Municipal de Mangualde convidou todas as crianças entre os 6 e os 11 anos a participarem na 7ª edição da iniciativa “Dormir com Livros”.

De forma a ir de encontro das exigências da sociedade atual, facilitando o acesso a equipamentos que permitem diferentes leituras a todo o tipo de público, a Câmara Municipal de Mangualde disponibiliza, desde novembro, quatro tablets destinados ao serviço de consulta local na sala de leitura de adultos, para acesso a conteúdos. A iniciativa insere-se no ‘Projeto TABLET - Ler de outra forma’.

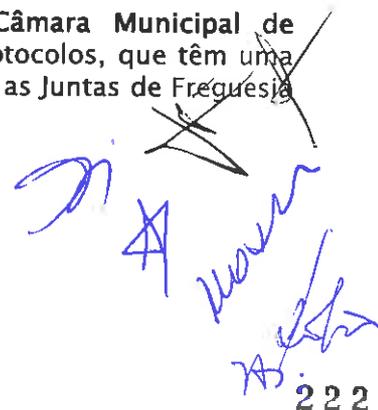
No âmbito do Regime de Fruta Escolar, 740 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Mangualde realizaram, em maio, uma visita ao pomar da Sr.ª Dr.ª Aurora Machado Videira Santos Lopes. Esta iniciativa, inserida nas Medidas de Acompanhamento, vem assim consolidar junto das crianças/alunos as aprendizagens para melhores hábitos alimentares e uma vida mais saudável.

INTERVENÇÕES MUNICIPAIS E FREGUESIAS

A intervenção do executivo autárquico estende-se a todo o concelho. Na articulação com as juntas de freguesias tenta dar resposta às necessidades específicas de cada freguesia e em conjunto intervir de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. São várias as intervenções que são feitas em matéria de manutenção, conservação e trabalhos pontuais.

Foram assinados os protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal de Mangualde para as 18 Juntas de Freguesia do Concelho. Os referidos protocolos, que têm uma validade de doze meses, correspondem a uma transferência de fundos para as Juntas de Freguesia no valor global de 250 mil euros.

De todas as ações destacam-se as seguintes:



222

Chãs de Tavares: Requalificação dos passeios em Tragos; **Quintela de Azurara:** Passeios requalificados na EM615. **Fornos de Maceira Dão:** Saneamento do Bairro de Fornos Maceira Dão; **Alcáçache:** Calcetamento do Largo da Junta e calcetamento da rua do Poço em Aldeia de Carvalho **Póvoa de Cervães:** Calcetamento do largo da Pedreira. **Espinho:** Calcetamento da rua principal em Água Levada.

AMBIENTE

No ambiente procedeu-se a um conjunto de medidas e ações nomeadamente de medida preventiva para sensibilizar a população de Mangualde para temas relacionados com o meio ambiente. Desenvolvemos ações e tomámos medidas para cuidar dos nossos agricultores e do setor primário de atividade económica.

Das ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se:

Dia Mundial da Árvore e da Floresta assinalado; «Workshop Prático de Construção de Charcos»; «Plano de Sensibilização Escolar» junto das crianças do primeiro ciclo do Agrupamento de Escolas de Mangualde, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos; etc.

A Câmara Municipal de Mangualde, através do Gabinete de Educação, promoveu um conjunto de visitas ao Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Planalto Beirão, em Tondela. A iniciativa, dirigida aos alunos do 4º ano, decorreu de 7 a 14 de março. Esta iniciativa constituiu assim uma forma de complemento à sensibilização realizada no ano passado, pela autarquia mangualdense, a problemáticas tão vastas e pertinentes como a reciclagem e o tratamento de resíduos.

Para assinalar o Dia Internacional das Florestas foram plantadas 40 árvores ornamentais no centro da cidade, beneficiando assim algumas áreas verdes. Cedidas pelo Horto do Campo Grande, as árvores ornamentais pertencem às espécies botânicas videiro (*Betula pubescens*), plátano-bastardo (*Acer pseudoplatanus*), bôrdó-comum (*Acer campestre*) e liquidambar (*Liquidambar orientalis*) e foram plantadas nos seguintes locais: Bairro da Imaculada Conceição, Rotunda da Igreja Matriz, Rua Cónego Monteiro, Rua Alexandre Herculano, Rua dos Merouços, Rua Aristides Sousa Mendes, junto à Escola Secundária Felismina Alcântara, Rua Fernão de Magalhães (junto à MAZUR) e Rua Padre António Pinto Lobinho (junto ao novo cemitério). Junto ao cemitério novo, para além das árvores ornamentais, foram também plantadas cerca de 40 árvores, entre cedros e carvalhos.

Para além desta iniciativa, a autarquia mangualdense trabalhou na reflorestação de uma área ardida no verão passado, com árvores adquiridas no âmbito da candidatura da autarquia ao projeto Floresta Comum, dinamizado pela QUERCUS, AFN - Autoridade Florestal Nacional/ ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. 2000 pinheiros mansos (*Pinus pinea*), 600 medronheiros (*Arbutus unedo*) e 600 carvalhos comuns (*Quercus robur*) foram as espécies que irão ser plantadas.

A 16 maio foi apresentado o Projeto E3DL - Mobilidade Elétrica. O Projeto E3DL - Mobilidade Elétrica integra a rede de Eficiência Energética e Ambiental nos Centros Urbanos da Região Dão-Lafões e já chegou a Mangualde num investimento de 100 mil euros, com 70% de comparticipação do FEDER. Dois postos de abastecimento elétrico já estão a funcionar desde maio passado. Localizados junto à Biblioteca Municipal e ao Estádio Municipal, estes postos estão abertos 24 horas. Compostos por um painel fotovoltaico de 20kw permitem abastecer veículos elétricos, tais como carros, bicicletas e motos.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O desenvolvimento económico constitui uma peça fundamental na estratégia e visão política deste executivo. O compromisso de tornar Mangualde um concelho com um desenvolvimento sustentado



tem sido o mote para a determinação da autarquia em atrair mais emprego, mais empresas e ao mesmo tempo criar condições para que os empresários e comerciantes locais possam desenvolver as suas atividades económicas em toda a sua plenitude.

Das ações desenvolvidas em 2013 destacam-se:

Seminário «Qualidade de vida no trabalho: o que podem fazer as organizações?»; Sessão de informação/esclarecimento sobre o 'Microcrédito e Programas de Emprego' com as Entidades Públicas e Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Mangualde; sessões de informação/esclarecimento sobre o 'Microcrédito e Programas de Emprego'; exposição de produtos e serviços de casamento «Noivos da Nossa Terra – Vou Casar»; workshop "Novas Tecnologias, Novos Negócios: Da Gestão ao Marketing Responsável"; ciclo de debates «A Ovinicultura de leite/queijo»; O Dia Mundial do Consumidor foi assinalado através de uma sessão informativa sobre "Extinção das tarifas reguladas e a mudança de comercializador de energia"; etc.

De 18 de abril a 23 de junho, Mangualde acolheu mais um curso de apicultura. A 2ª edição do curso, organizado por Harald Hafner, com o apoio da Câmara Municipal de Mangualde, decorreu no auditório da autarquia mangualdense e na Quinta do Modorno.

Em julho decorreu um curso de iniciação à costura. De forma a promover a empregabilidade e o empreendedorismo, num setor onde ainda existe procura de mão-de-obra devido à presença na região de empresas de confeção têxtil, a Câmara Municipal de Mangualde e o CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato promoveram duas formações, de manhã e de tarde, devido ao elevado número de inscrições.

De 17 de junho a 11 de julho, a cozinha da Escola Ana de Castro Osório, em Mangualde, foi palco de mais dois cursos de culinária. O primeiro curso foi de "Confeção de sopas, cremes e caldos regionais" e o segundo foi de "Confeção de pratos regionais de carne". A iniciativa resultou da parceria entre a Câmara Municipal de Mangualde e o CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato.

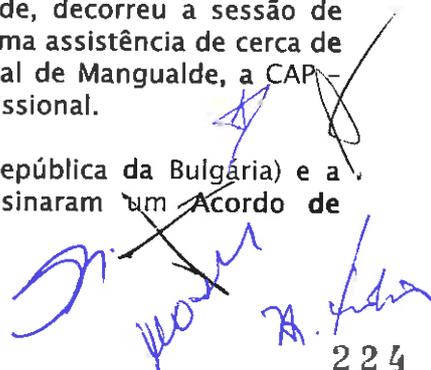
Em maio, o Gabinete de Apoio ao Agricultor de Mangualde comemorou o seu 3º aniversário com o Seminário "Agricultura Setor a Dinamizar". O evento teve lugar no auditório da Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves e contou com a participação de uma centena de pessoas. O Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, João Azevedo, abriu a sessão.

Mangualde realiza a Feira de Antiguidades. O Largo do Rossio acolhe, durante todo o dia, a chamada Feira de Velharias que tem como objetivo a venda de artigos usados, que se possam considerar velharias ou antiguidades. É uma forma de criar novas oportunidades de negócio.

O Auditório da ESFA – Escola Secundária Felismina Alcântara (Agrupamento Escolas de Mangualde) foi palco da entrega de prémios do Concurso de Ideias do Município de Mangualde. O projeto Ícaro – Sistema auto pilotado de deteção de incêndios foi o vencedor desta iniciativa que integra o "Projeto Vencer" da Rede Regional de Empreendedorismo Dão Lafões.

No dia 24 de janeiro, no auditório da Câmara Municipal de Mangualde, decorreu a sessão de esclarecimento sobre a «Iniciativa Impulso Jovem». A sessão, que teve uma assistência de cerca de uma centena de pessoas, resultou da parceria entre a Câmara Municipal de Mangualde, a CAP – Agricultores de Portugal e o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Em março de 2013 a Câmara de Comércio e Indústria de Yambol (República da Bulgária) e a Associação Empresarial de Mangualde (República de Portugal), assinaram um Acordo de



Cooperação Conjunta para melhorarem as relações económicas e comerciais entre os seus membros. Para receber as duas entidades esteve presente o Vice-presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Joaquim Patrício. A comitiva de CCI foi composta por dois elementos que foram ainda durante o dia de ontem visitar algumas empresas de Mangualde. Foram elas a HR Indústria, a HR Proteção, a Gruman, a Felmica, a Patinter e a Costa Ibérica.

A Adega Cooperativa de Mangualde, CRL e o Município de Mangualde foram premiados com uma **medalha de ouro na XIIª Edição do Concurso Internacional de Vinhos “La SelezionedelSindaco”**.

Foram assinados a dia 21 de maio, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mangualde, os contratos de **financiamento entre entidades públicas e privadas dos concelhos de Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Aguiar da Beira e o Grupo de Ação Local/Associação de Desenvolvimento do Dão (GAL/ADD)**. O investimento dos **28 projetos aprovados** no ano passado ultrapassa os três milhões de euros, sendo que o apoio público é de cerca de 2,2 milhões de euros. As entidades e empresários candidataram-se junto do GAL/ADD, que por sua vez se candidatou a Fundos Comunitários e conseguiu estes apoios essenciais para o desenvolvimento da região do Dão. Estes 28 projetos irão gerar cerca de 50 postos de trabalho, distribuídos pelos cinco concelhos do Dão. São projetos das mais diversas áreas, desde a restauração tradicional, salsicharia, saúde, comércio, serviço para idosos, tipografia e imagem, agricultura, tanatologia, transformação, modernização de quartéis de bombeiros, futebol e animação.

TURISMO E LAZER

A potencialização da marca Mangualde tem sido uma das apostas deste executivo e por isso dentro das possibilidades financeiras, a autarquia tem-se empenhado em divulgar as mais-valias do concelho, nas montras turísticas e nos eventos mediáticos que possam ser uma alavanca para a captação e promoção turística.

De todas as ações destacam-se:

Concerto de Bandas Filarmónicas; Conjunto de atividades direcionadas às crianças para assinalar o Dia Mundial da Criança, que decorreram na praia de Mangualde – LiveBeach; cortejo de carnaval protagonizado pelas crianças do pré-escolar do concelho; Concurso Canino de Beleza; Desfile de Marchas Populares; Cantares as Janeiras; BTL 2013; «Noites Vivas de Verão»; No dia 14 de fevereiro, dia dos namorados, Mangualde foi a capital do amor através da ação «... All you need is love!»; «I Prova de Vinhos do Agricultor»; etc.

Pelo segundo ano consecutivo, os produtos da terra foram anfitriões em Mangualde, na «**II Feira Produtos da Terra**» que decorreu nos dias 11 e 12 de maio. O cabrito também teve destaque com o «**Fim de Semana Gastronómico do Cabrito**» que decorreu, em simultâneo com a feira, nos restaurantes aderentes. A iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Mangualde contou com o apoio da COAPE – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Mangualde. Centenas de pessoas visitaram o certame que decorreu no Lardo Dr. Couto, sempre até às 20h00 e de entrada gratuita.

De 31 de agosto a 8 de setembro, decorreram as **Festas da cidade**, promovidas pela Câmara Municipal de Mangualde. As festas da Sra. do Castelo são uma organização da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde.

Durante os dias de festa foram várias as iniciativas: Mostra de Produtos Regionais, desfile de Bandas Filarmónicas, IV Torneio Jovem Internacional de Xadrez, Encontro de Tunas, Futebol de Veteranos e concerto do Grupo TGV. No domingo teve lugar o Encontro de Folclore, o IV Festival das Sopas de Mangualde, a atuação do Grupo de Concertinas “Os Lusitanos” e o concerto AS BAND. Nos dias seguintes foi ainda possível assistir aos concertos dos grupos FUNÇÃO PÚBLIKA (dia 2 de setembro) e Taskavelha (dia 3 de setembro). Na noite de terça decorreu um espetáculo de ilusionismo e na quarta-feira o programa contemplou o Warm up 20º Mangualde HardmetalFest e o espetáculo de Rua ON STAGE. A iniciativa **MangualdeFashion 2013** teve lugar no dia 5 de setembro e contou com a atuação do grupo BE FLAT.

Nos dias 1 a 3 de novembro, Mangualde apostou mais uma vez nas suas tradições seculares e promoveu mais uma edição da **Feira dos Santos**, sob o lema «**Da Tradição à Modernidade**». A iniciativa, promovida pela Câmara Municipal de Mangualde, realizou-se como habitual no centro da cidade e contou com a visita de milhares de pessoas. Manguald’Arte 2013 (VIII Mostra de Artesanato Nacional), Mangualde Regional (Mostra de produtos regionais, um espaço de promoção, degustação e lançamento de novos produtos), Artes & Ofícios, Manguald’Auto (exposição de

automóveis), Feira dos Santos à Mesa, Animangualde e Agromangualde foram algumas das iniciativas que compuseram o programa deste ano.

Com o objetivo de promover a gastronomia, os paladares, os sabores e as marcas da região, Mangualde lançou em 2013 a campanha «(De)Gostar Mangualde» que apresentou mensalmente um produto do concelho. Este ano foram divulgados os seguintes produtos: «esticadinho» da Espiga Dourada, em março, seguiu-se o Hotel Rural Mira Serra e o «Bacalhau à Aires» em abril, a Adega Cooperativa de Mangualde, CRL em maio, o Restaurante Moderno com a sua Massa de Galo de Cabidela e Sopa de Peixe em junho, a Pastelaria do Patronato com o seu Pastel de feijão em julho, o Hotel Cruz da Mata em agosto, o mel - «A abelha azul» de Harald Hafner em setembro e o “Cozido à Moda do Beirão” do Restaurante “O Valério”, no mês de outubro. A última campanha apresentada destacou o vinho da Quinta dos Roques, em novembro.

De forma a promover a **inovação no turismo rural**, a Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves, de Mangualde, acolheu no dia 10 de setembro, a apresentação pública do Projeto InTuR – **Inovação em Turismo Rural**. O projeto, dinamizado pela PRIVETUR – Associação Portuguesa de Turismo em Espaço Rural, contou com o apoio da Câmara Municipal de Mangualde e foi cofinanciado pelo QREN no âmbito do Programa Operacional Fatores de Competitividade.

Um grupo de jovens Búlgaros visitou Mangualde no âmbito do **intercâmbio jovem entre os Municípios de Mangualde e de Tundzha (Bulgária)**, promovido pela Câmara Municipal de Mangualde. Durante a sua estada em Mangualde, os jovens da cidade de Tundzha tiveram a possibilidade de visitar a Loja Social, o lar e a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, o Complexo Paroquial e a Praia de Mangualde. A Câmara Municipal de Mangualde, com o objetivo de continuar a promover o intercâmbio jovem entre os Municípios de Mangualde e de Tundzha, proporcionou a 10 jovens uma visita ao município de Tundzha entre os dias 4 e 14 de setembro.

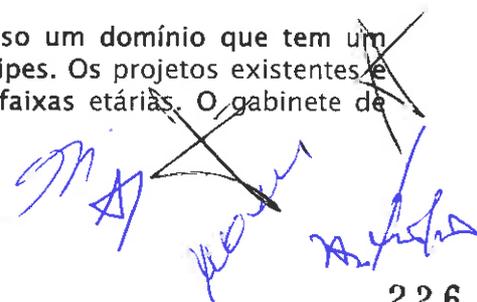
Num Pavilhão Municipal repleto com cerca de 1300 crianças, o **Pai Natal chegou num comboio carregado de magia e animação...** Todas as crianças do concelho, devidamente acompanhadas, puderam assistir ao espetáculo. Houve muita música, magia, representação, balões e animação para alegria de todas as crianças.

Mas o natal é também uma época de **entrepajuda**, e desta forma já decorreram as habituais campanhas de solidariedade como sendo a **campanha ‘Por um Sorriso’** que teve como objetivo a recolha de brinquedos, e o **concerto de natal “Natal Solidário”**, que teve como objetivo promover a recolha de bens alimentares, que este ano forma entregue à Conferência de São Vicente de Paulo da Paróquia de Mangualde. Outros eventos de Natal a assinalar: concerto solidário, Audição Musical «Ensino Articulado de Música», Concerto intergeracional «Soa a Natal!», Concerto de Orquestra, atuação do Coro da Orquestra de Câmara Piaget Viseu, Concerto da Filarmónica de Arganil, com atuação do Grupo Coral de Chãs de Tavares.

Cerca de **80 crianças da Obra Social Beatriz Pais Raúl Saraiva** visitaram o **Posto de Turismo de Mangualde** e ficaram a conhecer o que é e como funciona. Estes jovens, com idades entre os 3 e seis anos de idade, visitaram o espaço, enquanto Turistas, e ficaram a saber como se trabalha num Posto de Turismo e quais as valências que este tem de ter.

DESPORTO

Desporto, um dos pilares para uma população ativa e sã e por isso um domínio que tem um impacto profundo na busca da melhor qualidade de vida dos munícipes. Os projetos existentes e desenvolvidos pelos técnicos da CMM são transversais a todas as faixas etárias. O gabinete de



desporto age em três eixos estratégicos fundamentais: **Mais praticantes, Melhores Praticantes, Melhor gestão e melhores locais de prática.**

Das ações desenvolvidas em 2013 destacamos:

«Desporto Sénior»; Festival de encerramento da Escola de Natação; Projeto «Mangualde Abraça os Jovens»; Várias concentrações do Circuito Municipal das Escolas de Natação; Festival de Verão – encerramento da Escola de Natação (ano letivo 2012/2013); 16ª edição do Torneio de Natação Prof. Afonso Saldanha; Vários Percursos Pedestres; «Baile de Máscaras» do «Desporto Sénior»; Férias Desportivas da Páscoa e de Verão; Festival de Natal destinado às classes de aprendizagem e aperfeiçoamento da Escola Municipal de Natação; 19º Torneio de Natação Prof. Afonso Saldanha; III edição do Duetlo BTT "ACRMourilhe-Terras de Mangualde"; Troféu Orientação Senhora do Castelo; 6º Torneio de Bilhar, na Casa do Povo de Mangualde; «Festival dos Peixinhos»; Festival de Natal para alunos da escola municipal de natação; primeira prova de perícia/gincana destinada a tratores agrícolas com semirreboque; Troféu Orientação Senhora do Castelo; Mangualde Urban Race; uma centena de atletas participaram na I Meia Maratona 2CV Cidade de Mangualde; 500 pessoas participaram na caminhada Médicos pelo Mundo; terceira edição da caminhada «Enraíza-te no Desporto»; prova de BTT Up and Down; etc.

A partir de 1 de junho, os mangualdenses e os demais visitantes puderam usufruir das piscinas exteriores do complexo das Piscinas Municipais de Mangualde. As piscinas estiveram abertas ao público até ao dia 15 de setembro, entre as 10h00 e as 20h00.

Com o intuito de incentivar o desporto e de dar a conhecer Mangualde, a Câmara Municipal de Mangualde realizou mais uma série de Percursos Pedestres «Mangualde em Movimento»: «Trilho de Ludares», em Quintela de Azurara; «Rota das Águas Milenares», em Alcafache; «Trilhos de Gil Vicente», em Guimarães de Tavares; «Rota da Sr.ª dos Verdes», em Abrunhosa-a-Velha; «Caminhos do Bom Sucesso», em São João da Fresta.

O Estádio Municipal de Mangualde acolheu, a 16 de março, o 4º Encontro de Traquinas e Petizes, referente à época 2012/13 de futebol. O encontro, promovido pela Associação de Futebol de Viseu, com o apoio da Câmara Municipal de Mangualde, contou com mais de duas centenas e meias de participantes, entre atletas e agentes desportivos.

No dia 21 de abril cerca de sessenta pessoas participaram na aula livre de hidroginástica, que decorreu nas Piscinas Municipais de Mangualde. A iniciativa resultou do convite da Câmara Municipal de Mangualde a todos os mangualdenses para experimentarem de forma gratuita as modalidades desportivas de hidroginástica e o pilates. No dia 19 de maio repetiu-se esta atividade gratuita.

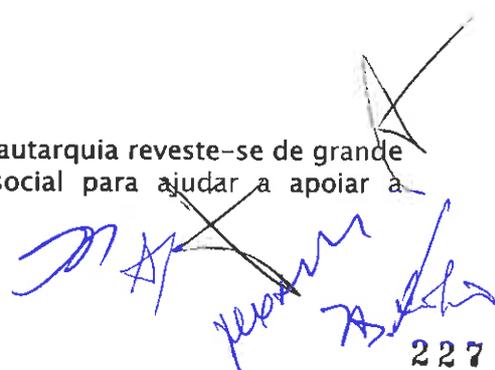
A Câmara Municipal de Mangualde e a Federação Portuguesa de Ciclismo promoveram o Encontro Nacional de Escolas de Ciclismo nos dias 27 e 28 de julho em Mangualde.

No dia 9 de março, o Pavilhão Municipal de Mangualde acolheu o II Mangualde Gymn. A iniciativa foi organizada pela Câmara Municipal de Mangualde com o apoio do Agrupamento de Escolas de Mangualde. O I Sarau realizou em 2011 e foi um sucesso com a presença de cerca de 270 participantes, entre ginastas e professores. Em 2013 o número de participantes manteve-se.

Mangualde acolheu, em junho, o Troféu de Perícias "Chama 2013", uma prova de perícia automóvel.

AÇÃO SOCIAL

No contexto atual de grave conjuntura económica o papel social da autarquia reveste-se de grande importância para a prestação efetiva de serviços de natureza social para ajudar a apoiar a



população mais necessitada. A rede social do município desempenha desta forma um papel de proximidade e de apoio junto das populações.

De todas as ações desenvolvidas ao longo do ano destacamos:

"A todos um bom Natal" nos Lares e Centros de dia; projeto "Ajudar a Crescer" com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mangualde (CPCJ); Ação "Aprenda a lidar com o cansaço: estratégias para lidar com a ansiedade e depressão"; Campanha «BRINCAR AO CARNAVAL EM SEGURANÇA» da Direção-Geral do Consumidor; cursos de "Pontos de Bordados Tradicionais/ Bordados de Tibaldinho"; A Câmara Municipal de Mangualde, em parceria com a EAPN - Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal, promoveu a ação de formação "A gestão de casos como estratégia colaborativa na intervenção com clientes muito vulneráveis"; exposição do atelier "Pontos e Encontros"; "Oficinas de criatividade e geração de ideias"; ação de sensibilização "Prevenção e Combate à Violência de Género"; «Arraial Sénior»; Mangualde associou-se ao «Vencer Autismo» movimento Mundial "Light it up Blue"; Workshop formativo "Como Comunicar de Forma Inclusiva e Não Sexista: a Responsabilidade da Administração Pública"; Dia Internacional do Idoso; curso de formação "Cuidados básicos de saúde ao idoso e saúde mental na terceira idade"; etc.

Realizou-se um conjunto de sessões de esclarecimento sobre os "Direitos e Benefícios de Saúde". A iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal de Mangualde, em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde de Dão, decorreu nos dias 21 e 26 de março nas freguesias de Alcafache e Mangualde. De entrada livre, estas sessões tinham como função esclarecer questões como a isenção de taxas moderadoras, o complemento solidário para idosos - benefícios adicionais de saúde (reembolso de despesas com medicamentos, comparticipação para óculos e lentes, comparticipação em próteses dentárias removíveis, cheque dentista) e o regime da comparticipação especial de medicamentos (prazos e procedimentos).

Dinamizando o convívio entre todos os cidadãos seniores do concelho, a Câmara Municipal de Mangualde, em parceria com a Rede Social de Mangualde, no âmbito do eixo II "Promover o Envelhecimento Protegido" promoveu um conjunto de passeios intitulados de "Andanças Seniores". Este ano o local escolhido foi Fátima e os passeios realizaram-se de 8 a 19 de julho.

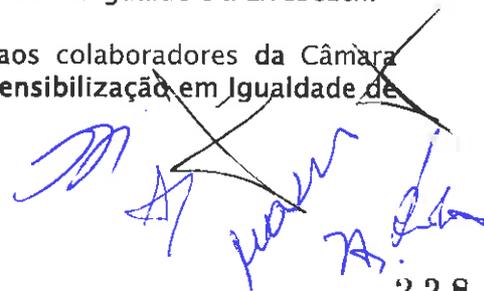
De forma a alertar os pais e educadores para a adoção de procedimentos e de comportamentos que ajudem a diminuir os riscos de acidentes nas piscinas e a divulgar a norma portuguesa sobre requisitos de segurança de vedações e acessos, o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC) de Mangualde associou-se à campanha "Brincar e nadar em segurança" da Direção-Geral do Consumidor.

A autarquia promoveu, pelo terceiro ano consecutivo, a campanha de recolha de brinquedos "Por um Sorriso...". Esta ação de solidariedade realizou-se entre os dias 2 e 13 de dezembro.

A 5 de fevereiro realizou-se a reunião do Conselho Local de Ação Social de Mangualde - CLASM para análise e discussão de proposta de Plano de Ação 2013, que resultou na sua aprovação, por unanimidade, por todos os parceiros que o constituem. O Plano de Ação 2013 teve os seguintes eixos de intervenção: Eixo I - "Promover a Empregabilidade e o Empreendedorismo", Eixo II - "Promover o Envelhecimento Protegido", Eixo III - "Prevenir Comportamentos Aditivos" e Eixo IV - "Fomentar a Funcionalidade Familiar".

A 11 de julho cerca de trinta crianças e jovens da APPDAV - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Viseu visitaram a praia de Mangualde. A iniciativa decorreu no âmbito do protocolo entre a Câmara Municipal de Mangualde e a LiveBeach.

Iniciou a 28 de maio mais uma ação de sensibilização dirigida aos colaboradores da Câmara Municipal de Mangualde, desta feita com base no Referencial CIG (Sensibilização em Igualdade de Género).



De forma a chegar a todos os seniores do concelho, a Câmara Municipal de Mangualde reduziu o preço de aquisição do “Cartão Sénior Municipal” e aumentou a sua rede de parcerias locais. O cartão, que confere inúmeros descontos a mangualdenses com 65 ou mais anos de idade, tem agora o custo de 1€. Este cartão visa essencialmente, a partir da efetivação de parcerias locais, estimular a participação ativa da população idosa nas atividades culturais, desportivas e recreativas do concelho, valorizado o seu papel na sociedade, melhorando as suas condições de vida e potenciando as suas capacidades e os seus saberes.

A Loja Social “Mangualde Social Mais” completou em 2013 um ano de existência e durante este primeiro ano de funcionamento foram atendidos cerca de centena e meia de agregados familiares o que correspondente a 400 beneficiários diretos.

CULTURA e PATRIMÓNIO

As ações ligadas à cultura e património tiveram uma dinâmica sem paralelo nos últimos anos. Valorizar o património e a cultura significa trazer valor acrescentado para o concelho e para a sua população. De referir também que muitas das ações dinamizadas pela biblioteca municipal tiveram um cariz pedagógico e educativo porque incidiram sobre a comunidade escolar.

A Câmara Municipal de Mangualde, através dos serviços do Gabinete de Gestão e Programação do Património e Cultura, iniciou o **processo de inventariação dos bens do património cultural**. Para o efeito foram realizados trabalhos de campo e de gabinete, prevendo-se que as tarefas tenham uma duração aproximada de dois anos.

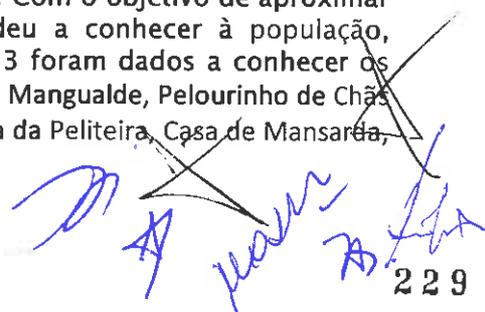
Das ações desenvolvidas durante 2013 destacamos:

Exposição «Razão Visual forma, linha, mancha, cor»; exposição de pintura «Espatulando», de autoria de Nara Abrantes; exposição de pintura «Pedras no Caminho», de autoria de Sónia Matos; Semana Santa em Mangualde; exposição/instalação ‘Phalo naturalmente, em liberdade’ de Sérgio Amaral; exposição de fotografia “Qual a imagem da Segurança e Saúde no Trabalho”; “I Encontro de Tunas de Alcaface”; workshop “vestir/despir” – dança contemporânea; exposição de colecionismo «A Arte de Colecionar»; exposição «Barrigas de Mamã»; mostra de pintura de António Tavares, intitulada «Reflexos do Âmagos»; mostra de pintura “Movimento do Pincel”, de Isaura Figueiredo; exposição de fotografia «Luzes», da autoria de José dos Santos; exposição “De preto e branco”; mostra de pintura e desenho de Daniel Barreiros intitulada «Gerações»; workshops que ensinaram a pintar os diferentes intervenientes que compõe o presépio; exposição “Sonhos Dalecrim”; reunião internacional sobre a Lusitânia Romana “VIII Mesa-redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana – Entre Romanos e Bárbaros”; etc.

A De forma a assinalar o 25 de Abril, a Câmara Municipal de Mangualde apoiou a realização da **exposição documental “Não Esquecer Abril”**. Patente de 19 a 30 de abril, na Biblioteca Municipal de Mangualde, Dr. Alexandre Alves, esta exposição foi organizada pelo Grupo de História da Escola Gomes Eanes de Azurara.

A Câmara Municipal de Mangualde recebeu, em 2013, uma importante doação para a cultura do concelho. O **Maestro/Compositor José dos Santos Pinto doou à autarquia o seu fundo musical** composto por 103 partituras, onde se incluem o Hino de Mangualde e o Hino de Lobelhe do Mato. O espólio está na Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves para tratamento documental.

Continuou em 2013 a campanha «Mangualde, o nosso património!». Com o objetivo de aproximar a população ao património de Mangualde, a Câmara Municipal deu a conhecer à população, quinzenalmente, um dos seus bens materiais ou imateriais. Em 2013 foram dados a conhecer os seguintes bens patrimoniais: Cineteatro, Igreja de São Julião - Matriz de Mangualde, Pelourinho de Chãs de Tavares de Mangualde, Espigueiro de Fornos de Maceira Dão, Sepultura da Peliteira, Casa de Mansarêa,



Prensa manual - património industrial, Igreja da Misericórdia, Poldras... travessias milenares, Capela do Senhor do Calvário em Abrunhosa do Mato, medieval Torre de Gandufe, Palácio dos Condes, Colégio de São José e Nora...tecnologia abandonada, o Retábulo de São Lourenço, em Tibaldinho, a arquitetura quinhentista de Abrunhosa-a-Velha, a Casa "entrincheirada" de Terras de Tavares, o Pelourinho de Abrunhosa-a-Velha, os Elementos Perdidos... (edificado com revestimento por placas de xisto), a Ermida de N.ª Sr.ª de Cervães, a Torre do Relógio Velho e a Igreja de N.ª Sr.ª de Assunção da Vila de Chãs de Tavares.

De 14 a 20 de julho, o Largo Dr. Couto, em Mangualde, acolheu a iniciativa "Em quarto crescente... noites de encontro com as artes em mente". Esta iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal de Mangualde, em parceria com as Bibliotecas Escolares e Municipal de Mangualde, e Maria Aguiar e a entrada foi livre. Durante toda a semana decorreram leituras, pintura e desenho ao vivo, música, livros, cafetaria, workshops e exposições.

A Câmara Municipal de Mangualde e AMARTE – Associação pelo Movimento, Arte e Terapia, assinaram um protocolo de parceria que visa promover a formação em arte, a promoção da saúde pela arte e a promoção de eventos culturais e artísticos.

Mangualde assinalou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios no dia 18 de abril, no auditório da autarquia mangualdense, através da exibição de uma apresentação com livros antigos, mapas, entre outros, alusivos ao ensino e às matérias de ensino do Estado Novo, essencialmente. O tema escolhido internacionalmente para o ano de 2013 foi "Património + Educação = Identidade".

A Biblioteca Municipal de Mangualde tem agora no seu espólio mais 200 livros. As obras foram oferecidas por Mário Costa e são referentes a diverso temas.

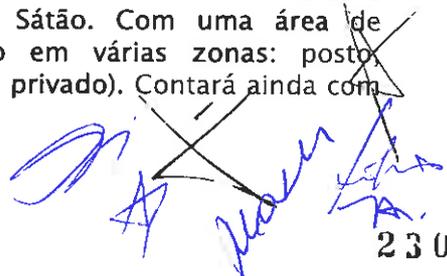
A Orquestra POEMa, Projeto de Orquestra Estúdio de Mangualde, nasceu no dia 26 de setembro. Os intervenientes deste projeto são elementos das Bandas Filarmónicas do concelho de Mangualde e alunos/ex-alunos do Conservatório Regional de Viseu "Dr. José de Azeredo Perdigão".

ATENDIMENTO MUNICIPAL

De forma a potenciar um aumento de produtividade e qualidade no atendimento ao Município, a Câmara Municipal de Mangualde apostou numa gestão documental mais eficaz através do suporte digital SGD – Sistema de Gestão Documental. O município, tendo em vista uma gestão pública mais eficaz, determinou a desmaterialização documental, transitando os documentos recebidos e produzidos para o novo sistema. Esta iniciativa integra o processo de modernização administrativa que a autarquia mangualdense tem vindo a desenvolver e possibilita a desburocratização de procedimentos tendo em vista uma maior celeridade dos processos.

PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

Em 2013 foi lançada a primeira pedra do novo Quartel da Guarda Nacional Republicana em Mangualde. A cerimónia decorreu no dia 11 de agosto e contou com a presença do Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, e do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, João Azevedo. O novo quartel deverá estar pronto em 2015. A obra representa um investimento de cerca de 1,6 milhões de euros e assume-se num âmbito supramunicipal, pois o raio de intervenção da corporação excede os limites do concelho. Este Destacamento contará com 112 militares e abrangerá ainda os concelhos de Nelas, Penalva do Castelo e Sátão. Com uma área de implementação de 1.222,25m², o novo quartel estará dividido em várias zonas: posto destacamento, alojamento e exterior (parada, zona de lazer e parque privado). Contará ainda com uma zona de diversos: ginásio, arrecadações, garagem, etc.



230

Esta obra resulta de um protocolo assinado, em 2010, entre a DGIE – Direcção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos, o Município de Mangualde e a GNR para a construção deste novo quartel.

De forma a avaliar e melhorar procedimentos em caso de acidente com matérias perigosas, a Escola Secundária Felismina Alcântara (ESFA), em Mangualde, foi palco de um simulacro desta natureza. A iniciativa, que teve início pelas 12h15, terminou às 14h00 com todas os cenários resolvidos. A iniciativa foi organizada pela Câmara Municipal de Mangualde e contou com a participação de dois elementos do Serviço Municipal de Protecção Civil, vinte elementos dos Bombeiros Voluntários de Mangualde, cinco da GNR Local e trinta e dois do Grupo de Intervenção Protecção e Socorro (GIPS).

REDE VIÁRIA

Os trabalhos de requalificação da Avenida da Senhora do Castelo recomeçaram.

URBANO E PAISAGÍSTICO

A Câmara Municipal de Mangualde emitiu, no dia 8 de maio, o parecer favorável relativo à concessão da Zona de Caça Associativa de Mangualde requerida pelo Clube de Caça e Pesca de Mangualde e à extinção da Zona de Caça Municipal de Mangualde. A decisão foi tomada, por unanimidade, na reunião do Concelho Cinegético Municipal de Mangualde.

O Projeto ISA – Inclusão Social pela Acessibilidade surge no quadro mais amplo do projeto desenvolvido pela ProAsolutions.pt que sustenta a elaboração de um Plano Municipal para a Acessibilidade Inclusiva ou “Para Todos”. No seu todo, este projeto é cofinanciado pelo Município de Mangualde e pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano) através do designado Programa RAMPA (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade). Este projeto é coordenado pela FPCEUP com o objetivo de promover a participação cívica e a inclusão efetiva dos munícipes no processo de desenvolvimento daquele plano municipal.

E é neste âmbito que surge a sessão coletiva de participação cívica designada “Pensar a acessibilidade para todos enquanto exercício de cidadania” que consiste na 2ª fase (Estudo 2) de uma investigação mais ampla.

Já estão inauguradas as obras de requalificação e valorização das Ruínas Romanas da Quinta da Raposeira. A cerimónia decorreu a 14 de setembro.

Iniciaram em junho as obras de requalificação do Mercado Municipal de Mangualde. A obra representa um investimento da Câmara Municipal de Mangualde de aproximadamente 150 mil euros. A empreitada contempla a remodelação do edifício, nomeadamente a reabilitação dos espaços interiores, de pavimentos e trabalhos de pintura. Será ainda levada a cabo a substituição integral da cobertura em amianto, de forma a evitar os impactos ambientais nefastos causados por este material.

ÁGUA E SANEAMENTO

A ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Almeidinha foi inaugurada no dia 19 de maio,

Trata-se de um investimento municipal de 184 mil euros e consistiu na instalação de um equipamento com características semelhantes à ETAR de Sta. Luzia com capacidade para tratar de uma carga equivalente a mil habitantes. Esta obra representa um investimento municipal sem qualquer tipo de comparticipação.



NOTA FINAL

As ações descritas neste documento dizem respeito a atividades desenvolvidas pelo município que este considera como ações de DESTAQUE E REFERÊNCIA e que podem ser destacadas isoladamente.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes, located in the bottom right corner of the page.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A atividade desenvolvida ao longo do exercício económico de 2013, correspondeu, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho:

- A taxa de realização do orçamento foi de 82,31%, a que corresponde um montante de despesa realizada na ordem dos 21 134 539,76 euros:

- A taxa de execução das Grandes Opções do Plano que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), foi de 76,01%, correspondendo a uma despesa na ordem dos 11 040 556,55 euros.



2.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas estruturais que compõem o PPI. O desempenho global cifrou-se na ordem dos 71,38% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem dos 8,2 milhões de euros.

Salienta-se, pelos montantes envolvidos, a taxa de execução dos programas 331, 242, 243, 244, 320, 251 e 211 que no conjunto representam cerca de 84,34% das despesas totais realizadas no PPI.

Por outro lado, cerca de 94,55% da realização total é absorvida pelas componentes com uma taxa de realização, relativamente à realização total, superior a 51,57%.

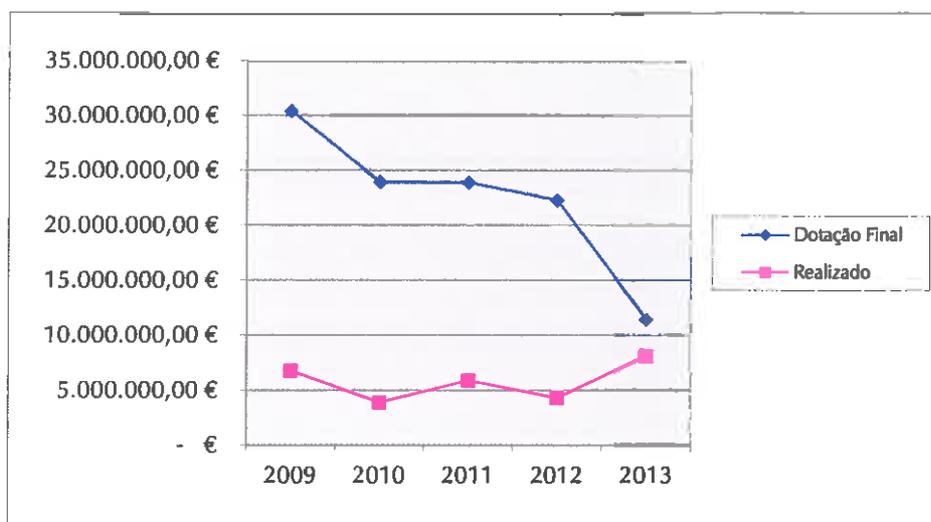
Investimento por Sectores Estruturais - PPI

Prog.	Designação	Financiamento Definido	Dotação Final	Realizado	Taxa de Realização
111	Administração Geral	221.510,00 €	277.110,00 €	217.168,83 €	78,37%
120	Segurança e ordem públicas	440.000,00 €	236.000,00 €	104.976,98 €	44,48%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	92.655,00 €	94.655,00 €	42.761,75 €	45,18%
122	Policia Municipal	- €	- €	- €	#DIV/0!
211	Ensino não superior	268.000,00 €	244.100,00 €	228.660,31 €	93,67%
221	Serviços individuais de saúde	400.000,00 €	410.000,00 €	211.417,83 €	51,57%
232	Ação social	1.650,00 €	1.650,00 €	1.645,74 €	99,74%
241	Habituação	126.000,00 €	131.000,00 €	123.557,64 €	94,32%
242	Ordenamento do território	3.229.604,00 €	2.638.764,00 €	1.828.996,82 €	69,31%
243	Saneamento	1.508.459,00 €	1.870.459,00 €	1.285.222,85 €	68,71%
244	Abastecimento de água	1.319.381,00 €	1.326.141,00 €	1.013.441,15 €	76,42%
245	Resíduos sólidos	- €	- €	- €	#DIV/0!
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	104.895,00 €	111.395,00 €	90.962,45 €	81,66%
251	Cultura	296.679,00 €	630.429,00 €	300.286,09 €	47,63%
252	Desporto, recreio e lazer	192.380,00 €	204.380,00 €	130.902,46 €	64,05%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	193.400,00 €	183.400,00 €	158.132,56 €	86,22%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	- €	- €	- €	#DIV/0!
320	Indústria e energia	389.590,00 €	493.740,00 €	353.371,65 €	71,57%
331	Transportes rodoviários	2.201.018,00 €	2.415.018,00 €	1.923.972,84 €	79,67%
341	Mercados e feiras	237.763,00 €	242.263,00 €	199.750,01 €	82,45%
342	Turismo	6.601,00 €	6.601,00 €	6.100,80 €	92,42%
430	Diversas não especificadas	- €	- €	- €	#DIV/0!
Total		11.229.585,00 €	11.517.105,00 €	8.221.328,76 €	71,38%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'M'.

Evolução do Investimento Realizado - PPI

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Dotação Final	30.492.984,00 €	24.019.618,00 €	23.950.832,00 €	22.342.443,54 €	11.517.105,00 €
Realizado	6.857.522,45 €	3.981.255,48 €	5.979.636,47 €	4.389.455,16 €	8.221.328,76 €
Taxa de realização	22,49%	16,58%	24,97%	19,65%	71,38%

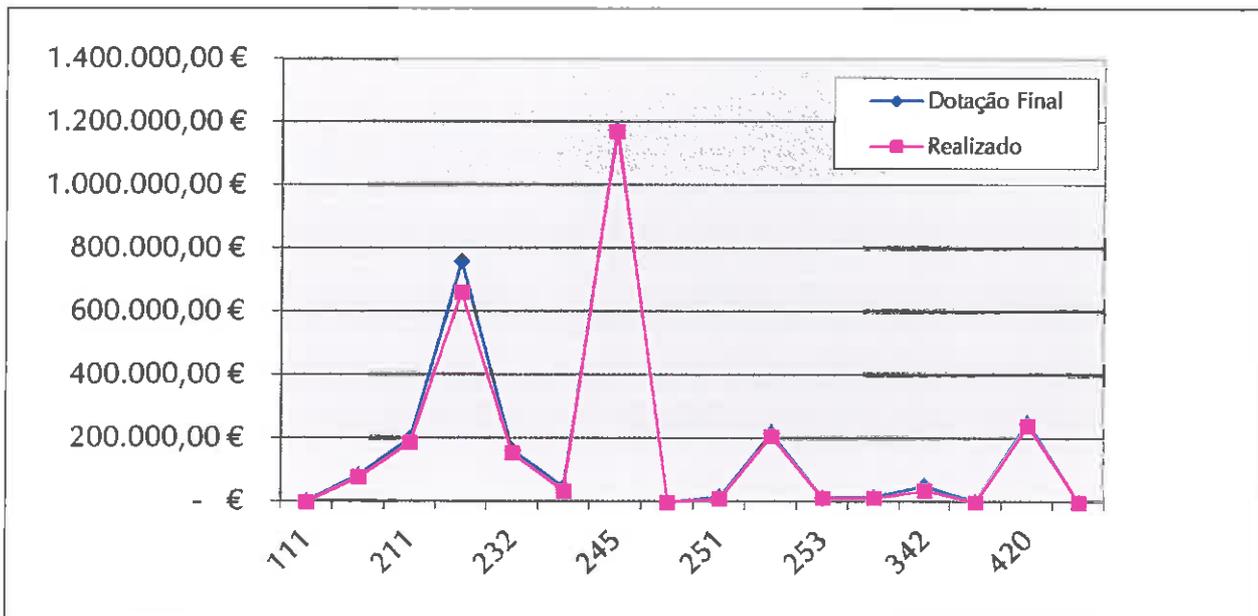


Neste quadro é interessante verificar que, em 2009, a taxa de realização foi de cerca de 22,49%. Por outro lado, o investimento realizado em valor absoluto, atingiu os 6,85 milhões de euros. Em 2010 teve um decréscimo de cerca de 5,9%, tendo o valor do investimento atingido os 3,98 milhões de euros. Em 2011, relativamente ao ano anterior, registou um incremento superior a 8%, para, em 2012, voltar a decrescer 5,3%, ou seja, cerca de 1,6 milhões de euros. Em 2013, a taxa de realização foi de 71,38% a que correspondeu um investimento de cerca de 8,22 milhões de euros.

M. A. Soares
A. Soares
A. Soares
 235

Despesa por Setores Estruturais - AMR

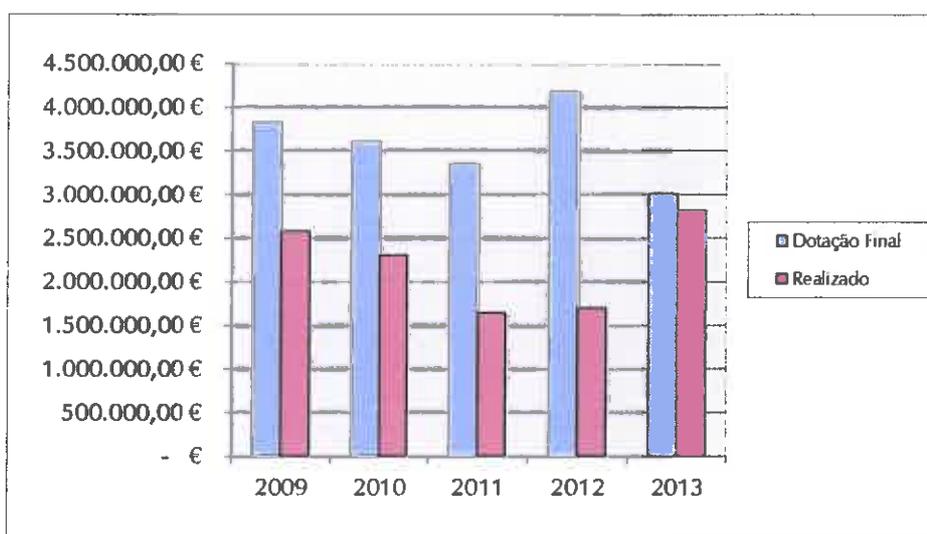
Prog.	Designação	Financiamento Definido	Dotação Final	Realizado	Taxa de Realização
111	Administração Geral	5.000,00 €	2.000,00 €	- €	0,00%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	59.403,00 €	84.803,00 €	79.699,21 €	93,98%
211	Ensino não superior	305.000,00 €	202.500,00 €	188.803,46 €	93,24%
212	Serviços auxiliares de ensino	692.800,00 €	760.800,00 €	662.089,31 €	87,03%
232	Ação social	137.690,00 €	164.390,00 €	155.771,66 €	94,76%
244	Abastecimento de água	40.000,00 €	48.500,00 €	36.848,81 €	75,98%
245	Resíduos sólidos	1.001.000,00 €	1.176.800,00 €	1.169.757,55 €	99,40%
246	Prot. meio ambiente e conserv. natureza	- €	- €	- €	#DIV/0!
251	Cultura	14.700,00 €	17.500,00 €	11.423,53 €	65,28%
252	Desporto, recreio e lazer	183.800,00 €	217.400,00 €	208.588,70 €	95,95%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	5.000,00 €	14.000,00 €	13.398,00 €	95,70%
341	Mercados e feiras	16.200,00 €	16.200,00 €	13.206,73 €	81,52%
342	Turismo	45.600,00 €	51.600,00 €	37.143,11 €	71,98%
350	Outras funções económicas	2.000,00 €	2.000,00 €	- €	0,00%
420	Transferências entre administrações	250.000,00 €	250.000,00 €	242.497,72 €	97,00%
430	Outras não especificadas	- €	- €	- €	#DIV/0!
Total		2.758.193,00 €	3.008.493,00 €	2.819.227,79 €	93,71%



(Assinaturas manuscritas em azul)

Evolução da Despesa Realizada com as AMR

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Dotação Final	3.818.739,00 €	3.601.000,00 €	3.344.900,00 €	4.168.806,00 €	3.008.493,00 €
Realizado	2.582.640,84 €	2.302.510,80 €	1.642.710,23 €	1.702.496,14 €	2.819.227,79 €
Taxa de realização	67,63%	63,94%	49,11%	40,84%	93,71%



Em 2009, a despesa realizada com as AMR teve uma taxa de realização de cerca de 67,63%, em valores absolutos acima dos 2,5 milhões de euros. Em 2010, não foi além dos 63,94%. Em 2011, relativamente a 2010, teve uma quebra de cerca de 15%. Em 2012, relativamente ao ano anterior, teve nova quebra de cerca de 8%. Em 2013, teve uma taxa de realização de cerca de 93,71%, a que correspondeu o montante ligeiramente superior a 2,8 milhões de euros, representando, relativamente ao ano anterior um aumento de cerca de 52,8%.

(Assinaturas manuscritas em azul)

2.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + AMR)

As Grandes Opções do Plano tiveram uma taxa de realização de 76,01% da dotação final a que corresponde o montante de 11,04 milhões de euros. Em termos de montante realizado, os Transportes rodoviários, Indústria e energia, Serviços auxiliares de ensino e Ensino não superior merecem especial destaque com cerca de 3,2 milhões de euros.

Se analisarmos o quadro em termos de taxa de realização, verificamos que as taxas de realização mais elevadas estão relacionadas com seis das estruturas que a compõem como as Outras funções económicas, Serviços auxiliares de ensino, Transferências entre administrações, Ensino não superior, Indústria e energia e Administração geral.

Despesa realizada com as Grandes Opções do Plano

Prog.	Designação	Financiamento Definido	Dotação Final	Realizado	Taxa de Realização
111	Administração geral	226.510,00 €	279.110,00 €	217.168,83 €	77,81%
120	Segurança e ordem públicas	440.000,00 €	236.000,00 €	104.976,98 €	44,48%
121	Protecção civil e luta contra incêndios	152.058,00 €	179.458,00 €	122.460,96 €	68,24%
122	Polícia Municipal				
211	Ensino não superior	573.000,00 €	446.600,00 €	417.463,77 €	93,48%
212	Serviços auxiliares de ensino	692.800,00 €	760.800,00 €	662.089,31 €	87,03%
221	Serviços individuais de saúde	400.000,00 €	410.000,00 €	211.417,83 €	51,57%
232	Ação social	139.340,00 €	166.040,00 €	157.417,40 €	94,81%
241	Habituação	126.000,00 €	131.000,00 €	123.557,64 €	94,32%
242	Ordenamento do território	3.229.604,00 €	2.638.764,00 €	1.828.996,82 €	69,31%
243	Saneamento	1.508.459,00 €	1.870.459,00 €	1.285.222,85 €	68,71%
244	Abastecimento de água	1.359.381,00 €	1.374.641,00 €	1.050.289,96 €	76,40%
245	Resíduos sólidos	1.001.000,00 €	1.176.800,00 €	1.169.757,55 €	99,40%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	104.895,00 €	111.395,00 €	90.962,45 €	81,66%
251	Cultura	311.379,00 €	647.929,00 €	311.709,62 €	48,11%
252	Desporto, recreio e lazer	376.180,00 €	421.780,00 €	339.491,16 €	80,49%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	198.400,00 €	197.400,00 €	171.530,56 €	86,89%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca				
320	Indústria e energia	389.590,00 €	493.740,00 €	353.371,65 €	71,57%
331	Transportes rodoviários	2.201.018,00 €	2.415.018,00 €	1.923.972,84 €	79,67%
342	Turismo	52.201,00 €	58.201,00 €	43.243,91 €	74,30%
341	Mercados e feiras	253.963,00 €	258.463,00 €	212.956,74 €	82,39%
350	Outras funções económicas	2.000,00 €	2.000,00 €		0,00%
420	Transferências entre administrações	250.000,00 €	250.000,00 €	242.497,72 €	97,00%
430	Outras não especificadas				
	Total	13.987.778,00 €	14.525.598,00 €	11.040.556,55 €	76,01%

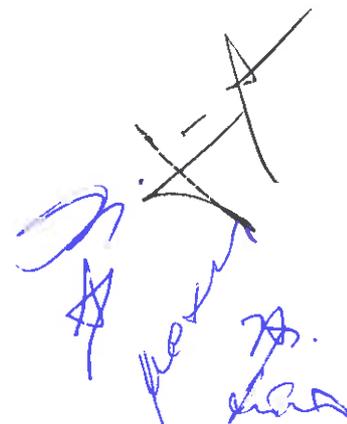
2.4 ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento apresenta-se o quadro Resumo da Execução Orçamental.

As disponibilidades financeiras do Município de Mangualde, na Gerência de 2013, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Resumo da Execução Orçamental

	Montante
Saldo da Gerência Anterior (2012)	712.055,77 €
Receita cobrada na Gerência	21.930.869,55 €
Soma	22.642.925,32 €
Despesa efetuada na Gerência	21.134.539,76 €
Saldo para a Gerência seguinte (2013)	1.508.385,56 €



2.4.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

Di. A. 2011
Maxwell
2011

2.4.1. Orçamento da Receita

2.4.1.1 Receitas Correntes

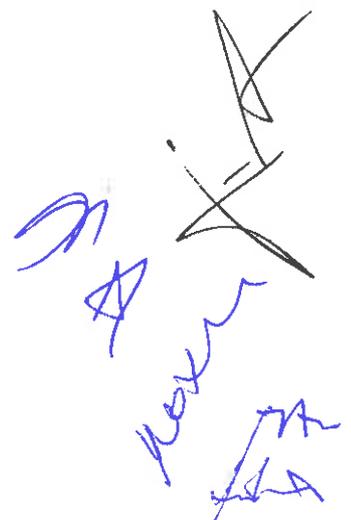
Pela sua natureza, as receitas correntes têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Com uma execução de 106,50% da dotação, os cerca de 13,165 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia. Em termos de peso, as receitas mais relevantes advieram das Transferências Correntes da Administração Central, da Venda de Bens e Serviços Correntes, nas quais assumem maior expressão as receitas com a distribuição de água, e dos Impostos Diretos.

2.4.1.2 Receitas de Capital

Relativamente às receitas de capital, o Município de Mangualde continua muito dependente das transferências provenientes de terceiros.

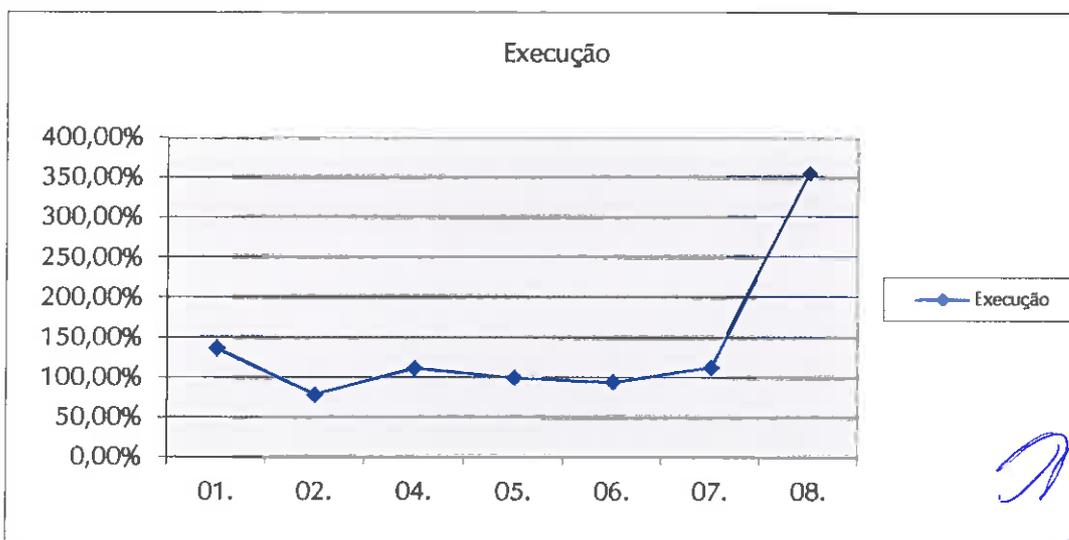
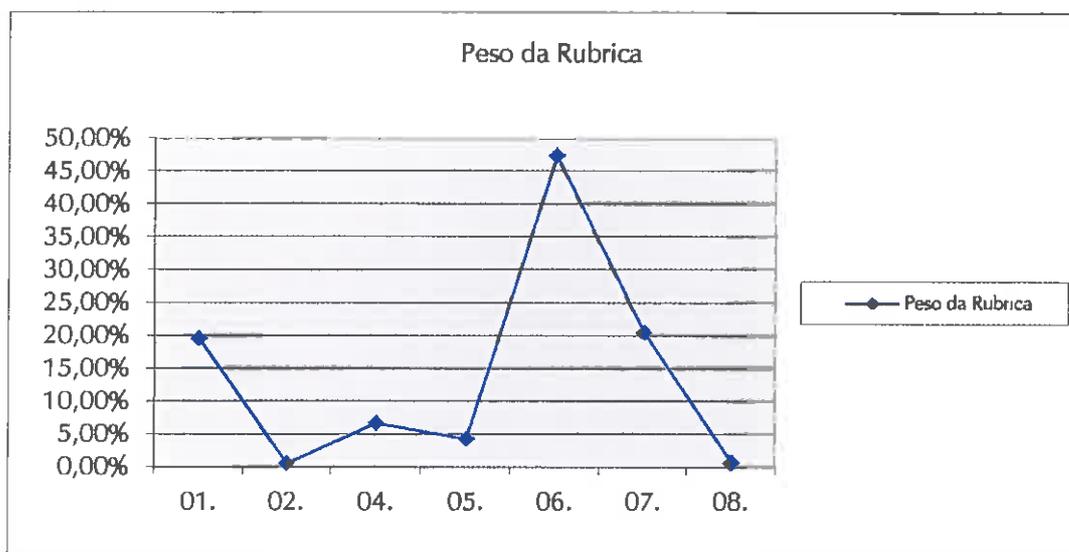
Os Passivos Financeiros, durante o exercício económico, representaram cerca de 76,03% do total das receitas de capital.

Por sua vez, as transferências de capital representaram cerca de 23,09% do total das receitas de capital. Nelas estão incluídas as Transferências do Orçamento do Estado e as transferências dos fundos estruturais comunitários e da Administração Central na sequência de candidaturas aprovadas e de contratos-programa celebrados, respetivamente.



Receitas Correntes

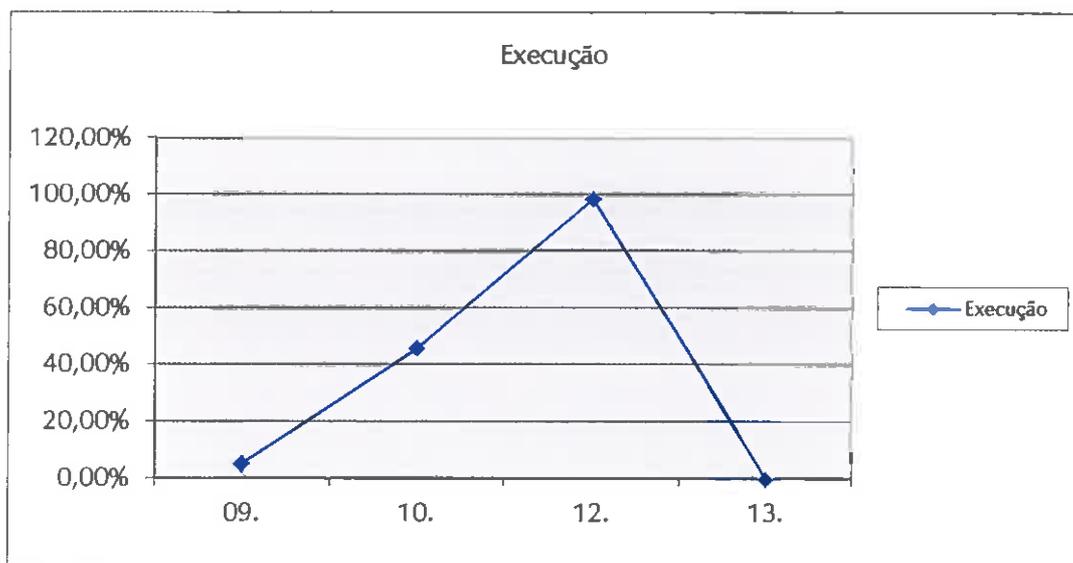
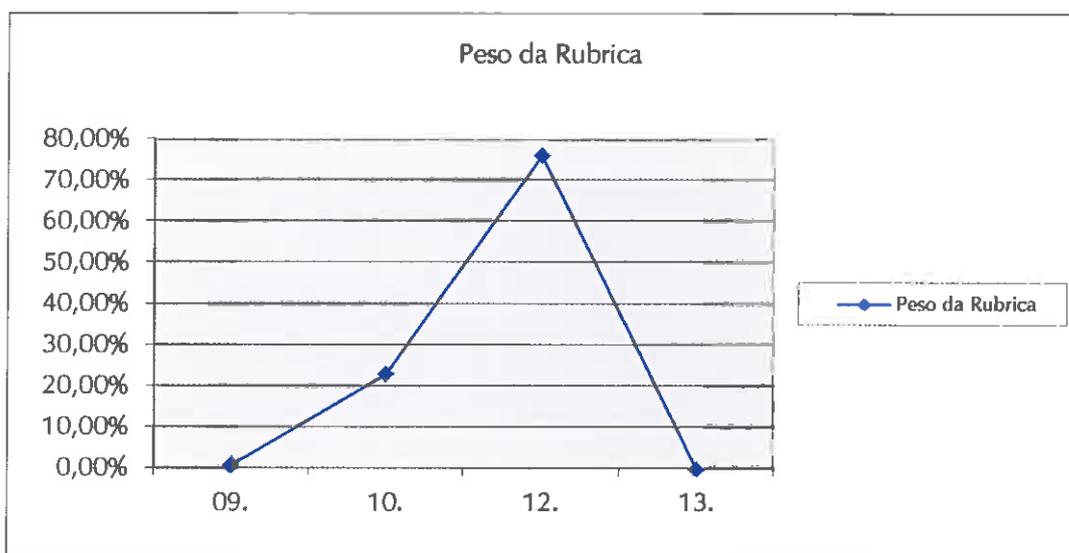
Composição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
01. Impostos diretos	1.886.985,00 €	2.580.708,92 €	19,60%	136,76%
02. Impostos indiretos	100.651,00 €	79.640,72 €	0,60%	79,13%
04. Taxas, multas e outras penalidades	790.388,00 €	888.018,12 €	6,75%	112,35%
05. Rendimentos da propriedade	573.197,00 €	575.870,61 €	4,37%	100,47%
06. Transferências correntes	6.596.754,00 €	6.245.195,77 €	47,44%	94,67%
07. Venda de bens e serviços correntes	2.387.601,00 €	2.704.148,11 €	20,54%	113,26%
08. Outras receitas correntes	25.746,00 €	91.494,80 €	0,69%	355,37%
Total das Receitas Correntes Cobradas	12.361.322,00 €	13.165.077,05 €	100,00%	106,50%



243

Receitas de Capital

Composição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
09. Venda de bens de investimento	1.451.679,00 €	77.460,41 €	0,89%	5,34%
10. Transferências de capital	4.403.686,00 €	2.017.551,97 €	23,09%	45,82%
12. Passivos Financeiros	6.748.849,00 €	6.643.648,29 €	76,03%	98,44%
13. Outras receitas de capital	100,00 €		0,00%	0,00%
Total das Receitas de Capital	12.604.314,00 €	8.738.660,67 €	100,00%	69,33%



[Handwritten signatures and initials]

N. 244

2.4.1.3 Análise Global da Receita

O total das receitas arrecadadas no exercício económico ascendeu a 21,903 milhões de euros.
A taxa de execução da receita de capital ficou-se pelos 69,33%.

No gráfico da página seguinte podemos verificar que:

Em 2009, as receitas correntes e as receitas de capital situaram-se em 63,62% e 36,38%, respetivamente;

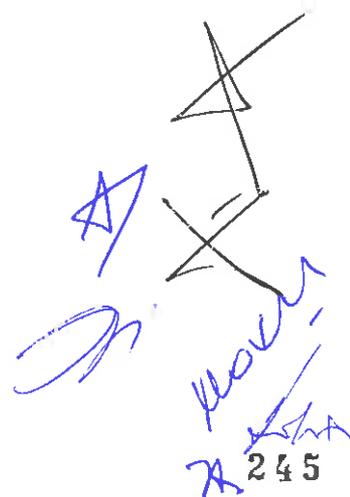
Em 2010, as receitas correntes situaram-se pelos 76,14% e as receitas de capital não foram além de 23,86%;

Em 2011, o decréscimo nas receitas correntes foi idêntico ao aumento das receitas de capital, cerca de 9%;

Em 2012, relativamente ao ano anterior e em termos percentuais, o aumento das receitas correntes foi idêntico ao decréscimo das receitas de capital em cerca de 7%;

Em 2013, as receitas correntes ficaram-se pelos 60,10%, a percentagem mais baixa dos últimos cinco anos, e as receitas de capital pelos 39,90%, a percentagem mais elevada dos últimos cinco anos.

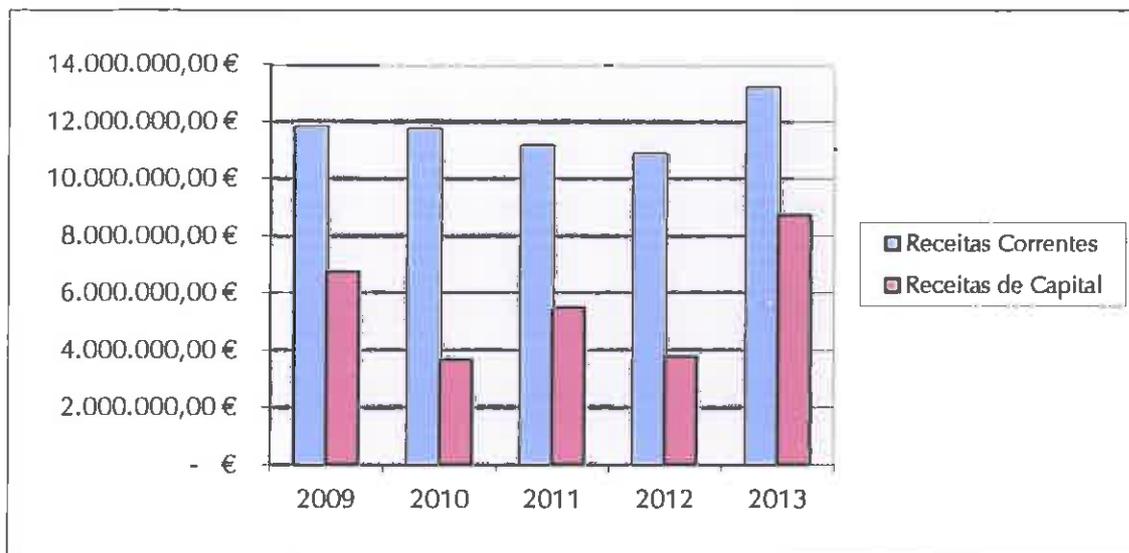
Nos dois quadros que se seguem, apresenta-se a evolução das diferentes componentes da receita e das principais receitas.



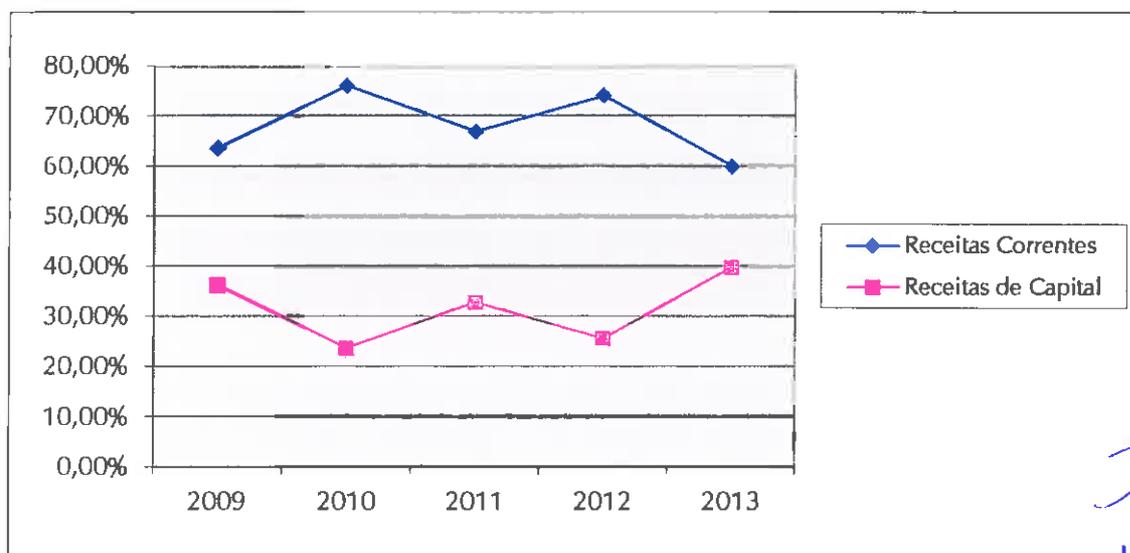
Handwritten signature and date in blue ink. The signature is stylized and appears to be 'M. M. M.'. Below it, the date '24 5' is written.

Evolução da Receita

Receita / Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	11.809.472,96 €	11.714.710,41 €	11.142.709,68 €	10.864.166,59 €	13.165.077,05 €
Receitas de Capital	6.752.215,56 €	3.671.005,85 €	5.476.612,27 €	3.784.497,46 €	8.738.660,67 €
Total	18.561.688,52 €	15.385.716,26 €	16.619.321,95 €	14.648.664,05 €	21.903.737,72 €



Receita / Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	63,62%	76,14%	67,05%	74,16%	60,10%
Receitas de Capital	36,38%	23,86%	32,95%	25,84%	39,90%



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the number 246.

Evolução das Diferentes Componentes da Receita

Rubricas / Anos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Montante €	%	Montante €	%	Montante €	%	Montante €	%	Montante €	%
RECEITAS CORRENTES										
01 Impostos directos	2 765 785,67	14,9%	1 952 988,54	12,7%	1 953 588,74	11,7%	1 914 500,61	12,8%	2 180 708,92	11,4%
02 Impostos indirectos	94 244,47	0,5%	98 473,84	0,6%	94 554,28	0,6%	96 635,70	0,6%	79 640,72	0,4%
04 Taxas, multas e outras penalidades	716 991,06	3,9%	777 073,22	5,1%	745 462,71	4,4%	788 376,05	5,1%	888 018,12	3,9%
05 Rendimentos da propriedade	567 824,54	3,1%	559 786,55	3,6%	562 254,04	3,4%	579 730,27	3,9%	575 870,61	2,5%
06 Transferências correntes	5 532 724,52	29,8%	5 813 111,36	37,8%	5 490 960,96	32,8%	5 142 519,52	14,4%	6 245 195,77	27,6%
07 Vendas de bens e serviços correntes	2 089 947,79	11,3%	2 481 831,06	16,1%	2 262 546,98	13,5%	2 316 223,25	15,5%	2 704 148,11	12,0%
08 Outras receitas correntes	41 954,91	0,2%	29 441,84	0,2%	25 141,97	0,2%	26 181,19	0,2%	91 494,80	0,4%
Total das Receitas Correntes	11.809.472,96	63,6%	11.714.710,41	76,1%	11.142.709,68	66,5%	10.864.166,59	72,6%	13.165.077,08	58,2%
RECEITAS DE CAPITAL										
09 Venda de bens de investimento	10 128,00	0,1%	762 480,35	5,0%	405 883,22	2,4%	229 920,40	1,5%	77 460,41	0,3%
10 Transferências de capital	2 485 195,02	13,4%	2 908 525,50	18,9%	4 605 809,69	27,5%	3 521 057,84	23,5%	2 017 551,97	8,9%
12 Passivos financeiros	4 190 228,00	22,6%	0,00	0,0%	464 839,36	2,8%	0,00	0,0%	6 643 648,29	29,4%
11 Outras receitas de capital	66 664,54	0,4%	0,00	0,0%	80,00	0,0%	33 519,22	0,2%	0,00	0,0%
Total das Receitas de Capital	6.752.215,56	36,4%	3.671.005,85	23,9%	5.476.612,27	32,7%	3.784.497,46	25,3%	8.738.660,67	38,6%
15 Reposições não assistidas nos pagamentos	7,60	0,0%	761,95	0,0%	1 935,37	0,0%	505,00	0,0%	1 552,20	0,0%
16 Saldo da gestão anterior					139 384,00		311 743,54	2,1%	712 855,77	3,1%
TOTAL GERAL (sem/som saldo da gestão anterior)	18.561.695,52	100,0%	15.386.478,21	100,0%	16.760.641,32	99,2%	14.960.912,59	100,0%	22.619.345,69	100,0%

Evolução das Principais Receitas

Rubricas / Anos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Montante €	%								
IMI / Contribuição Autárquica	1 140 204,44	6,1%	1 053 307,28	6,8%	1 147 334,11	6,9%	1 202 731,73	8,2%	1 788 156,70	8,2%
IMT / Siza	1 062 878,90	5,7%	442 777,39	2,9%	294 485,69	1,8%	210 721,26	1,4%	190 122,65	0,9%
Derrama	284 702,95	1,5%	157 715,45	1,0%	192 399,15	1,2%	132 072,51	0,9%	146 274,57	0,7%
FEF + FSM + Participação fora no IRS	7 059 581,00	38,0%	7 419 850,50	48,4%	7 069 664,00	42,5%	6 708 737,00	45,8%	7 264 443,20	32,2%
Loteamentos e obras	126 746,28	0,7%	82 456,46	0,5%	55 881,19	0,3%	63 894,38	0,4%	135 984,45	0,6%
Saneamento	266 795,93	1,4%	318 882,17	2,1%	293 710,81	1,8%	296 807,26	2,0%	306 616,14	1,4%
Restantes Taxas, multas e outras penalidades	123 448,83	1,7%	373 734,59	2,4%	193 870,71	1,1%	427 674,41	2,9%	581 401,98	2,7%
Vendas de bens (incluindo água)	1 307 309,68	7,0%	1 593 179,61	10,4%	1 439 669,41	8,7%	1 437 219,60	9,8%	1 882 822,91	8,6%
Serviços	737 209,30	4,0%	840 059,02	5,5%	761 028,28	4,6%	827 578,78	5,6%	783 283,84	3,6%
Estado Particip. Comunit. Projectos co-financiados	11 078,44	0,1%	226 961,50	1,5%	2 002 803,62	12,0%	702 121,78	4,8%	233 759,67	1,1%
Restantes rubricas	6 243 411,80	33,6%	2 855 734,24	18,6%	2 968 410,35	17,9%	2 619 584,34	18,0%	8 594 423,81	39,2%
TOTAL GERAL (sem saldo da gestão anterior)	18.563.367,57	100,0%	15.386.478,21	100,0%	16.621.257,32	100,0%	14.649.169,05	100,0%	21.907.289,92	100,0%

Em 2013, entre as componentes mais significativas da receita há que destacar:

- As verbas provenientes do Orçamento do Estado, em 33,2%, evidenciando a dependência do Município perante a Administração Central;
- A venda de bens (incluindo água) que representaram 8,6%;
- O IMI/CAutárquica com cerca de 8,2%;
- O IMT com cerca de 0,9%.
- O Saneamento com cerca de 1,4%.

Relativamente a 2012 e em termos percentuais, em 2013:

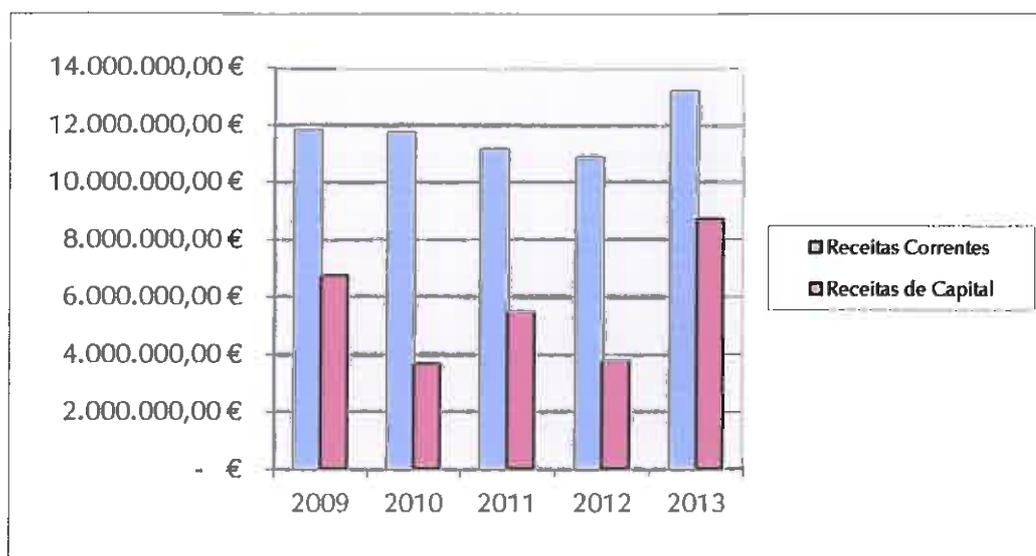
- As Receitas Correntes diminuíram cerca de 14,4%;
- As Receitas de Capital aumentaram cerca de 13,3%.

[Handwritten signatures and initials]

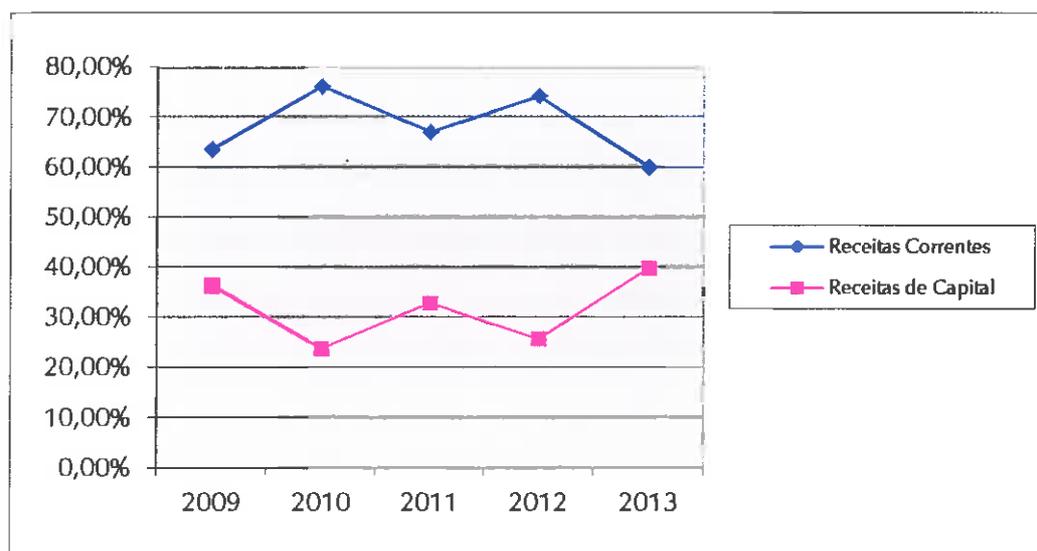
247

Evolução da Distribuição da Receita - Corrente / Capital

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	11.809.472,96 €	11.714.710,41 €	11.142.709,68 €	10.864.166,59 €	13.165.077,05 €
Receitas de Capital	6.752.215,56 €	3.671.005,85 €	5.476.612,27 €	3.784.497,46 €	8.738.660,67 €
Total	18.561.688,52 €	15.385.716,26 €	16.619.321,95 €	14.648.664,05 €	21.903.737,72 €



Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	63,62%	76,14%	67,05%	74,16%	60,10%
Receitas de Capital	36,38%	23,86%	32,95%	25,84%	39,90%



Handwritten notes and signatures:
 - Blue ink scribbles and lines.
 - A signature that appears to be "Mour".
 - The number "248" written at the bottom right.

Evolução da Execução Orçamental da Receita (sem saldos de gestão)

Receitas	Dotação	Receita Arrecadada	% de Execução
Correntes			
2006	10.567.624,00 €	9.784.082,18 €	92,59%
2007	12.121.162,00 €	11.528.408,73 €	95,11%
2008	12.320.407,00 €	11.594.605,22 €	94,11%
2009	13.103.817,00 €	11.809.472,96 €	90,12%
2010	12.538.832,00 €	11.714.710,41 €	93,43%
2011	13.254.084,00 €	11.142.709,68 €	84,07%
2012	13.517.717,00 €	10.864.166,59 €	80,37%
2013	12.361.322,00 €	13.165.077,05 €	106,50%
Capital			
2006	19.499.286,00 €	5.677.822,56 €	29,12%
2007	18.390.153,00 €	4.449.554,23 €	24,20%
2008	18.844.416,00 €	3.161.092,47 €	16,77%
2009	31.766.211,00 €	6.752.215,56 €	21,26%
2010	25.609.846,00 €	3.671.005,85 €	14,33%
2011	25.343.082,00 €	5.476.612,27 €	21,61%
2012	23.671.973,00 €	3.784.497,46 €	15,99%
2013	12.604.314,00 €	8.738.660,67 €	69,33%

Neste quadro podemos verificar que a taxa de execução das receitas correntes se manteve acima dos 90%, até 2010, teve uma quebra para 84,07%, em 2011, seguida de nova quebra para 80,37%, em 2012. Em 2013, verificou-se uma subida para os 106,50%.

Por outro lado, até 2012, a taxa de execução das receitas de capital manteve-se abaixo dos 30% com uma quebra de cerca de 7,5% de 2007 para 2008, seguida de uma subida de cerca de 4,5%, em 2009. Em 2010, verificou-se uma nova quebra de cerca de 6,95%, tendo, em 2011, subido mais de 7% seguida de nova quebra de cerca de 5,6%, em 2012. Em 2013, verificou-se uma subida bastante acentuada para os 69,33%.

Handwritten signature and stamp in blue ink, including the number 249.

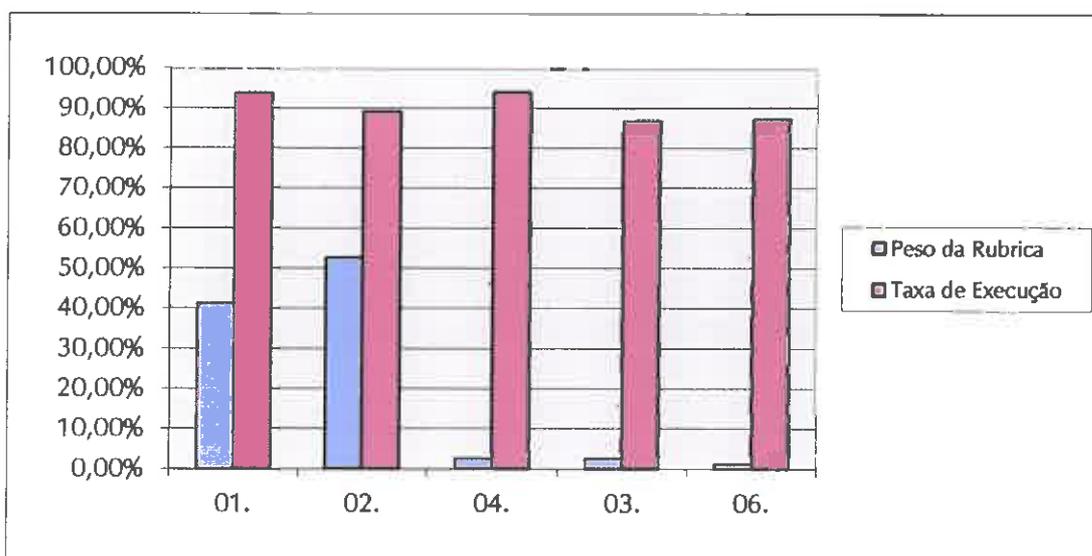
2.4.2 ORÇAMENTO DA DESPESA

Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature
R. 250

2.4.2.1 DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, com uma execução de 90,87%, representam cerca de 11,2 milhões de euros. As Despesas com Pessoal e a Aquisição de bens e serviços representam cerca de 93,74% da despesa total.

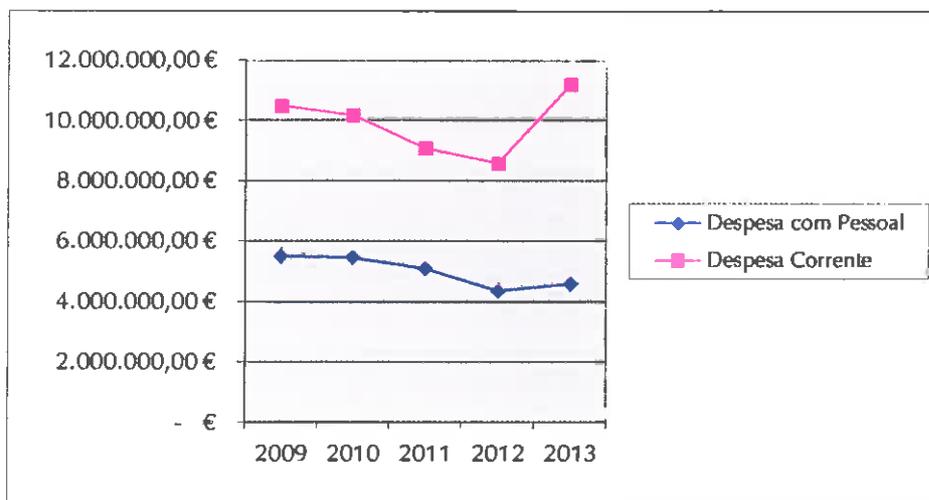
Composição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
01. Despesas com Pessoal	4.926.930,77 €	4.611.861,42 €	41,15%	93,61%
02. Aquisição de bens e serviços	6.622.608,00 €	5.892.944,10 €	52,59%	88,98%
04. Transferências correntes	306.755,00 €	288.233,85 €	2,57%	93,96%
03. Juros e outros encargos	329.092,00 €	285.196,82 €	2,54%	86,66%
06. Outras despesas correntes	147.100,00 €	128.241,36 €	1,14%	87,18%
Total da Despesa Corrente	12.332.485,77 €	11.206.477,55 €	100,00%	90,87%



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'A' and some illegible scribbles.

Evolução da Despesa com Pessoal (Orçamental) / Despesa Corrente

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Despesa com Pessoal	5.532.273,27 €	5.478.539,18 €	5.116.771,55 €	4.386.021,36 €	4.611.861,42 €
Despesa Corrente	10.500.327,48 €	10.202.628,15 €	9.104.529,60 €	8.605.133,25 €	11.206.477,55 €
	52,69%	53,70%	56,20%	50,97%	41,15%

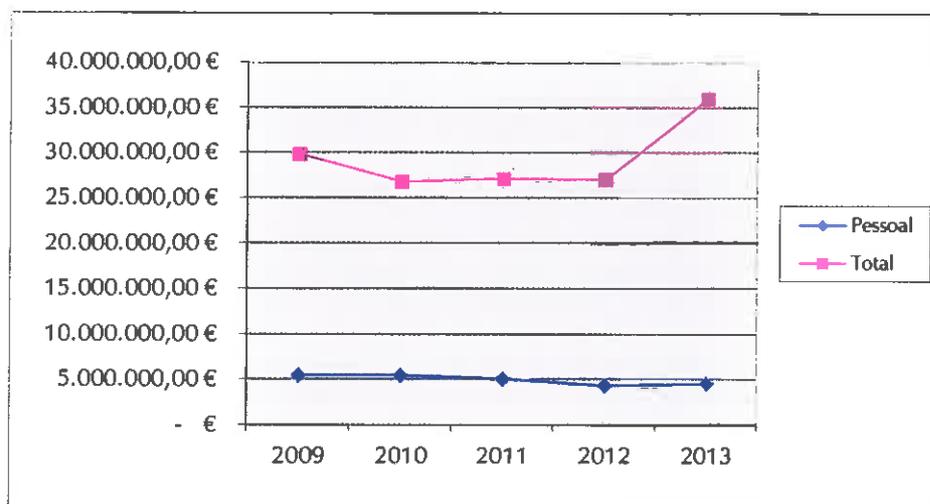


Se compararmos a Despesa com Pessoal com a Despesa Corrente, verificaremos que, relativamente a 2012, houve um decréscimo de cerca de 9,8%.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Evolução da Despesa com Pessoal / Despesa Total

Designação	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal	5.532.273,27 €	5.478.539,18 €	5.116.771,55 €	4.386.021,36 €	4.611.861,42 €
Total	29.923.432,48 €	26.861.404,14 €	27.201.978,81 €	27.111.869,49 €	36.018.591,35 €
	18,49%	20,40%	18,81%	16,18%	12,80%



Se compararmos a Despesa com Pessoal com a Despesa Total, verificaremos que em 2009 se manteve nos 18,49%. Contudo, em 2010, relativamente ao ano anterior, teve uma subida de cerca de 1,90%. Em 2011, relativamente a 2010, decresceu cerca de 1,59%, registando nova descida de 2,63%, em 2012, relativamente a 2011, seguida de nova descida de 3,38% em 2013, relativamente a 2012.

Handwritten signature and initials in blue ink.

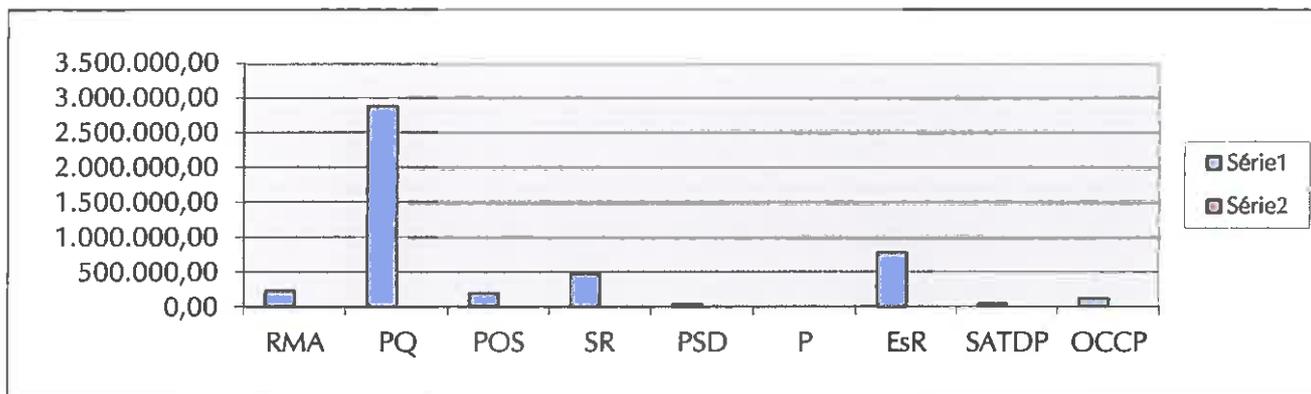
Custos com o Pessoal

Os custos com o Pessoal, na óptica patrimonial, repartem-se em três categorias:

- Membros autárquicos;
- Pessoal do quadro, e
- Pessoal em qualquer outra situação.

A categoria do Pessoal do quadro contribui com relevância para a formação dos custos.

CUSTOS COM O PESSOAL			VALORES (€)	%
641	Remun. Membros Autárquicos	RMA	224.745,72	4,78%
64211	Pessoal do Quadro	PQ	2.873.255,73	61,09%
64212	Pessoal em qualquer outra situação	POS	185.989,51	3,95%
6422	Suplementos de remunerações	SR	464.257,83	9,87%
6423	Prestações Sociais Directas	PSD	27.460,62	0,58%
643	Pensões	P		0,00%
645	Encargos s/ Remunerações	EsR	770.642,90	16,39%
646	Seg. Acid. Trabalho e Doenças Profis.	SATDP	41.402,44	0,88%
648	Outros Custos c/ Pessoal	OCCP	115.446,74	2,45%
TOTAL			4.703.201,49	100,00%



[Assinaturas manuscritas em azul]

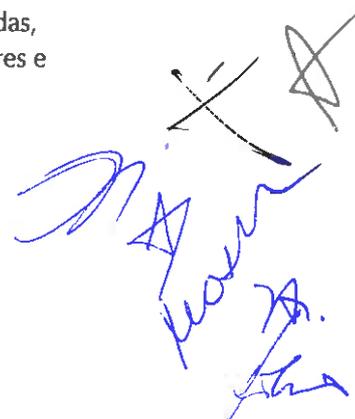
254

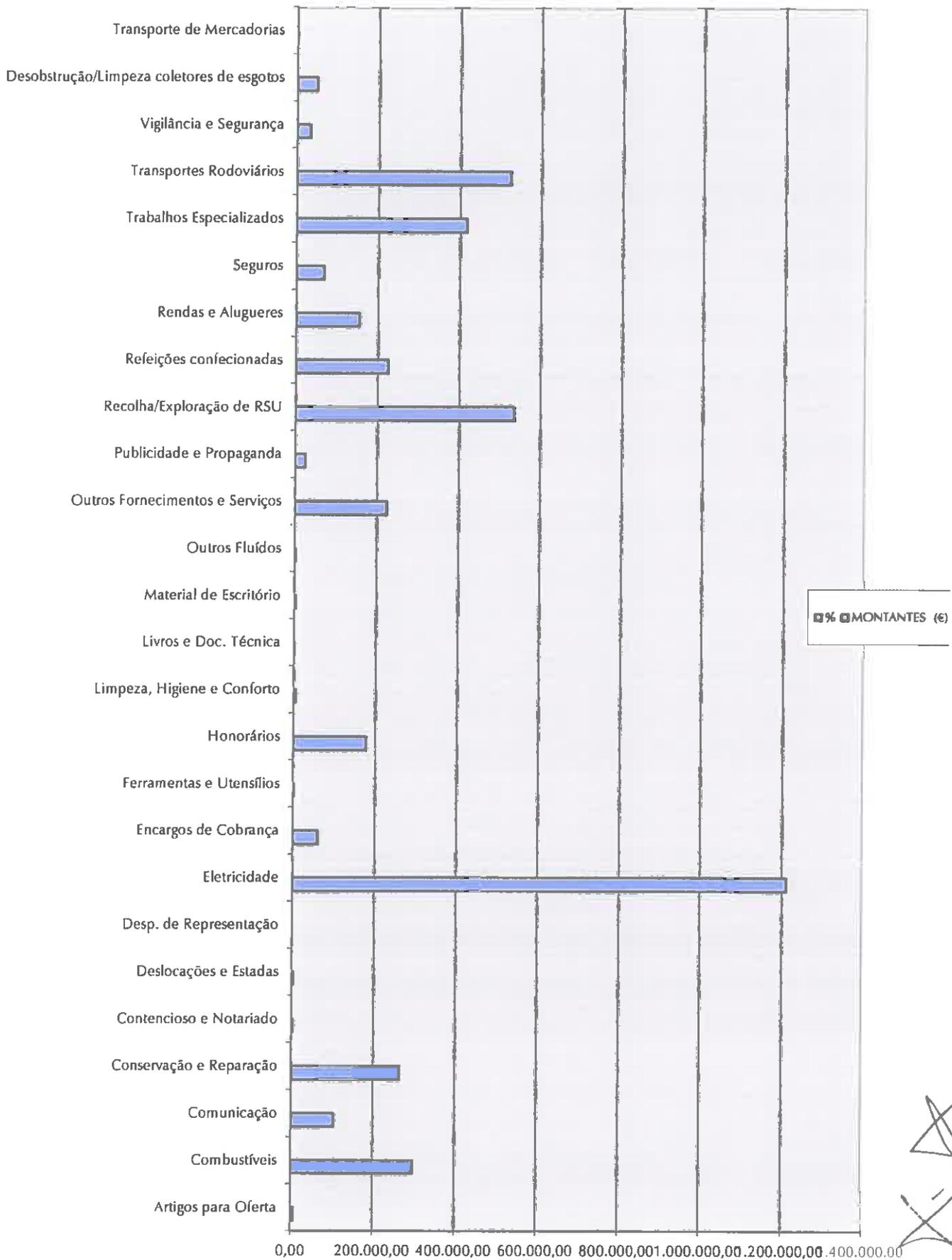
Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição de custos mais significativos desenvolve-se no quadro seguinte :

RUBRICAS	MONTANTES (€)	%
Artigos para Oferta	7.326,00	0,17%
Combustíveis	297.115,91	6,77%
Comunicação	102.520,76	2,34%
Conservação e Reparação	264.932,37	6,04%
Contencioso e Notariado	3.245,56	0,07%
Deslocações e Estadas	4.419,57	0,10%
Disp. de Representação	0,00	0,00%
Eletricidade	1.210.999,94	27,59%
Encargos de Cobrança	60.171,60	1,37%
Ferramentas e Utensílios	2.059,71	0,05%
Honorários	177.180,32	4,04%
Limpeza, Higiene e Conforto	5.330,48	0,12%
Livros e Doc. Técnica	23,91	0,00%
Material de Escritório	3.694,03	0,08%
Outros Flúidos	2.659,01	0,06%
Outros Fornecimentos e Serviços	223.066,72	5,08%
Publicidade e Propaganda	24.610,14	0,56%
Recolha/Exploração de RSU	534.597,20	12,18%
Refeições confeccionadas	223.504,97	5,09%
Rendas e Alugueres	153.418,67	3,50%
Seguros	67.215,07	1,53%
Trabalhos Especializados	415.669,93	9,47%
Transportes Rodoviários	524.255,36	11,94%
Vigilância e Segurança	32.479,81	0,74%
Desobstrução/Limpeza coletores de esgotos	48.820,42	1,11%
Transporte de Mercadorias	179,03	0,00%
TOTAL	4.389.496,49	100,00%

Destaque para as rubricas Eletricidade, Recolha/Exploração de RSU, Transportes Rodoviários, Trabalhos Especializados, Combustíveis, Conservação e Reparação, Refeições Confeccionadas, Outros Fornecimentos e Serviços, Honorários, Rendas e Alugueres e









 256

Outros Fornecimentos e Serviços		
DESIGNAÇÃO	MONTANTES (€)	%
Atividades culturais e turísticas	92.658,35	41,54%
Portagens	7.950,03	3,56%
Atividades desportivas	21.574,30	9,67%
Atividades educativas	5.047,00	2,26%
Atividades sociais	8.297,99	3,72%
Jornais e revistas	1.861,04	0,83%
Anúncios	5.071,21	2,27%
Fornecimentos e serviços diversos	80.606,80	36,14%
TOTAL	223.066,72	100,00%

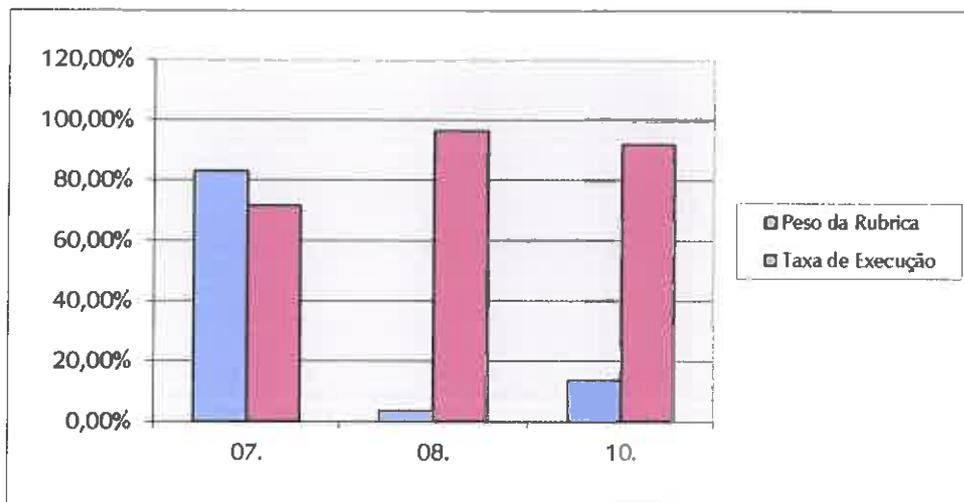





2.4.2.2 DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital são quase totalmente absorvidas pela Aquisição de bens de capital cujo peso se cifra em cerca de 82,93% da despesa realizada. Contudo, a taxa de execução não foi além de cerca de 71,48%, pelo que podemos afirmar que quanto maior é o peso das rubricas em relação ao total, menor é a taxa de execução.

Composição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
07. Aquisição de bens de capital	11.517.105,00 €	8.232.969,21 €	82,93%	71,48%
08. Transferências de capital	367.210,00 €	353.610,78 €	3,56%	96,30%
10. Passivos financeiros	1.460.991,00 €	1.341.482,22 €	13,51%	91,82%
Total da Despesa de Capital	13.345.306,00 €	9.928.062,21 €	100,00%	74,39%

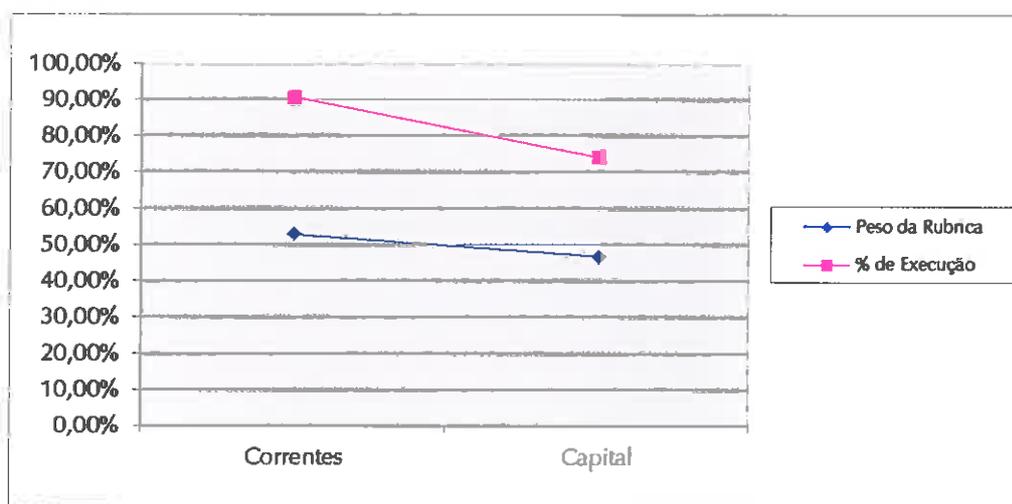


Handwritten signature and initials in blue ink.

2.4.2.3 ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Exercício Económico de 2013

Despesas	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	% de Execução
Correntes	12.332.485,77 €	11.206.477,55 €	53,02%	90,87%
Capital	13.345.306,00 €	9.928.062,21 €	46,98%	74,39%
Total Geral	25.677.791,77 €	21.134.539,76 €	100,00%	82,31%



A despesa total paga no exercício foi de cerca de 21,13 milhões de euros, dos quais 53,02% se reportam a despesas correntes e cerca de 46,98% a despesas de capital.

A taxa de execução é muito superior nas despesas correntes, devido à natureza histórica que as mesmas apresentam. É mais fácil dotar as despesas correntes, que incorporam as despesas com o Pessoal e outras que de alguma forma são previsíveis, do que as despesas de capital que respeitam a investimentos e com um grande número de condicionantes para a sua realização efetiva.

[Assinatura manuscrita]
259

Evolução da Execução Orçamental da Despesa - 2006 a 2013

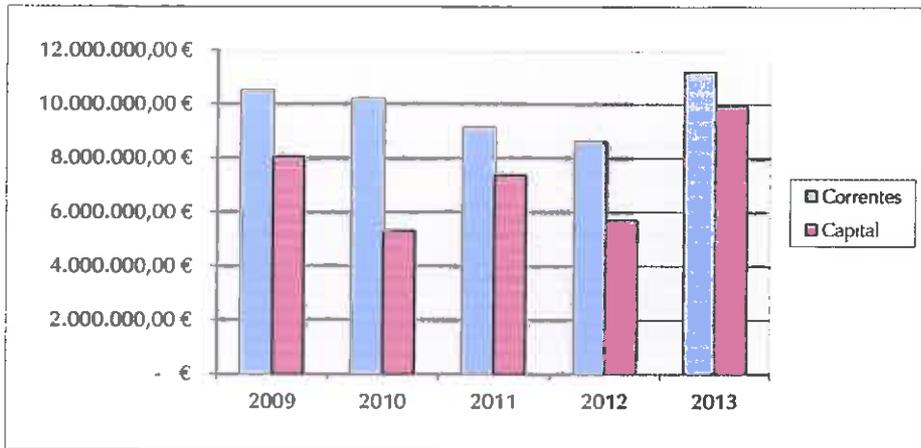
Despesas	Dotação	Paga	% de Execução
Correntes			
2006	10.567.324,00 €	8.811.297,57 €	83,38%
2007	11.809.837,00 €	9.642.889,02 €	81,65%
2008	12.313.332,00 €	10.550.061,83 €	85,68%
2009	12.969.655,00 €	10.500.327,48 €	80,96%
2010	12.495.060,00 €	10.202.628,15 €	81,65%
2011	13.192.980,00 €	9.104.259,60 €	69,01%
2012	13.479.230,00 €	8.605.133,25 €	63,84%
2013	12.332.485,77 €	11.206.477,55 €	90,87%
Capital			
2006	19.499.586,00 €	6.653.233,06 €	34,12%
2007	18.701.578,00 €	6.379.331,81 €	34,11%
2008	18.851.591,00 €	4.315.925,11 €	22,89%
2009	31.900.473,00 €	8.051.713,03 €	25,24%
2010	25.653.718,00 €	5.314.682,09 €	20,72%
2011	25.544.332,00 €	7.372.958,11 €	28,86%
2012	24.023.443,54 €	5.690.426,69 €	23,69%
2013	13.345.306,00 €	9.928.062,21 €	74,39%

Entre 2006 e 2010, as Despesas Correntes mantiveram uma execução superior a 80%, mas, em 2011, decresceram cerca de 12,6% e, em 2012, relativamente ao ano anterior, decresceram cerca de 5,17%. Em 2013, cifraram-se em 90,87%, relativamente ao ano anterior um aumento de cerca de 27,03%.

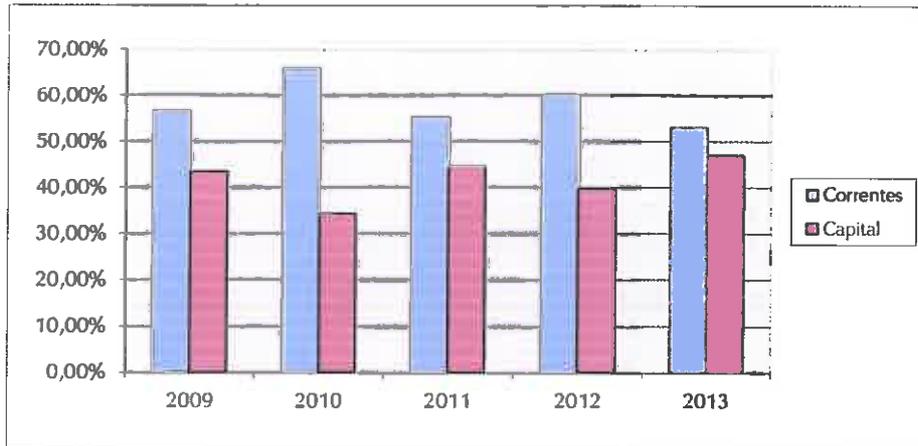
As Despesas de Capital tiveram uma taxa relativamente elevada nos anos de 2006 e 2007. Nos anos subsequentes, em 2008 registaram um decréscimo acentuado e, em 2009, relativamente ao ano anterior, subiram cerca de 2% para, em 2010, voltarem a descer cerca de 4,52%. Em 2011, relativamente ao ano anterior, tiveram um incremento de cerca de 8,1% e, em 2012, relativamente ao ano anterior, decresceram cerca de 5,17%. Em 2013, tiveram a taxa de execução de 74,39%, a mais elevada desde 2006.

Evolução das Despesas - Correntes / Capital

Despesa / Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Correntes	10.500.327,48 €	10.202.628,15 €	9.104.259,60 €	8.605.133,25 €	11.206.477,55 €
Capital	8.051.713,03 €	5.314.682,09 €	7.372.958,11 €	5.690.426,69 €	9.928.062,21 €
Total	18.552.040,51 €	15.517.310,24 €	16.477.217,71 €	14.295.559,94 €	21.134.539,76 €



Despesa / Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Correntes	56,60%	65,75%	55,25%	60,19%	53,02%
Capital	43,40%	34,25%	44,75%	39,81%	46,98%



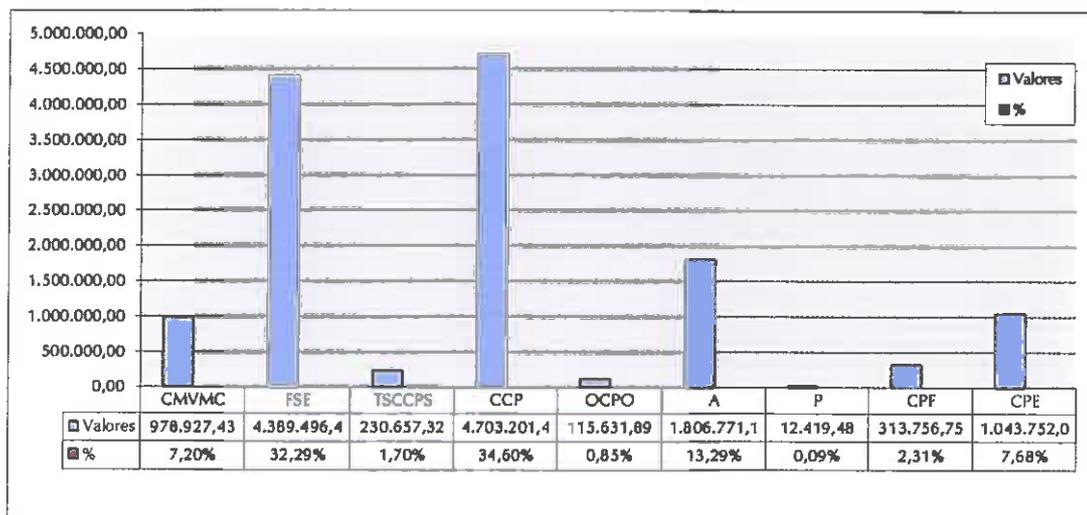
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Estrutura de Custos

Para o exercício das actividades desenvolvidas ao longo do ano concorrem todos os custos e perdas do exercício conforme o desenvolvimento do quadro seguinte.

ESTRUTURA DE CUSTOS		VALORES	%
Custos das Mercadorias Vendidas e Consumidas	CMVMC	978.927,43	7,20%
Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	4.389.496,49	32,29%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	TSCCPS	230.657,32	1,70%
Custos com o Pessoal / Patrimonial	CCP	4.703.201,49	34,60%
Outros Custos e Perdas Operacionais	OCPO	115.631,89	0,85%
Amortizações	A	1.806.771,10	13,29%
Provisões	P	12.419,48	0,09%
Custos e Perdas Financeiras	CPF	313.756,75	2,31%
Custos e Perdas Extraordinárias	CPE	1.043.752,06	7,68%
TOTAL		13.594.614,01	100,00%

ESTRUTURA DE CUSTOS



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Evolução das Diferentes Componentes da Despesa (Montante e percentagem face à despesa Total)

Rubricas / Anos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Montante €	%								
DESPESAS CORRENTES										
01 Pessoal	5 532 273,27	29,8%	5 478 539,18	35,1%	5 116 771,35	31,1%	4 386 021,36	30,7%	4 611 861,42	21,8%
02 Aquisição de Bem e Serviços	4 118 966,01	22,3%	4 078 814,23	26,3%	1 477 210,49	21,1%	3 710 943,52	26,0%	5 892 944,10	27,9%
02.01 Aquisição de Bem	1 253 767,15	6,8%	1 025 490,86	6,6%	1 015 749,69	6,2%	1 096 202,73	7,7%	1 446 071,13	6,8%
02.02 Aquisição de Serviços	2 865 198,86	15,6%	3 053 323,37	19,7%	2 461 460,80	14,9%	2 614 740,79	18,3%	4 446 872,97	21,0%
03 Juros e outros encargos	433 641,14	2,3%	224 198,46	1,4%	225 163,59	1,4%	218 707,38	1,5%	285 196,82	1,3%
04 Transferências correntes	352 829,40	1,9%	316 174,18	2,2%	236 290,50	1,4%	220 756,14	1,5%	288 213,85	1,4%
06 Outras despesas correntes	42 615,66	0,2%	84 702,10	0,5%	48 823,47	0,1%	68 704,83	0,5%	128 241,36	0,6%
Total das Despesas Correntes	10.500.327,48	56,6%	10.202.628,15	65,7%	9.104.259,60	59,3%	8.608.133,21	60,7%	11.206.477,53	53,0%
DESPESAS DE CAPITAL										
07 Aquisição de bem de capital	6 839 321,14	36,9%	3 969 776,77	25,6%	5 961 499,13	36,2%	4 189 455,16	30,7%	8 232 969,21	39,0%
08 Transferências de capital	567 156,07	3,1%	243 691,60	1,6%	367 329,22	2,2%	344 512,15	2,4%	353 610,78	1,7%
10 Passivos financeiros	644 713,82	3,5%	1 101 211,72	7,1%	1 044 129,76	6,3%	956 439,38	6,7%	1 141 482,22	6,3%
Total das Despesas de Capital	8 051.191,03	43,4%	5.314.682,09	34,3%	7.372.958,11	44,7%	5.690.426,69	39,8%	9.728.062,21	47,0%
TOTAL GERAL	18.552.040,51	100,0%	15.517.310,24	100,0%	16.477.217,71	100,0%	14.298.559,94	100,0%	21.134.539,76	100,0%

Evolução das Principais Despesas

Rubricas / Anos	2009		2010		2011		2012		2013	
	Montante €	%								
Despesas com Pessoal	5 532 273,27	29,8%	5 478 539,18	35,3%	5 116 771,35	31,1%	4 386 021,36	30,7%	4 611 861,42	21,8%
Aquisição de bens	1 253 767,15	6,8%	1 025 490,86	6,6%	1 015 749,69	6,2%	1 096 202,73	7,7%	1 446 071,13	6,8%
Aquisição de serviços	2 865 198,86	15,6%	3 053 323,37	19,7%	2 461 460,80	14,9%	2 614 740,79	18,3%	4 446 872,97	21,0%
Captação e distribuição de água	712 610,12	3,8%	289 352,87	1,9%	471 860,67	2,9%	414 069,18	3,0%	972 796,45	4,6%
Viação rural	1 750 005,70	9,4%	1 060 911,30	6,8%	2 364 282,95	14,3%	1 271 242,03	8,9%	1 937 274,80	9,2%
Restantes rubricas	4 193 135,21	22,6%	3 193 794,62	20,6%	3 323 620,13	20,2%	3 283 432,92	22,8%	4 333 841,91	20,5%
Edifícios	735 749,18	4,0%	425 821,19	2,7%	901 702,59	5,5%	635 981,12	4,4%	1 289 206,56	6,1%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1 489 300,82	8,0%	988 076,63	6,4%	819 769,33	5,0%	593 849,81	4,2%	2 096 612,52	9,9%
TOTAL GERAL	18.552.040,51	100,0%	15.517.310,24	100,0%	16.477.217,71	100,0%	14.298.559,94	100,0%	21.134.539,76	100,0%

Das componentes mais significativas da estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com Pessoal, em 2009, o valor total ultrapassou os 5,5 milhões de euros. Em 2010, relativamente ao ano anterior, verificou-se uma ligeira redução, tendo, em 2011, tido uma redução mais acentuada em cerca de trezentos e sessenta mil euros abaixo do montante verificado no ano anterior. Em 2012, quedou-se pelos 4,38 milhões de euros e, em 2013, pelos 4,6 milhões de euros.

- A Aquisição de serviços, após ter aumentado de 2009 para 2010, decresceu consideravelmente em 2011, para nos anos seguintes voltar a crescer. Em 2013, relativamente a 2012, verificou-se um aumento de cerca de 1,8 milhões de euros.

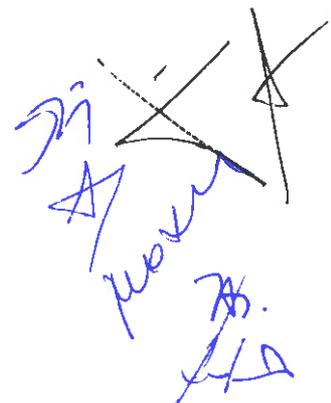
Receitas e Despesas Correntes
e
Receitas e Despesas de Capital

	Montante
Receitas Correntes	13.165.077,05 €
Despesas Correntes	11.206.477,55 €
Diferença	1.958.599,50 €
Receitas de Capital	8.738.660,67 €
Despesas de Capital	9.928.062,21 €
Diferença -	1.189.401,54 €

No quadro acima, apresenta-se um resumo das receitas e despesas correntes e das receitas e despesas de capital, onde se verifica que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza em 1 958 599,50 €.

Quanto às receitas de capital foram inferiores às despesas da mesma natureza de que resulta um valor negativo de -1 189 401,54 €.

Desse modo, o resultado positivo entre as receitas e as despesas correntes foi suficiente para anular o resultado negativo entre as receitas e as despesas de capital.



3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económico-financeira sintetiza os resultados obtidos pelo Município de Mangualde, em 31 de Dezembro de 2013.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes. The signature is located in the bottom right corner of the page.

3.1 BALANÇO

A execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade a nível patrimonial, ou seja, demonstram os bens, direitos e obrigações do Município de Mangualde.

ATIVO		PASSIVO	
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	41.922.676,92 €	Património	20.880.474,90 €
Imobilizações incorpóreas	79.825,23 €	Ajustamentos partes capital em empresas	11.000,00 €
Imobilizações corpóreas	18.811.392,63 €	Reservas	12.847.314,38 €
Investimentos financeiros	949.867,48 €	Subsídios	50.161,65 €
		Doações	572.751,96 €
		Resultados transitados	
		Resultado líquido do exercício	5.033.667,31 €
Circulante		Passivo	
Existências	234.150,78 €	Dívidas a terceiros - M/L Prazo	14.057.200,36 €
Dívidas de terceiros - CP	558.591,98 €	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.433.785,33 €
Depósitos Inst. Financ. e Caixa	1.843.027,75 €	Acréscimos e diferimentos	9.606.761,20 €
Acréscimos e diferimentos	93.584,32 €		
Total do Activo	64.493.117,09 €	Total dos Fundos Próprios + Passivo	64.493.117,09 €

A atividade de um município tem aspetos muito particulares, distintos da atividade de uma empresa do setor privado. Enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo de maximizar o seu lucro, a grande maioria dos municípios está concentrada na construção/aquisição de imobilizado visando contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos munícipes procurando aumentar o bem estar público.

Desse modo, a análise financeira das empresas privadas pode ser aplicada a um município, mas com as necessárias adaptações.

Da análise do Balanço e dos Indicadores Financeiros destaca-se o seguinte:

- O Grau de Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes é de 101,59%;
- A Liquidez Geral é de 109,36%;
- O rácio da Autonomia Financeira é de 61,08%;
- O peso do endividamento total nas receitas totais cifra-se em 68,41%;
- O endividamento de médio e longo prazo corresponde a 62,08% das receitas totais;
- As dívidas a terceiros de curto prazo correspondem a 2,22% do Activo.

3.1.1 RÁCIOS FINANCEIROS

LIQUIDEZ GERAL Circulante / Passivo Curto Prazo	190,36%
ENDIVIDAMENTO Dívidas a terceiros de Curto, Médio e Longo prazo / Fundos próprios + passivo	24,02%
AUTONOMIA FINANCEIRA (Fundos próprios / Ativo total)	61,08%
ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO (Dívidas a terceiros de Curto prazo / Ativo)	2,22%
PESO DO ENDIVIDAMENTO TOTAL NAS RECEITAS TOTAIS (Passivo Total (sem acrésc. e diferimentos) / Receitas Totais)	68,41%
PESO DO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NAS RECEITAS TOTAIS (Passivo médio e longo prazo / Receitas Totais)	62,08%
CAPITAIS PERMANENTES (Fundos Próprios + capital alheio MLP + Subsídios aos Investimentos (27)	62.746.633,07
ATIVO FIXO LÍQUIDO Imobilizado Incorpóreo + Imobilizado Corpóreo + Investimentos financeiros + dívida de terceiros MLP	61.763.762,26
FUNDO DE MANEIO (Capitais permanentes - Ativo fixo líquido)	982.870,81
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO POR CAPITAIS PERMANENTES (Capitais permanentes / incluindo Subsídios ao Investimento) / Imobilizado Líquido	101,59%

M. J. M.
M. J. M.
M. J. M.

3.1.2 IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO		
Rubricas	2012	2013
Bens do domínio público		
Terrenos e recursos naturais	2.700.391,49 €	2.700.391,49 €
Outras constr. e infraestruturas	32.983.909,99 €	37.903.975,49 €
Bens património histórico, artístico e cultural	42.679,54 €	42.679,54 €
Outros bens do domínio público	65.120,95 €	65.120,95 €
Imobilizações em curso	10.762.183,75 €	7.492.599,06 €
Imobilizações Incorpóreas		
Despesas de investimento e desenvolvimento	57.248,90 €	124.192,40 €
Propriedade Industrial e outros direitos	250,00 €	250,00 €
Imobilizações em curso	89.548,45 €	35.194,00 €
Imobilizações Corpóreas		
Terrenos e recursos naturais	3.644.699,79 €	4.001.608,82 €
Edifícios e outras construções	10.281.094,57 €	12.694.463,20 €
Equipamento Básico	1.972.772,16 €	2.120.399,49 €
Equipamento de Transporte	1.276.709,48 €	1.361.351,33 €
Ferramentas e utensílios	25.032,87 €	25.629,42 €
Equipamento Administrativo	1.730.810,52 €	1.729.595,32 €
Taras e vasilhame	604,38 €	604,38 €
Outras imobilizações corpóreas	1.151.568,24 €	1.154.120,49 €
Imobilizações em curso	1.978.444,84 €	2.037.082,35 €
Investimentos financeiros		
Partes de capital	56.985,01 €	68.059,17 €
Investimentos em imóveis	952.459,49 €	881.808,31 €
Total	69.772.514,42 €	74.439.125,21 €

3.1.3 DISPONIBILIDADES (Orçamentais)

	31 de Dezembro de 2013	01 de Janeiro de 2013
Caixa	19.604,97 €	14.559,49 €
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	1.213.918,20 €	798.077,48 €
BES	82.943,84 €	38.815,86 €
BPI	31.996,57 €	44.886,20 €
Montepio Geral	308,99 €	2.517,98 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	279.186,84 €	66.814,74 €
BPN	960,60 €	1.986,40 €
BCP	74.737,90 €	1.329,64 €
Banco Santander Portugal	139.369,84 €	65.359,56 €
Banif	- €	- €
Finibanco	- €	- €
Total Geral	1.843.027,75 €	1.034.347,35 €

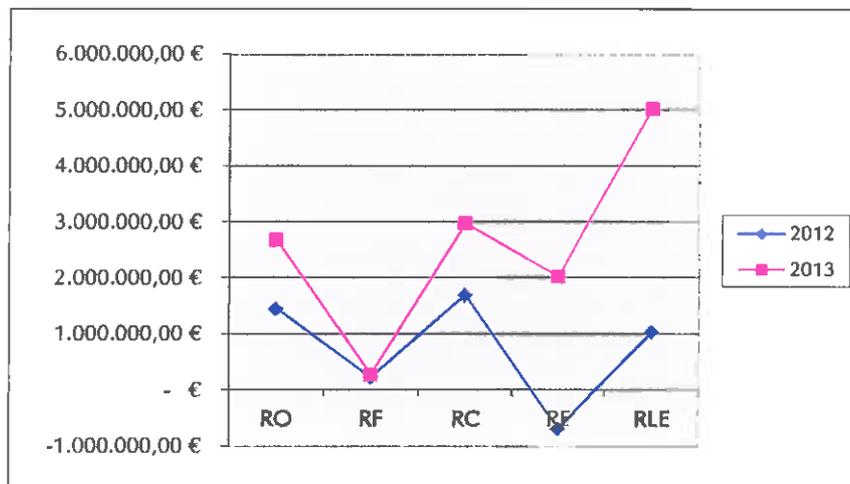
3.1.4 DÍVIDAS À BANCA E A OUTRAS ENTIDADES

	31 de Dezembro de 2013	01 de Janeiro de 2013
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	4.315.207,11 €	5.118.472,29 €
BES	817.754,16 €	881.574,16 €
BPI	495.896,17 €	560.711,14 €
CCAM	2.894.311,54 €	464.839,36 €
Outros Empréstimos		
ESTADO - PREDE	1.676.091,00 €	1.676.091,00 €
ESTADO - PAFL	3.852.897,04 €	- €
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	5.043,34 €	116.534,23 €
Total Geral	14.057.200,36 €	8.818.222,18 €

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Mangualde encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2013, com um resultado líquido do exercício positivo no montante de 5 033 667,31 €.

	2012	2013
RO Resultados Operacionais	1.468.338,00 €	2.692.313,67 €
RF Resultados Financeiros	246.219,49 €	300.142,20 €
RC Resultados Correntes	1.714.557,49 €	2.992.455,87 €
RE Resultados Extraordinários	670.592,95 €	2.041.211,44 €
RLE Resultado Líquido do Exercício	1.043.964,54 €	5.033.667,31 €



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Resultados Operacionais

PROVEITOS OPERACIONAIS	Montante	CUSTOS OPERACIONAIS	Montante
Vendas e prestação de serviços	2.433.707,06 €	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	978.927,43 €
Impostos e taxas	3.475.143,23 €	Fornecimentos e Serviços Externos	4.389.496,49 €
Proveitos suplementares	5.383,81 €	Custos com o pessoal	4.703.201,49 €
Trabalhos para a própria entidade	967.968,87 €		
Transferências e subsídios obtidos	8.047.215,90 €	Transferência e Subsídios Correntes concedidos	230.657,32 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	- €	Amortizações do exercício	1.806.771,10 €
		Provisões do Exercício	12.419,48 €
		Outros custos operacionais	115.631,89 €
Total	14.929.418,87 €	Total	12.237.105,20 €

Resultados Financeiros

PROVEITOS FINANCEIROS	Montante	CUSTOS FINANCEIROS	Montante
Proveitos e ganhos financeiros	613.898,95 €	Custos e perdas financeiros	313.756,75 €
Total	613.898,95 €	Total	313.756,75 €

Em 2013, os Resultados Financeiros apresentam um valor de **300 142,20 €**.

Os Proveitos Financeiros são provenientes de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e pelos rendimentos de imóveis.

Os Custos Financeiros são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo, bem como pelos juros de mora de entidades credoras e custos referentes a serviços bancários.

Resultados Extraordinários

PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	Montante	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS	Montante
Proveitos e ganhos extraordinários	3.084.963,50 €	Custos e perdas extraordinários	1.043.752,06 €
Total	3.084.963,50 €	Total	1.043.752,06 €

No ano de 2013, os Resultados Extraordinários apresentam um valor de **2 041 211,44 €**.

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente da "amortização" dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados, em ganhos provenientes da alienação de imobilizado e benefícios de penalidades contratuais, transferências de capital obtidas e indemnizações obtidas.

Os custos e perdas extraordinárias dizem respeito, fundamentalmente, a subsídios de capital concedidos, bem como à alienação e abate de imobilizado.

Resultado Líquido do Exercício

PROVEITOS TOTAIS	Montante	CUSTOS DO EXERCÍCIO	Montante
Proveitos Totais	18.628.281,32 €	Custos e perdas do Exercício	13.594.614,01 €
Total	18.628.281,32 €	Total	13.594.614,01 €

O Resultado Líquido do Exercício, no montante de **5 033 667,31 €**, deverá ser distribuído do seguinte modo:

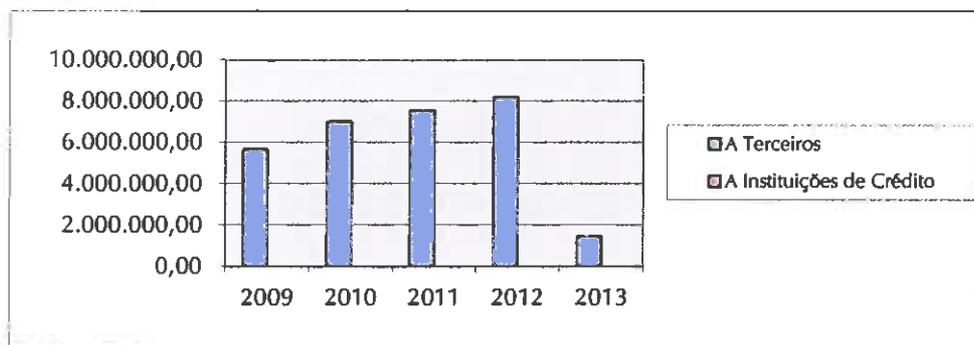
- 251 683,37 € para Reservas Legais;
- 4 781 983,94 € para Reservas Livres.

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

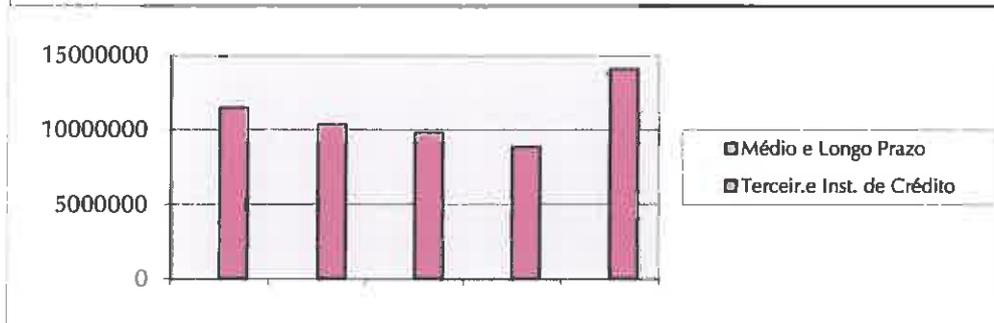
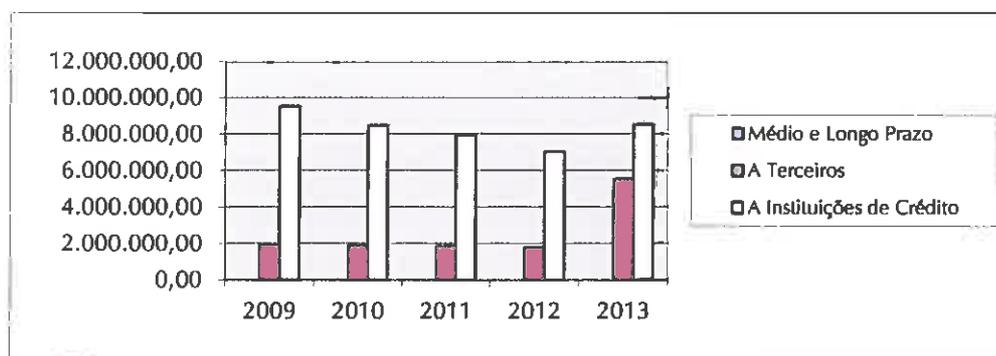
Os valores apurados para tratamento comparativo da evolução da dívida do Município fazem parte das contas de gerência do quadriênio 2009/2012.

DÍVIDAS A TERCEIROS					
PERÍODO	ANOS				
Curto Prazo	2009	2010	2011	2012	2013
A Terceiros	5.643.304,31	6.978.050,07	7.512.376,20	8.170.207,26	1.433.785,33
A Instituições de Crédito					
Médio e Longo Prazo	2009	2010	2011	2012	2013
A Terceiros	1.929.422,82	1.883.928,64	1.835.639,32	1.792.625,23	5.534.031,38
A Instituições de Crédito	9.525.760,86	8.470.043,32	7.939.042,24	7.025.596,95	8.523.168,98
Médio e Longo Prazo Terceir.e Inst. de Crédito	11.455.183,68	10.353.971,96	9.774.681,56	8.818.222,18	14.057.200,36

Evolução a Curto Prazo



Evolução a Médio e Longo Prazo



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Limite de Endividamento

Nos termos da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2006 (Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro), foi fixado um novo limite de endividamento para as Autarquias, que segundo o disposto no nº 6, do artigo 33º:

“ O endividamento líquido de cada Município, calculado de acordo com os nºs 4 e 5, não podem exceder, em 31 de Dezembro de 2006, o existente na mesma data do ano anterior acrescido do valor que caiba ao município no procedimento de rateio a que se refere o nº 3 deste artigo e diminuído do valor das amortizações de empréstimos que tenha de efectuar durante o ano de 2006. “

Acrescenta o nº 5, do artigo 33º, que:

“ O montante do endividamento líquido, ... resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. “

Nos termos da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2007 (Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro), segundo o disposto no nº 1, do Artigo 33º :

“ O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder no final de 2007 a soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações dos municípios previstas no artigo 24º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior. “

Por outro lado, segundo o disposto no nº 2, do mesmo artigo :

“ O montante do endividamento líquido total de cada município não pode exceder 125% do montante das receitas referidas no número anterior. “

Ainda no que diz respeito aos limites impostos às Autarquias, o nº 4, do artigo 33º, dispõe que:

“ Os municípios que tenham excedido alguns dos limites referidos nos nºs 1 e 2 devem em 2007 reduzir pelo menos 10% do montante que excede o limite violado, sob pena de correspondente redução das transferências e efectuar no Orçamento do Estado de 2008. “

Com a publicação da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais, que revogou a Lei nº 42/98, de 6 de Agosto) veio a ser confirmado o espírito expresso pelo legislador na Lei do Orçamento do Estado

para o ano de 2007 no que ao limite do endividamento líquido municipal diz respeito que segundo o disposto no nº 1, do artigo 37º, estipula :

“ O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior. “

Complementa ainda o nº 2 do mesmo artigo que:

“ Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido. “

Nos termos da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), segundo o disposto no n.º 1 do Artigo 53.º,

“ Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010. “

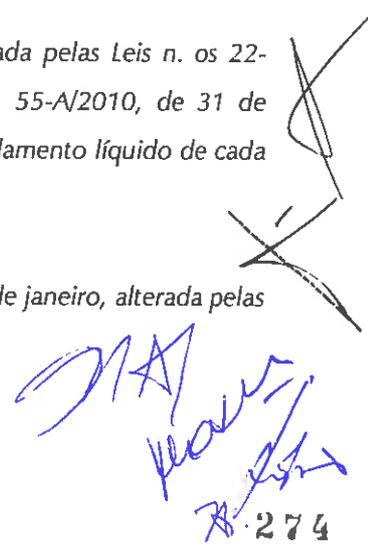
Nos termos da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, o n.º 1 do Artigo 53.º passou a dispor que

“ Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010.”

Nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE para 2013), o n.º 1 do Artigo 98.º passou a dispor que

“ Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n. os 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo ... , corresponde ao menor dos seguintes valores:

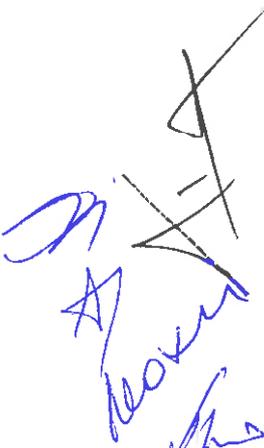
- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis”



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. A. ...'. Below the signature is a blue stamp with the number '274'.

Endividamento líquido

Cálculo do Endividamento Líquido do Município	31-12-2013
Cientes, contribuintes e utentes	400.482,32 €
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	54.778,69 €
Outros devedores	90.000,00 €
Depósitos à ordem	1.823.422,78 €
Caixa	19.604,97 €
Acréscimo de proveitos	66.293,68 €
Custos diferidos	27.290,64 €
Partes de capital	68.059,17 €
Sub-total	2.549.932,25 € (1)
Dívida a instituições de crédito	14.057.200,36 €
Fornecedores C/C	706.320,14 €
Fornecedores de Imobilizado	257.919,28 €
Estado e outros entes públicos	14.866,32 €
Outros credores	403.871,24 €
Acréscimos de custos	312.698,69 €
Sub-total	15.752.876,03 € (2)
Endividamento Líquido	13.202.943,78 € (2) - (1)


275

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2013

(Art.º 98.º da LOE/2013)

DESIGNAÇÃO		MONTANTE
Limite ao endividamento de médio e longo prazos		8.334.196,61 €
Limite ao endividamento líquido		10.417.745,76 €
SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL PARA 2013		
DESIGNAÇÃO		MONTANTE
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO		- €
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR		- €
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO		14.057.200,36 €
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO		13.202.943,78 €
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		5.043,34 €
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		537.119,15 € a)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		792.654,65 €
DÍVIDAS À EDP 1988		- €
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR		13.269.589,05 €
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR		12.947.408,28 €
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES A 2013-12-31		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	- €
	Margem	- €
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	4.935.392,44 €
	Margem	- €
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	2.529.662,52 €
	Margem	- €

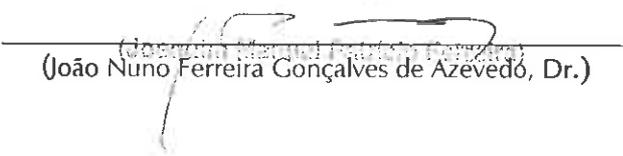
a) A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão até à presente data (2014/04/08) ainda não tinha as contas aprovadas.

3. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- Em função dos resultados apurados a Câmara Municipal de Mangualde propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2013, no valor de cinco milhões, trinta e três mil, seiscentos e sessenta e sete euros e trinta e um cêntimos (5 033 667,31 €) , segundo o disposto no ponto 2.7.3, do anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, seja aplicado do seguinte modo:
 - 251 683,37 euros para Reservas Legais;
 - 4 781 983,94 euros para Reservas Livres.

Paços do Município de Mangualde, 08 de abril de 2013

~~o Vice-Presidente -~~


(João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo, Dr.)


277



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PAEL/PAF E PSF

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, bem como no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro anexa-se ao Relatório de Gestão o relatório acima referido.

EXECUÇÃO - 2013

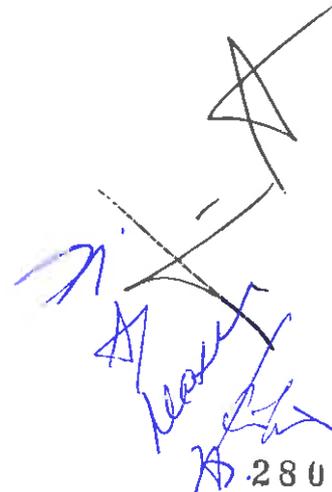
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
278
[Handwritten signature]

INDICE

I. ENQUADRAMENTO	4
A. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO	4
B. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.....	5
II. EXECUÇÃO DOS PLANOS (PAF E PSF)	7
1. DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL	7
2. EXECUÇÃO DO PAGAMENTO DE DÍVIDAS NO ÂMBITO DO PAF E DO PSF	14
2.1. PAGAMENTOS EFETUADOS DA LISTA DO QUADRO VI DO PAEL/PAF.....	14
2.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS DÍVIDAS A SATISFAZER POR CONTA DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO À DATA DE 18/09/2012	15
A) PREVISÃO DO PERÍODO TEMPORAL NECESSÁRIO À RECUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, EM RESPEITO PELAS REGRAS PRESENTES NA LFL	16
B) A APRESENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NECESSÁRIAS PARA ATINGIR UMA SITUAÇÃO FINANCEIRA EQUILIBRADA, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À CONTENÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL DURANTE O PERÍODO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, RESPEITANDO O PRINCÍPIO DE OTIMIZAÇÃO NA AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO	18
RECEITA.....	18
DESPESA	20
OUTRAS MEDIDAS	30
III. DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO DOS PLANOS (PAF E PSF)	33
A. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO	33
QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO	33
QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO	35

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA	38
QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)	43
QUADRO V: CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DA LFL.....	45
B. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.....	47
C) MEDIDAS DE CONTENÇÃO DA DESPESA CORRENTE, A QUAL NÃO PODE ULTRAPASSAR A TAXA GLOBAL DE EVOLUÇÃO FIXADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS RUBRICAS DA MESMA NATUREZA.....	47
D) PLANO COM CALENDARIZAÇÃO ANUAL DA REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO ATÉ SEREM CUMPRIDOS OS LIMITES PREVISTOS NOS ARTIGOS 37.º E 39.º DA LFL.....	49
E) INFORMAÇÃO REFERENTE À DESPESA DE INVESTIMENTO PREVISTA, BEM COMO AS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO	50
F) PLANO DE MAXIMIZAÇÃO DE RECEITAS, DESIGNADAMENTE EM MATÉRIA DE IMPOSTOS LOCAIS, TAXAS E OPERAÇÕES DE ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO	51
G) A PREVISÃO DE IMPACTE ORÇAMENTAL, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA, DAS MEDIDAS REFERIDAS NAS ALÍNEAS ANTERIORES, PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.	53



280

I. ENQUADRAMENTO

A. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Após a adesão do Município de Mangualde ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, foi celebrado em 17 de dezembro de 2012 um contrato de empréstimo entre o Município de Mangualde e o Estado Português para um empréstimo de até 4.058.139,84€. Enviado o processo para fiscalização prévia do Tribunal de Contas, foi necessário proceder-se a um aditamento ao contrato de empréstimo com data de 04 de fevereiro de 2013, tendo sido ajustado o montante do empréstimo para um valor até 4.001.681,63€, e esclarecidas diversas questões levantadas pelo Tribunal de Contas. O visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PAEL foi assim concedido com a data de 20 de março de 2013, com a consequente aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) apresentado com a adesão ao PAEL.

A libertação da primeira tranche do valor do contrato de empréstimo do PAEL, correspondente a 70% do montante financiado, nos termos do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 12.º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, foi recebida na conta do Município de Mangualde a 23 de abril de 2013. Foram entretanto enviados para a DGAL todos os documentos exigidos para a comprovação dos pagamentos efetuados com a tranche recebida, solicitando-se a libertação da 2ª tranche, tendo o recebimento na conta do Município de Mangualde ocorrido a 21 de outubro de 2013.

A adesão ao PAEL ocorreu em simultâneo com a contratação de um empréstimo para saneamento financeiro e respetivo plano de saneamento financeiro, cujo processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas obteve o respetivo visto em 11 de abril de 2013.

O Município no decorrer da execução do presente plano deu cumprimento às obrigações previstas na alínea a) do número 1 do artigo 12.º da Lei n.º Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. Assim, tendo em conta a data do visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PAEL (20-03-2013) e a data da libertação da primeira tranche (23-04-2013), optámos por considerar o primeiro trimestre de execução do PAEL com efeitos a 30-06-2013, por uma questão

de facilitação da extração de dados da contabilidade ser mais fácil no final de um mês. Foi entretanto apresentado o relatório de acompanhamento do PAEL referente ao 1.º e 2.º trimestre de execução.

B: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Em outubro de 2012 o Município propôs a adoção de um Plano de Saneamento Financeiro, que se consubstancia na contração de um empréstimo no montante de 2.690.709,21 € que visava a amortização no exercício de 2013 de créditos sobre terceiros (curto prazo).

Paralelamente, o Município propôs-se também para adesão ao PAEL, tendo já sido recebido o projeto de decisão de aceitação do pedido de adesão, em que o valor do empréstimo a conceder foi fixado em 4.001.681,63 €, após esclarecimento de diversas questões levantadas pelo Tribunal de Contas. O visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PAEL foi assim concedido com a data de 20 de março de 2013, com a consequente aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) apresentado com a adesão ao PAEL.

A contratação do empréstimo do saneamento financeiro foi celebrado em 21 de janeiro de 2013 entre o Município de Mangualde e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do vale do Dão e Alto Vouga, C.R.L até ao montante de 2.690.709,21€. O visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PSF foi assim concedido com a data de 11 de abril de 2013, com a consequente aprovação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF).

O Município no decorrer da execução do presente plano deu cumprimento às obrigações previstas na alínea c) no n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro: "c) Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação da Assembleia Municipal". Assim, tendo em conta a data do visto do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PSF (11-04-2013) e a data da libertação (23-04-2013), optámos por considerar o primeiro semestre de execução do PSF com efeitos a 31-10-2013, por uma questão de facilitação da extração de dados da contabilidade ser mais fácil no final de um mês.



1002

Assim, o presente anexo à Prestação de Contas de 2013 visa dar cumprimento às obrigações previstas no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e às obrigações previstas na alínea no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller signature below it.

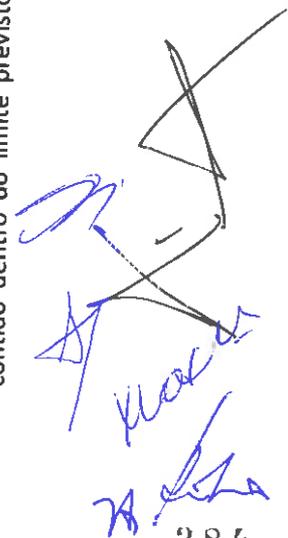
II. EXECUÇÃO DOS PLANOS (PAF E PSF)

1. DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL

No Plano de Ajustamento Financeiro aprovado e no Plano de Saneamento aprovado começámos por demonstrar a situação financeira à data de 30-06-2012, que se caracterizava por uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, tal como disposto no n.º 4 do art.º 3.º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março, encontrando-se verificada a alínea a), com um excesso de endividamento líquido de 164.525,68€, se tivermos em conta o limite do endividamento de líquido definido pelo artigo 66.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012), que prevê que o limite de endividamento do Município para 2012 não possa exceder o existente a 31-12-2011. Contudo, se o cálculo do limite de endividamento líquido fosse calculado pelo disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes (Lei das Finanças Locais – LFL), o valor que o Município de Mangualde se encontrava em excesso era de 4.433.870,93€

De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro e do n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, foi apresentado um Plano de Ajustamento Financeiro e um Plano de Saneamento Financeiro, respetivamente, para o Município de Mangualde, com uma descrição detalhada da totalidade das dívidas existentes na esfera do Município à data da apresentação dos respetivos planos, bem como a delimitação respeitante às dívidas a satisfazer por conta dos mesmos.

Para efeitos do disposto no Artigo 4º, nº 2, alínea a), do Decreto-Lei nº 38/2008, considera-se que a situação financeira do Município de Mangualde estará recuperada quando nenhum daqueles indicadores já se verificar, o que se prevê venha a acontecer no ano de 2016, quanto ao endividamento líquido contido dentro do limite previsto no Artigo 37.º, nº 1, da LFL. O período temporal necessário à recuperação financeira do Município de Mangualde



decorrerá, portanto, entre o ano de 2012, início da vigência do Plano de Saneamento Financeiro, e o ano de 2016, quando forem atingidos todos os indicadores.

De acordo com o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, apresentámos o Plano de Saneamento Financeiro para o Município de Mangualde, começando com uma descrição detalhada da totalidade das dívidas existentes na esfera do Município à data da apresentação do respetivo Plano de Saneamento Financeiro, bem como a delimitação respeitante às dívidas a satisfazer por conta do mesmo.

Assim, cumpre-nos a esta data apresentar o estado de execução do Plano de Ajustamento Financeiro e do Plano de Saneamento à data de 31-12-2013.

Para o ano 2013 o limite do endividamento de líquido definido pelo artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), prevê que o limite de endividamento do Município para 2013 corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as alterações subsequentes (Lei das Finanças Locais – LFL).

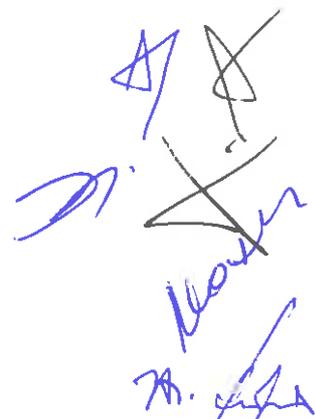
Assim, tendo em conta que o valor do endividamento líquido de 2012 foi superior ao valor calculado pelo n.º 1 do artigo 37.º da LFL para 2013 (10.417.746,00€), será este o valor do limite do endividamento líquido para 2013, que foi o divulgado pela DGAL.

Com efeito, à data atual a situação financeira do Município continua a caracterizar-se como uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, continuando-se a verificar a situação prevista na alínea a) do disposto no n.º 4 do art.º 3.º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março. Isto pelo facto de que o valor em dívida dos empréstimos do PAEL e de Saneamento Financeiro não estarem excecionados da capacidade de endividamento de médio e longo



B. Silva

prazo e do endividamento líquido. Ainda assim, o valor a 31-12-2013 que excede o limite de endividamento líquido permitido ao Município é de 2.567.139,76 €, comparado com os 2.808.387,31 € existentes a 30-06-2013 e os 4.433.870,93€ existentes à data da apresentação do PAF e PSF.



Alínea a) do nº 4 do art.3º do DL 38/2008 - Endividamento líquido superior a 125 % das receitas previstas no n.º 1 do artigo 37.º da LFL

		Receitas				
		R-2011	R-2012	R-2012	R-2012	R-2012
Límite da capacidade legal de endividamento de médio e longo prazos (Limite divulgado pela CGAL) (1)		9.334.501,00	8.334.197,00	8.334.197,00	8.334.197,00	8.334.197,00
		R-30-06-2012	R-30-06-2013	R-30-09-2013	R-31-10-2013	R-31-12-2013
Montante da Dívida de Empréstimos m/l prazo do Município		9.340.857,21	13.717.171,65	13.375.637,93	14.456.996,09	14.057.200,36
Empréstimos excecionados		1.027.034,98	905.319,96	875.816,50	870.225,75	792.654,65
Contribuição da AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio/longo prazo		252.130,00	83.958,32	81.502,18	81.502,18	5.043,34
Montante da dívida empréstimos m/l prazo líquido empréstimos excecionados (2)		8.565.952,23	12.995.810,01	12.581.329,61	13.668.272,52	13.269.589,05
Capacidade legal de endividamento creditício (3) = (1) - (2)		768.548,77	-4.561.613,01	-4.247.126,61	-5.334.075,52	-4.935.392,05
		R-30-06-2012	R-30-06-2013	R-30-09-2013	R-31-10-2013	R-31-12-2013
Fontes consideradas para o cálculo do endividamento líquido		Contributo para o endividamento líquido				
1 DISPONIBILIDADES						
Disponibilidades		-925.119,47	-2.102.686,42	-2.322.890,59	-2.575.757,57	-1.843.027,75
2 TERCEIROS						
Dívidas de Terceiros Curto Prazo		-580.633,52	-900.765,97	-544.263,59	-552.548,02	-558.591,98
Dívidas a Terceiros Curto Prazo		7.961.179,53	2.774.433,81	2.460.347,77	1.782.410,02	1.433.785,33
Dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo (dívida não excecionada)		8.313.822,23	12.811.851,69	12.499.821,43	13.586.770,34	13.264.545,71
Acréscimos e diferimentos do Ativo		-11.342,07	-21.007,13	-21.315,67	-21.802,09	-93.584,32
Acréscimos e diferimentos do Passivo (excluídas 2745 e 2749)		307.909,61	215.948,65	215.948,65	215.948,65	312.698,69
4 IMOBILIZAÇÕES						
41 Investimentos financeiros (excluídos 414)		-56.985,01	-56.985,01	-56.985,01	-56.985,01	-56.985,01
CONTRIBUIÇÃO DA AM, SM e SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO						
Contribuição da Contribuição da AM, SM e SEL para o endividamento líquido		252.130,00	505.343,69	540.051,21	540.051,21	537.119,25
Endividamento líquido (5)		15.260.961,30	13.226.133,31	12.770.714,20	12.918.087,53	12.994.885,76
Capacidade de endividamento líquido com 125% das receitas (6) = (4) - (5)		-4.433.870,93	-2.808.587,31	-2.352.968,20	-2.500.341,53	-2.567.139,76

No que diz respeito às dívidas a terceiros de curto prazo, a 31-12-2013 correspondiam a apenas 6,43% do total das receitas totais do ano 2012, sendo que a 30-06-2013 correspondiam a 13,85% e à data da apresentação do PAF e PSF correspondiam a 37,50%, estando o Município a cumprir com os limites estabelecidos e tendo vindo a melhorar este indicador em todos os períodos.

Alínea b) do nº 4 do art.3º do DL 38/2008 - Existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 40 % das receitas totais do ano anterior

Recebimentos		R 2011		R 2012		R 2012		R 2012	
Saldo da gerência anterior		139.384,06	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54
Execução orçamental		139.384,06	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54	311.743,54
Total das Receitas Orçamentais		16.649.577,19	14.695.872,17						
Receitas correntes		11.171.029,55	10.910.869,71	10.910.869,71	10.910.869,71	10.910.869,71	10.910.869,71	10.910.869,71	10.910.869,71
Receitas de capital		5.476.612,27	3.784.497,46	3.784.497,46	3.784.497,46	3.784.497,46	3.784.497,46	3.784.497,46	3.784.497,46
Outras receitas		1.935,37	505,00	505,00	505,00	505,00	505,00	505,00	505,00
Total		16.788.961,25	15.007.615,71						
Dívidas a Fornecedores:		R 30-06-2012		R 30-06-2013		R 30-09-2013		R 31-10-2013	
Div. a terceiros (Fornecedores c/c e em conferência)		3.282.768,09	1.571.425,56	1.571.425,56	1.231.005,20	821.083,70	821.083,70	706.320,14	706.320,14
Div. a terceiros (Fornecedores Imob.)		3.012.841,22	507.043,71	507.043,71	644.645,66	305.376,23	305.376,23	257.919,28	257.919,28
Total		6.295.609,31	2.078.469,27	2.078.469,27	1.875.650,86	1.126.459,93	1.126.459,93	964.239,42	964.239,42
Dívidas a Fornecedores em % das receitas totais		37,50%	13,85%	13,85%	12,50%	7,51%	7,51%	6,43%	6,43%

Relativamente aos passivos financeiros totais, os mesmos correspondem a 31-12-2013 a 49,47% de 200% das receitas totais do ano anterior, sendo que esse valor era de 50,18% à data de 30-06-2013 e de 33,59% à data da apresentação do PAF e PSF. O aumento deste indicador deve-se, como é óbvio, à contratação dos empréstimos do PAEL e do Saneamento Financeiro, sendo que o Município se encontra a cumprir largamente este indicador.

Alínea c) do nº 4 do art.3º do DL 38/2008 - O rácio dos passivos financeiros, incluindo o valor dos passivos excecionados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, em percentagem da Receita total superior a 200 %

	33.577.922,50	30.015.231,42	30.015.231,42	30.015.231,42	30.015.231,42
200% das receitas totais					
Designação Dívida	R 30-06-2012	R 30-06-2013	R 30-09-2013	R 31-10-2013	R 31-12-2013
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	9.340.857,21	13.717.171,65	13.375.637,93	14.456.996,09	14.057.200,36
Dívida a Fornecedores e Outros Credores (curto prazo)	1.543.864,50	1.001.176,38	871.231,08	959.877,65	458.100,57
Operações de Tesouraria	395.614,52	344.733,50	336.984,35	337.822,00	334.642,19
Passivos Financeiros totais	11.280.336,23	15.063.081,53	14.583.853,36	15.754.695,74	14.849.943,12
Passivos Financeiros em % das receitas totais	33,59%	50,18%	48,59%	52,49%	49,47%

Quanto ao prazo médio de pagamentos situava-se nos 41 dias a 31-12-2013, contra os 130 dias de 30-06-2013 e os 149 dias registados à data da apresentação do PAF e PSF. Também este indicador continua abaixo do limite permitido, pelo que o Município encontra-se em cumprimento com esse limite.

Alínea d) do nº 4 do art.3º do DL 38/2008 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a seis meses

Descrição	R-30-06-2012	R-30-06-2013	R-30-09-2013	R-31-10-2013	R-31-12-2013
Div. a terceiros (Fornecedores c/c e em conferência)	3.282.768,09	1.571.425,56	1.231.005,20	821.083,70	706.320,14
Div. a terceiros (Fornecedores Imob.)	3.012.841,22	507.043,71	644.645,66	305.376,23	257.919,28
Total dívidas a fornecedores e credores	6.295.609,31	2.078.469,27	1.875.650,86	1.126.459,93	964.239,42
Aquisições de bens e Serviços (contas 61.+62.+aquisições de imobilizado)	3.999.028,28	2.912.038,32	4.595.358,88	7.182.392,19	8.641.032,11
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	149	130	111	48	41
Período Referencial (Atividade)	182	182	272	303	365

2. EXECUÇÃO DO PAGAMENTO DE DIVIDAS NO ÂMBITO DO PAF E DO PSF

2.1. PAGAMENTOS EFETUADOS DA LISTA DO QUADRO VI DO PAEL/PAF

O Município de Mangualde recebeu a 1ª tranche do contrato de empréstimo do PAEL a 23 de abril de 2013, no valor de 2.801.177,14 € e a 2.ª tranche a 21 de outubro de 2013, no valor de 1.151.761,94 €.

Importa salientar que, entre a elaboração da lista de dívida certificada para efeitos do PAEL até ao recebimento efetivo da primeira tranche, na sequência das dificuldades manifestadas por algumas entidades credoras, a pressão por elas exercida e a ameaça da emissão de juros de mora, bem como o recurso ao pagamento coercivo através da via judicial, foram feitos pagamentos antecipados, através de verbas disponibilizadas pelo município, no montante de 120 219,32 €.

Para além disso, não foi liquidada faturação constante da lista certificada para efeitos do PAEL, ou seja, não houve necessidade de se utilizar do montante transferido, por ter sido regularizado, através de "Guias de Reposições Abatidas nos Pagamentos", o montante de 37 066,75 €.

Acresce ainda referir que, após o recebimento da primeira tranche foi pago antecipadamente o montante de 47 405,96 € a dois fornecedores que invocaram dificuldades acrescidas de tesouraria e o facto do processo se ter arrastado durante muito tempo tinham necessidade de que se lhes pagasse mais do que o montante previsto com o recebimento da primeira tranche, sob pena de ser colocada em risco a viabilidade dessas entidades.

Para além disso, após os pagamentos antecipados referidos no parágrafo anterior, tendo-se verificado que havia um saldo disponível de 109.880,11 €, foi contactada a DGAL no sentido de instruir o Município sobre o destino a dar a esse saldo, tendo sido transmitido que o Município deveria utilizar esse montante para pagamento de documentos existentes na lista de dívida visada pelo Tribunal de Contas, respeitando a maturidade dos mesmos, tendo sido dado cumprimento a estas instruções.



Após a utilização total do saldo disponível da 1ª tranche, foi solicitado por uma entidade credora ao Município o pagamento de uma fatura do montante de 5.150,00€, solicitando “a liquidação total da mesma até ao próximo dia 31 de julho sem a qual recorrerei à via judicial”, pelo que efetuou-se esse pagamento através de verba disponibilizada pelo Município.

Entretanto, aquando da análise efetuada pela DGAL aos comprovativos dos pagamentos efetuados antes da libertação da 1ª tranche, não foram considerados elegíveis ao abrigo do PAEL o pagamento de 11.675,80 € de faturas pelo facto de estes pagamentos terem sido efetuados antes da submissão da candidatura ao PAEL, pelo que foi abatido esse valor (e também os 37 066,75 € acima referidos) ao valor da 2ª tranche transferida para o Município.

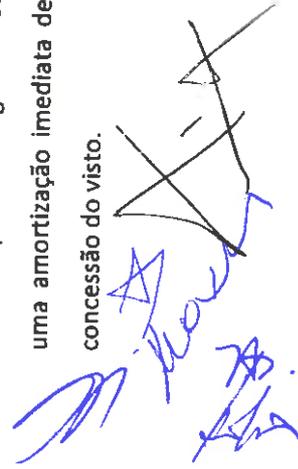
Assim, tal como demonstrado na lista de comprovativos dos pagamentos efetuados que se encontra a seguir, concluímos que:

- Total de pagamentos elegíveis efetuados anteriores ao recebimento da 1ª tranche do PAEL foi de 111.249,52 €;
- Total de pagamentos não elegíveis efetuados anteriores ao recebimento da 1ª tranche do PAEL foi de 11.675,80 €;
- Total de pagamentos elegíveis efetuados anteriores ao recebimento da 2ª tranche do PAEL foi de 8193,84 €;
- Total de pagamentos efetuados ao abrigo do PAEL (isto é, após o recebimento efetivo da 1ª e 2ª tranche) foi de 3.833.495,72 €;
- Valores considerados na candidatura ao PAEL que não resultaram em pagamentos 37 066,75 €.

Sendo assim, o montante total do empréstimo do PAEL ficou em 3.952.939,08 €, tendo o total do contrato do PAEL sido de 4.001.681,63 €.

2.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS DÍVIDAS A SATISFAZER POR CONTA DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO À DATA DE 18/09/2012

O Município de Mangualde recebeu a totalidade do contrato de empréstimo do PSF a 23 de abril de 2013, no valor de 2.690.709,21 €, sendo que efetuou uma amortização imediata de 176.739,70€ devido à liquidação de alguns dos documentos constantes na lista detalhada de dívidas a satisfazer até à concessão do visto.



A 31 de dezembro de 2013 apenas se encontra por liquidar a importância de 825,34 €, a qual será paga após a apresentação dos comprovativos da execução das obras por parte da entidade beneficiária do apoio, Belarmino Jorge.

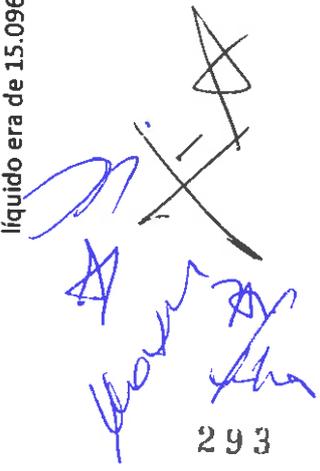
A) PREVISÃO DO PERÍODO TEMPORAL NECESSÁRIO À RECUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, EM RESPEITO PELAS REGRAS PRESENTES NA LFL

O saneamento financeiro visa a recuperação de uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, que o Decreto-Lei nº 38/2008 (no seu Artigo 3º, nº 4) agora caracteriza com preenchimento de, pelo menos, uma das seguintes situações:

- a) A ultrapassagem do limite de endividamento líquido previsto no nº 1 do Artigo 37º da LFL;
- b) A existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 40% das receitas totais do ano anterior, tal como definidas no Artigo 10º da LFL;
- c) O rácio dos passivos financeiros (incluindo o valor dos passivos excecionados para efeitos do cálculo do endividamento líquido) em percentagem da receita total superior a 200%;
- d) Prazo médio de pagamento a fornecedores superior a seis meses.

O Município de Mangualde, como já se demonstrou, preenche apenas uma daquelas situações em 30 de junho de 2012, nomeadamente:

- A ultrapassagem do limite de endividamento líquido previsto no nº 1 do Artigo 37º da LFL em cerca de 4.433.870,93 €. Contudo, se tivermos em conta o limite do endividamento de líquido definido pelo artigo 66.º da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012), que prevê que o limite de endividamento do Município para 2012 não possa exceder o existente a 31-12-2011, em que o valor do endividamento líquido era de 15.096.435,62 €, o Município tinha um excesso de apenas 164.525,68 €.



Pelo que se considera, para efeitos do disposto no Artigo 4.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 38/2008, que a situação financeira do Município de Mangualde estará recuperada quando nenhum daqueles indicadores já se verificar, o que se prevê venha a acontecer, tal como se irá demonstrar na alínea g) abaixo:

✓ No ano de 2016, quanto ao endividamento líquido contido dentro do limite previsto no Artigo 37.º, n.º 1, da LFL;

O período temporal necessário à recuperação financeira do Município de Mangualde decorrerá, portanto, entre o ano de 2012, início da vigência do Plano de Saneamento Financeiro, e o ano de 2016, quando forem atingidos todos os indicadores referidos no parágrafo antecedente.

O Plano de Saneamento Financeiro agora proposto prevê desde o ano 2014 a diminuição de pelo menos 10% dos limites previstos no n.º 1 do Artigo 37.º e no n.º 3 do Artigo 39.º da LFL, tal como se demonstra no relatório inicial, dado que o ano 2013 é o ano da contratação do empréstimo de saneamento financeiro.

Com efeito, à data atual a situação financeira do Município continua a caracterizar-se como uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, continuando-se a verificar a situação prevista na alínea a) do disposto no n.º 4 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março. Isto pelo facto de que o valor em dívida dos empréstimos do PAEL e de saneamento financeiro não estarem excecionados da capacidade de endividamento de médio e longo prazo e do endividamento líquido. Ainda assim, o valor a 31-12-2013 que excede o limite de endividamento líquido permitido ao Município é 2.567.139,76€, comparado com os 2.808.387,31€ existentes a 30-06-2013 e os 4.433.870,93€ existentes à data da apresentação do PSF e PAF.



B) A APRESENTAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS NECESSÁRIAS PARA ATINGIR UMA SITUAÇÃO FINANCEIRA EQUILIBRADA, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA À CONTENÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL DURANTE O PERÍODO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, RESPEITANDO O PRINCÍPIO DE OTIMIZAÇÃO NA AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO 1

Abaixo descrevemos o ponto de situação da implementação das medidas previstas no Plano de Ajustamento Financeiro e Plano de Saneamento Financeiro, sendo que as medidas a aplicar são comuns:

RECEITA

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários				

¹ Por forma a facilitar a leitura do Plano, optou-se por agregar no presente capítulo as matérias respeitantes às alíneas b), c) e f) do Artigo 4º, nº 2, do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março, sem prejuízo de se retornar às duas últimas alíneas nos capítulos que a elas diretamente respeitam.

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
<p>1.1. Adaptação do tarifário do saneamento para refletir no consumidor o custo da taxa de recursos hídricos aplicada ao município</p>	<p>Esta medida compreende a adaptação da dos preços cobrados pelo Município nos setores do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2012), de modo a refletir no consumidor o custo da taxa de recursos hídricos aplicada ao município.</p> <p>Prevê-se um aumento da receita arrecadada em 2013 equivalente ao valor pago pelo Município referente a esta taxa.</p>	<p>2013</p>	<p>Implementada</p>	<p>A taxa de recursos hídricos começou a ser faturada aos municípios a partir de janeiro de 2013.</p>
<p>3. Outras medidas com impacto no aumento da receita</p> <p>3.1. Aumento do IMI decorrente da reavaliação</p>	<p>Esta medida compreende:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da base arrecadada, face à base previsivelmente a arrecadar em 2012 de 10% em 2013, 10% em 2014 e 5% em 2015 resultante do 	<p>2013-2015</p>	<p>Implementada</p>	<p>Os valores já recebidos de IMI até à data de 31-12-2013 correspondem a um total de 1.806.595,09 €, contra os 1.216.538,65€ recebidos em igual período de 2012, o que corresponde a aumento de 49%.</p>



Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
de prédios com aumento global previsto nos primeiros 3 anos do plano de 25% do valor total previsto para 2012.	<p>processo de reavaliação dos prédios em curso e imposição do PAEF, estimando-se com base nas comunicações públicas de responsáveis pela tutela, um aumento global de 25% resultante deste procedimento.</p> <p>Não foi possível determinar o impacto do término de valores isentos do pagamento do IMI em 2013, dada a falta de informação prestada pela administração fiscal.</p>			

DESPESA

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
4. Redução/contenção/ralização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	<p>As medidas visam a implementação de uma gestão centralizada das compras e gestão de armazéns e implementação de mecanismos de monitorização de custos por equipamento/atividades e unidades orgânicas.</p> <p>Pretende-se uma efetiva racionalização com vista à contenção das despesas com aquisições de</p>			<p>Tendo em conta o desfasamento temporal que ocorreu desde a data inicial da elaboração do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) em setembro de 2012, quando foram estimadas as medidas a implementar no ano 2013, nomeadamente os valores das reduções previstas, e a sua aprovação final pela comissão de análise do PAEL e posterior assinatura do contrato de empréstimo do PAEL em dezembro de 2012 e depois o desfasamento temporal que ocorreu após</p>

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
	<p>bens e serviços fundamentando-se em critérios de economicidade, eficiência e eficácia, materializados nas aquisições de bens e serviços ao menor custo, no momento adequado, em quantidades e qualidades apropriadas, a par da sua eficiente utilização, e de lograr-se os objetivos prosseguidos com êxito, visando-se, de igual modo, a otimização da afetação destes recursos.</p> <p>As medidas a concretizar com a finalidade de estabelecer um controlo sistemático e a redução destas despesas são as que se apresentam:</p>			<p>esta assinatura e a conclusão do processo de fiscalização prévia do contrato de empréstimo por parte do Tribunal de Contas, com a concessão do visto a ser apenas atribuída em março de 2013, originou que os valores inicialmente estimados no PAF para o orçamento de 2013 ficaram aquém do necessário, tendo em conta as dívidas que tiveram de transitar para 2013, sendo que com a incorporação do saldo de gerência orçamental que transitou de 2012 no valor de 712.055,77 €, foi necessário efetuar uma revisão orçamental para contemplar esse valor nas várias rubricas de despesa. Para além disso, foi ainda efetuada uma revisão orçamental para prever a execução de uma obra que tem uma componente de comparticipação de fundos comunitários de 85%.</p> <p>Pelo exposto, houve várias reduções de valores estimados no PAF que não foram possíveis atingir, isto comparando os valores do orçamento atual com o valor do orçamento de 2013 previsto no PAF, tendo no entanto sido implementadas várias medidas com vista à implementação de uma gestão centralizada das compras e gestão de armazéns e implementação de mecanismos de monitorização de custos por equipamento/atividades e unidades orgânicas, com o objetivo de obter uma efetiva racionalização com vista à contenção das despesas com aquisições de bens e serviços</p>

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
				<p>fundamentando-se em critérios de economicidade, eficiência e eficácia, materializados nas aquisições de bens e serviços ao menor custo, no momento adequado, em quantidades e qualidades apropriadas, a par da sua eficiente utilização, e de lograr-se os objetivos prosseguidos com êxito, visando-se, de igual modo, a otimização da afetação destes recursos.</p> <p>Contudo, o efeito prático da maior parte destas medidas apenas se conseguirá sentir em termos numéricos no ano de 2014.</p>
4.1. Racionalização na utilização de bens de limpeza e higiene e implementação de mecanismos de monitorização de custos por equipamento	Redução do valor gasto com a aquisição de material de limpeza e higiene estimado em 5% em 2013 face ao orçamento base zero de 2012	2013	Implementada	Ver observações acima no ponto 4.
4.2. Redução dos custos matérias primas por via da ponderação superior da necessidade de conservação/manutenção dos equipamentos/infraestrutura	Redução do valor gasto com a aquisição de matérias primas por via da ponderação superior da necessidade de conservação/manutenção dos equipamentos/infraestruturas municipais e higiene com impacto negativo estimado de 10% em 2013 face ao orçamento base zero de 2012.	2013	Implementada	Ver observações acima no ponto 4.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
<p>as municipais</p> <p>4.3. Reduzir o consumo de material de escritório através de uma maior racionalização na utilização dos recursos.</p>	<p>Redução do valor gasto com a aquisição de material de escritório estimado em 10% em 2013 face ao orçamento base de 2012.</p>	<p>2013</p>	<p>Implementada</p>	<p>Ver observações acima no ponto 4.</p>
<p>4.4. Redução/contenção/razionalização da despesa municipal com atividades limitando o gasto com as atividades de âmbito cultural e de promoção municipal - Outros Bens</p>	<p>Redução do valor gasto com a aquisição de outros bens estimado em 2% em 2013 face ao orçamento base de 2012 para a rubrica de aquisição de outros bens que engloba outros bens que não destinados a este tipo de atividades.</p>	<p>2013</p>	<p>Implementada</p>	<p>Ver observações acima no ponto 4.</p>
<p>4.5. Implementação de medidas de contenção no consumo energia</p>	<p>Esta medida compreende a sensibilização e implementação de medidas de redução do consumo de energia, quer nas instalações municipais referentes a gás e energia elétrica, quer a alteração dos horários de iluminação pública.</p> <p>Prevê-se com esta medida uma redução de 10 % em 2013 face ao orçamento base zero de 2012</p>	<p>2013</p>	<p>Implementada</p>	<p>Foram implementadas várias medidas para possibilitar a contenção no consumo de energia, nomeadamente, colocação de relógios astronómicos em todos os PT, alteração dos horários de iluminação pública, com atraso na ligação em 1/2 hora e adiantamento de 1/2 no término e interrupção noturna de 2.5 horas, o que permitiu uma redução dos consumos verificada ainda no ano 2012. No entanto, com a passagem em 2013 para o mercado liberalizado de energia, as novas tarifas aplicadas ao Município sofreram um aumento de cerca de 50%,</p>



Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
<p>4.6.Redução das comunicações móveis e fixas pela reanálise dos consumos e instituição de regras de utilização</p>	<p>na rubrica encargos de instalações.</p> <p>Esta medida compreende a sensibilização e implementação de medidas de redução das comunicações, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pela revisão das políticas de correspondência registada, revisão do plano de comunicação e convites, envio de publicidade a atividades e afins, privilegiando a utilização das novas formas de comunicação eletrónica. - pela análise das comunicações efetuadas no âmbito dos contratos e definição de políticas e montantes máximos a utilizar pelos serviços. <p>Prevê-se com esta medida uma redução de 8% com os custos com comunicações em 2013 face ao orçamento base zero de 2012.</p>	<p>2013</p>	<p>Implementada parcialmente</p>	<p>tendo absorvido toda a redução que havia sido conseguida em 2012, não permitindo assim qualquer redução em 2013, pelo contrário, deverá haver ainda um aumento face aos valores suportados em 2012.</p> <p>Não foi possível até ao momento implementar na totalidade esta medida devido ao facto de o Município estar a tentar desvincular-se do contrato de comunicações fixas e de dados com a Optimus, dado ter uma proposta da PT com valores mensais substancialmente inferiores (mais de 2.000€/mês), mas a Optimus está a dificultar a desvinculação, tendo sido solicitado à empresa que enviasse para o Município o contrato em vigor, para ser efetuada uma análise jurídica ao mesmo para verificar quais as possibilidades de desvinculação sem ter de serem pagos os valores de indemnização exigidos pela Optimus, mas esta não enviou qualquer contrato.</p> <p>Para além disso, têm existido muitos pedidos de linhas de rede fixas novas devido às escolas que passaram para a competência do Município, o que não seria um problema se fosse conseguida a desvinculação do contrato com a Optimus e a passagem para a PT, uma vez que não tem valores de assinaturas fixas, que é o que toma o contrato com a Optimus muito desvantajoso no momento.</p>

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
4.7. Redução das despesas de conservação e manutenção de bens e equipamentos, pela utilização mais eficiente dos mesmos - Serviços	<p>Esta medida pressupõe a instituição de mecanismos de validação da boa utilização dos equipamentos e a ponderação da necessidade de reparação/conservação.</p> <p>Prevê-se com esta medida uma redução de 10% com conservação e reparação em 2013 face ao orçamento base zero de 2012.</p>	2013	Implementada	<p>Assim, a obtenção da redução estimada para 2013 com comunicações só será possível com a passagem do contrato para a PT.</p> <p>Ver observações acima no ponto 4. É de realçar a dificuldade de implementação desta medida em função da elevada antiguidade dos equipamentos no Município, havendo muitos que já não funcionam e encontram-se parados por falta de verbas para proceder às reparações/conservações.</p>
4.8. Redução de custos com recurso a serviços de trabalho temporário	<p>Esta medida pressupõe a redução da contratação de serviços em regime de trabalho temporário para assegurar o funcionamento de equipamentos municipais, reequacionando a afetação dos recursos humanos municipais ou os horários dos equipamentos.</p> <p>Prevê-se com esta medida uma redução de 8% com os custos de trabalhos especializados em 2013 face ao orçamento base zero de 2012.</p>	2013	Implementada	Ver observações acima no ponto 4.
4.9. Lançamento de concurso intermunicipal	A medida proposta tem impacto em rubricas de serviços e já se encontra em fase de	2013	Implementada	O concurso intermunicipal foi concluído no início deste ano, tendo os novos preços entrado em vigor a partir do início do

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
para recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos com efeitos a partir de 2013	implementação, encontrando-se a decorrer um concurso em fase de adjudicação com expectativa de poupança estimada pelo relatório preliminar de cerca de 15% na componente de tratamento e 35% na componente de recolha).			mês de abril, com reduções médias na ordem dos 10%. Para além disso, em virtude da crise económica e financeira que o país atravessa, nota-se uma redução substancial face a anos anteriores nas toneladas da recolha dos resíduos sólidos (na ordem dos 6%) e consequente tratamento, o que irá originar também a redução nas toneladas faturadas destes serviços, permitindo assim atingir as metas de redução previstas no PAF de cerca de 20%.
4.10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades limitando o gasto com serviços suporte à atividade municipal	Esta medida pressupõe a instituição de mecanismos de ponderação da necessidade de aquisição e planeamento antecipado das atividades com orçamentação detalhada. Prevê-se com esta medida uma redução de 10% com aquisição de outros serviços em 2013 face ao orçamento base zero de 2012.	2013	Implementada	Ver observações acima no ponto 4.
4.11. Redução dos custos com serviços publicidade promovendo essencialmente as publicações obrigatórias	Reanálise do plano de comunicação do Município com o objetivo de fixar as políticas para aquisição de serviços de marketing e publicidade. Estima-se para 2013 uma redução de 10% face ao orçamento base zero de 2012 (sem dívida de 2011).	2013	Implementada	Ver observações acima no ponto 4.
5. Outras medidas com	A medida consiste na reavaliação das políticas de	2013		

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
<p>Impacte na redução da despesa</p> <p>5.1. Diminuição das transferências atribuídas a terceiros</p> <p>5.1.1 - Diminuição das transferências atribuídas a terceiros - Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos</p> <p>5.1.2 - Diminuição das transferências atribuídas a terceiros - Transferências correntes - Outras</p> <p>5.1.3 - Diminuição das transferências atribuídas a terceiros - Transferências de capital - Freguesias</p> <p>5.1.4 - Diminuição das transferências atribuídas a terceiros - Transferências de capital - Instituições sem fins lucrativos</p>	<p>concessão de apoios a entidades terceiras.</p> <p>Estima-se para 2013 uma redução de 20% face ao orçamento base zero de 2012 (sem dívida de 2011), nas respetivas rúbricas de transferências correntes e de capital.</p>		<p>Implementada</p> <p>Implementada</p> <p>Implementada</p> <p>Implementada</p>	<p>Ver observações acima no ponto 4.</p>

[Handwritten signature and initials]

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
5.1.5 - Diminuição das transferências atribuídas a terceiros - Transferências de capital - Outras			Implementada	Ver observações acima no ponto 4.
5.2 - Redução de custos com pessoal 5.2.1 - Redução de custos com pessoal por via do término de contratos - Remunerações 5.2.2 - Redução de custos com pessoal por via do término de contratos - Encargos	<p>Redução para o mínimo indispensável das admissões de pessoal (até 2015 não estão previstas quaisquer entradas de pessoal, com exceção dos concursos já decorrer explicitados abaixo), com demonstração individualizada dos ganhos de eficiência resultantes da operação.</p> <p>Acresce referir que os custos em 2013 acrescem cerca de 102.225,06 € em virtude de se ter considerada a reposição de um subsídio aos trabalhadores do município. Em 2014 considerou-se a devolução igualmente de apenas um subsídio e em 2015 considerou-se a reposição total dos dois subsídios (férias e natal) no valor estimado de 204.450,12€.</p>	2013	Implementada	Implementado de acordo com o nº 1 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado de 2013.
5.2.3 Redução de custos com horas extraordinárias por via da limitação à execução de trabalho	Corte de 30% nas despesas associadas a trabalho de natureza extraordinário no exercício de 2013 em relação ao exercício de 2012 por via da limitação ao trabalho extraordinário e	2013	Implementada	À data de 31-12-2013 os valores pagos de horas extraordinárias foram de 34.838,71 €, contra os 50.499,71 € pagos em igual período de 2012, o que significa uma redução 15.661,00 €, equivalente a 31% de redução.

Medida extraordinária	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
5.2.4. Redução de custos com ajudas de custo por via análise superior das necessidades de deslocação em serviço	ponderação do enquadramento de situações de anterior trabalho extraordinário em trabalho em regime de turnos. Redução do valor gasto com ajudas de custo estimado em 15% em 2013 face ao orçamento base de 2012 por via da análise e ponderação superior das necessidades de deslocação em serviço.	2013	Implementada	À data de 31-12-2013 os valores pagos de ajudas de custo foram de 25.368,48 €, contra os 31.496,80 € pagos em igual período de 2012, o que significa uma redução 6.128,32 €, equivalente a 19% de redução.
5.4. Redução de juros de mora por via da regularização de dívidas de curto prazo com recurso aos empréstimos de Saneamento Financeiro e PAEL	O financiamento de longo prazo, com duas fontes de financiamento previstas, o Programa de Apoio à Economia Local pelo período de 14 anos e o Saneamento Financeiro pelo período de 12 anos, com vista à consolidação e reprogramação da dívida de curto prazo terá impacto na redução da aplicação de juros de mora pelos credores do Município com taxas de juro mais penalizadoras. Assim estima-se uma redução para 2013 equivalente a 200.000€ na medida em que toda a dívida deixará de estar em mora.	2013	Implementada parcialmente	Em virtude de a fiscalização prévia do Tribunal de Contas ao contrato de empréstimo do PAEL e do empréstimo de saneamento financeiro ter sofrido um atraso significativo pelo facto de o Tribunal de Contas ter exigido algumas alterações ao PAF e PSF, significou que os juros de mora que se encontravam inicialmente estimados no PAF para 2013 fossem insuficientes face aos juros de mora que ainda foram faturados pelos fornecedores e que ainda poderá ser necessário reforçar mais esta verba pelo facto de os pagamentos dos restantes 30% do valor do empréstimo do PAEL ainda não ter sido libertada, o que deverá originar mais juros de mora a serem faturados ao Município. À data de 31-12-2013 os valores pagos de juros de mora foram de 45.593,34 €, contra os 60.787,19 € pagos em igual período

[Handwritten signature and initials]

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
				de 2012, o que significa uma redução 15.193,85 €, equivalente a 25% de redução.

OUTRAS MEDIDAS

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer 6.1. Concurso de Admissão de Pessoal que se encontra a decorrer e que está em fase final, prevendo-se a sua conclusão até final do ano em curso	O referido concurso refere-se ao "Procedimento concursal comum por tempo indeterminado para ocupação de oito postos de trabalho na categoria assistente operacional - Apoio educativo", cujo se encontra já em lista de ordenação final dos candidatos aprovados.	N/A	Implementada	Esta medida encontra-se implementada, estando concluído o concurso de admissão de pessoal.
8. Outras medidas	Ajustamento da Norma de Controlo interno e	2013	Implementada	Esta medida encontra-se em implementada, sendo que os

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
<p>8.1. Ajustamento da norma de controlo interno à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso</p>	<p>aprofundamento das ações de melhoria no sentido de tornar mais eficazes os mecanismos de controlo interno no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e bem assim rever os métodos e procedimentos de controlo já instituídos de modo a cumprir com os objetivos do sistema de controlo interno previstos no POCAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salvaguarda da legalidade e regularidade dos documentos financeiros e do sistema contabilístico; • Cumprimento das deliberações e decisões; • Salvaguarda do património; • Exatidão, integridade e fiabilidade dos registos e da informação; • Incremento da eficiência das operações; • Adequada utilização de fundos e cumprimento de limites legais; • Controlo das aplicações e dos ambientes 			<p>procedimentos de controlo interno onde a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso tem impacto, foram aprovados em reunião de câmara de 23-12-2013.</p>

(Handwritten signatures and initials)

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Medida	Descrição	Período de implementação previsto	Execução	Observações
	Informáticos; • Transparência e concorrência de mercados públicos; • Regular registo das operações.			

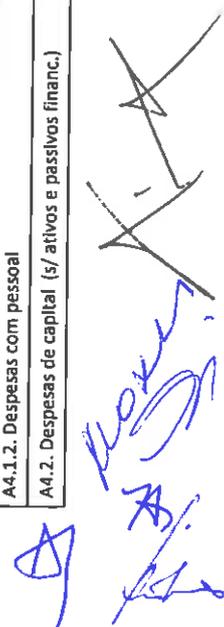
III. DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO DOS PLANOS (PAF E PSF)

A. PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Abaixo apresentamos os anexos constantes na Portaria n.º281-A/2012 de 14 de Setembro para o Programa II, com a execução à data de 31/12/2013.

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	Valores apurados		
	31/12/2013	30/09/2013	31/12/2013
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	712.055,77	712.055,77	712.055,77
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	1.579,12	3.552,20
A3. Receita efetiva	7.616.603,25	11.753.904,54	15.283.669,06
A3.1. Receita corrente	6.243.722,31	10.013.062,12	13.188.656,68
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	1.372.880,94	1.740.842,42	2.095.012,38
... da qual			
A3.2.1. Venda de bens de investimento	34.960,41	73.460,41	77.460,41
A4. Despesa efetiva	10.876.786,31	14.104.645,96	18.451.575,32
A4.1. Correntes	5.625.336,17	8.256.009,30	11.206.477,55
... das quais			
A4.1.1. Juros	108.164,74	187.384,52	285.196,82
a. Resultantes do PAEL	0,00	0,00	0,00
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	42.893,58	105.535,09	203.220,80
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	65.271,16	81.849,43	81.976,02
A4.1.2. Despesas com pessoal	2.265.085,52	3.361.299,79	4.611.861,42
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	5.844.353,21	6.783.073,45	8.586.579,99

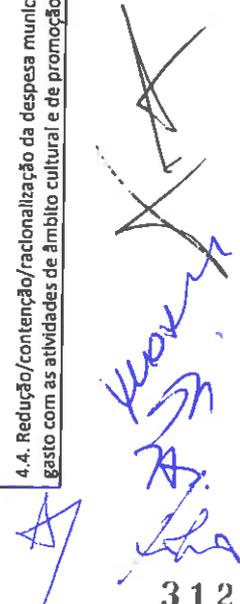


Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Descrição	Valores apurados	
	1.º sem. 2013	30/09/2013
A5. Saldo global	-3.260.183,06	-2.350.741,42
A5.1. Saldo corrente	618.386,14	1.757.052,82
A5.2. Saldo de capital	427.511,01	-484.781,47
A6. Saldo primário	-3.368.347,80	-2.538.125,94
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	4.898.983,28	4.557.449,56
A8.1. Receitas de passivos financeiros	5.491.886,35	5.491.886,35
A8.2. Despesas de passivos financeiros	592.903,07	934.436,79
a. Resultantes do PAEL	0,00	0,00
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	592.903,07	934.436,79
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00
A9. Receita total	13.820.545,37	17.959.425,78
A10. Despesa total	12.062.592,45	15.973.519,54
A11. Saldo para a gerência seguinte	1.757.952,92	1.985.906,24
A12. Serviço da dívida	701.067,81	1.121.821,31
A13. Endividamento total	16.491.605,46	15.835.985,70
A13.1 Bancário	13.717.171,65	13.375.637,93
A13.1.1 Médio e longo prazo	12.273.244,48	11.899.289,94
a. Resultante do PAEL	2.515.342,74	2.515.342,74
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo	9.757.901,74	9.383.947,20
A13.1.2 Curto prazo	1.443.927,17	1.476.347,99
A13.2 Fornecedores	2.078.469,27	1.875.650,85
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	695.964,54	584.596,91
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	130	111
		41

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para a aplicação da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto no resultado da aplicação da medida				Valor do ano 2013			
		Valor ano 2011	Valor ano 2012	Valor ano 2013	Valor ano 2013				
B.1 Aumento da receita									
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários									
1.1. Adaptação do tarifário do saneamento para refletir no consumidor o custo da taxa de recursos hídricos aplicada ao município	01/01/2013	761.028,28	0,00	0%	27.080,63	4%			27.080,63 €
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município									
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita									
3.1. Aumento do IMI decorrente da reavaliação de prédios com aumento global previsto nos primeiros 3 anos do plano de 25% do valor total previsto para 2012, com aumento de 10% em 2013, 10% em 2014 e 5% em 2015	01/01/2013	1.158.707,31	0,00	0%	119.851,92	10%			470.204,52 €
... <i>discriminar cada medida numa linha</i>									
B.2 Redução da despesa									
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais									
4.1. Racionalização na utilização de bens de limpeza e higiene e implementação de mecanismos de monitorização de custos por equipamento	01/01/2013	1.015.749,69			814,95	0%			- 3.217,57 €
4.2. Redução dos custos matérias primas por via da ponderação superior da necessidade de conservação/manutenção dos equipamentos/infraestruturas municipais	01/01/2013	1.015.749,69			5.495,67	1%			17.604,55 €
4.3. Reduzir o consumo de material de escritório através de uma maior racionalização na utilização dos recursos.	01/01/2013	1.015.749,69			1.294,91	0%			7.617,87 €
4.4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades limitando o gasto com as atividades de âmbito cultural e de promoção municipal - Outros Bens	01/01/2013	1.015.749,69			3.023,77	0%			-15.597,04 - 18.620,81 €



Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição das medidas	Data início preço para IVA e final da aplicação da medida	2011		2012		2013		Valor disponível	2013
		Valor disponível (antes de aplicação da medida)	Valor anos	Preço impacte na medida 2011 (€)	Valor anos	Preço impacte na medida 2011 (%)	Valor disponível		
4.5. Implementação de medidas de contenção no consumo energia (nomeadamente de gás e energia elétrica das instalações e alteração dos horários de iluminação pública)	01/01/2013	2.461.460,80			112.332,02	5%			- 112.332,02 €
4.6. Redução das comunicações móveis e fixas pela reanálise dos consumos e instituição de regras de utilização	01/01/2013	2.461.460,80			8.633,78	0%			- 8.633,78 €
4.7. Redução das despesas de conservação e manutenção de bens e equipamentos, pela utilização mais eficiente dos mesmos - Serviços	01/01/2013	2.461.460,80			8.206,30	0%	4.647,24		- 3.559,06 €
4.8. Redução de custos com recurso a serviços de trabalho temporário	01/01/2013	2.461.460,80			56.265,54	2%			- 56.265,54 €
4.9. Lançamento de concurso intermunicipal para recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos com efeitos a partir de 2013 (concurso em fase de adjudicação com expectativa de poupança estimada pelo relatório preliminar de cerca de 15% na componente de tratamento e 35% na componente de recolha)	01/01/2013	2.461.460,80			161.200,00	7%			- 161.200,00 €
4.10. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades limitando o gasto com serviços suporte à atividade municipal	01/01/2013	2.461.460,80			62.647,04	3%			- 62.647,04 €
4.1.1. Redução dos custos com serviços publicidade promovendo essencialmente as publicações obrigatórias	01/01/2013	2.461.460,80			2.176,47	0%	3.026,11		849,64 €
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa									- €
5.1. Diminuição das transferências atribuídas a tercelros									- €
5.1.1 - Diminuição das transferências atribuídas a tercelros - Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos	01/01/2013	210.281,00			31.437,10	15%			- 23.936,41 €
5.1.2 - Diminuição das transferências atribuídas a tercelros - Transferências correntes - Outras	01/01/2013	26.009,50			6.712,10	26%			- 10.056,96 €
5.1.3 - Diminuição das transferências atribuídas a tercelros - Transferências de capital - Freguesias	01/01/2013	315.463,87			59.081,85	19%			- 3.079,96 €
5.1.4 - Diminuição das transferências atribuídas a tercelros - Transferências de capital - Instituições sem fins lucrativos	01/01/2013	37.265,35			12.502,00	34%			- 39.107,06 €
5.1.5 - Diminuição das transferências atribuídas a tercelros - Transferências de capital - Outras	01/01/2013	14.600,00			3.600,00	25%			- 1.070,40 €
5.2 - Redução de custos com pessoal									- €
5.2.1 - Redução de custos com pessoal por via do término de contratos - Remunerações	01/01/2013	4.030.926,53			30.791,30	1%			- €


 313

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição das medidas	Data de início da aplicação da medida	2011 - Valores apurados	Quanto a redução de custos resultante da aplicação da medida		Valor do ano	Porcentagem de redução em 2011 (%)	Valor do ano	Porcentagem de redução em 2013 (%)
			2011	2013				
5.2.2 - Redução de custos com pessoal por via do término de contratos - Encargos	01/01/2013	654.297,17			5.209,45	1%	5.209,45	- €
5.2.3 Redução de custos com horas extraordinárias por via da limitação à execução de trabalho extraordinário	01/01/2013	67.812,12			13.509,45	20%	15.661,00	2.151,55 €
5.2.4. Redução de custos com ajudas de custo por via análise superior das necessidades de deslocação em serviço	01/01/2013	25.537,91			4.692,70	18%	6.128,32	1.435,62 €
5.4. Redução de juros de mora por via da regularização de dívidas de curto prazo com recurso aos empréstimos de Saneamento Financeiro e PAEL. NOTA: Os valores apurados do ano 2011 da rubrica 030502 foram bastante mais reduzidos do que o valor da execução estimada de 2012, pelo que a redução revista foi estimada face à execução do ano 2012.	01/01/2013	30.721,38			200.000,00	651%	15.193,85	184.806,15 €
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		26.706.139,19			789.626,40	3%	119.429,69	670.196,71 €
B.3 Outras medidas								- €
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)								- €
6.1 - Concurso de Admissão de Pessoal que se encontra a decorrer e que está em fase final, prevendo-se a sua conclusão até final do ano em curso	01/01/2013	5.116.771,55			-72.681,28	-1%	-72.681,28	- €
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)								- €
8. Outras medidas b)								- €
... discriminar cada medida numa linha								- €
Total Poupança gerada pelos outros meios (B.3)					-72.681,28		-72.681,28	- €
Total Impacte esperado (B.1+B.2+B.3)					863.877,68		636.804,85	227.072,83 €




 314

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	PAF 2013	R. Dotações correntes 30.06.2013	Desp. do PAF correntes 30.06.2013 (valor)	Desp. do PAF correntes 30.06.2013 (%)	L.F. n.º 2013	R. Dotações correntes 30/09/2013	Desp. do PAF correntes 30/09/2013 (valor)	Desp. do PAF correntes 30/09/2013 (%)	30/09/2013	R. Dotações correntes 31/12/2013	Desp. do PAF correntes 31/12/2013 (valor)	Desp. do PAF correntes 31/12/2013 (%)	Execução 31/12/2013
Recetas correntes													
Impostos directos	1.886.985,00	1.886.985,00	0,00	0%	1.472.333,79	1.886.985,00	0,00	0%	2.066.607,54	1.886.985,00	715.919,55	38%	2.602.904,55
IMI	1.260.360,00	1.260.360,00	0,00	0%	1.112.180,76	1.260.360,00	0,00	0%	1.373.909,20	1.260.360,00	546.235,09	43%	1.806.595,09
IUC	327.143,00	327.143,00	0,00	0%	199.715,15	327.143,00	0,00	0%	354.017,07	327.143,00	122.166,83	37%	449.309,83
IMT	204.549,00	204.549,00	0,00	0%	139.668,44	204.549,00	0,00	0%	193.395,97	204.549,00	-11.153,03	-5%	193.395,97
Derrama	94.833,00	94.833,00	0,00	0%	13.439,35	94.833,00	0,00	0%	137.956,21	94.833,00	51.441,57	54%	146.274,57
Outros	100,00	100,00	0,00	0%	7.329,09	100,00	0,00	0%	7.329,09	100,00	7.229,09	7229%	7.329,09
Impostos Indirectos	100.651,00	100.651,00	0,00	0%	51.814,55	100.651,00	0,00	0%	58.062,96	100.651,00	-21.010,28	-21%	79.640,72
Taxas, multas e outras penalidades	790.388,00	790.388,00	0,00	0%	352.799,81	790.388,00	0,00	0%	615.349,26	790.388,00	98.177,76	12%	888.565,76
Taxas	743.086,00	743.086,00	0,00	0%	337.270,53	743.086,00	0,00	0%	590.309,92	743.086,00	100.509,64	14%	843.595,64
Multas	47.302,00	47.302,00	0,00	0%	15.529,28	47.302,00	0,00	0%	25.039,34	47.302,00	-2.331,88	-5%	44.970,12
Rendimentos da propriedade	573.397,00	573.397,00	-200,00	0%	144.703,02	573.197,00	-200,00	0%	427.630,56	573.197,00	2.473,61	0%	575.870,61
Transferências correntes	6.596.554,00	6.596.754,00	200,00	0%	3.070.160,05	6.596.754,00	200,00	0%	4.703.856,74	6.596.754,00	-351.358,23	-5%	6.245.195,77
Venda de bens e serviços correntes	2.387.601,00	2.387.601,00	0,00	0%	1.102.187,91	2.387.601,00	0,00	0%	2.052.242,23	2.387.601,00	317.383,47	13%	2.704.984,47
Venda de bens	1.490.241,00	1.490.241,00	0,00	0%	721.261,00	1.490.241,00	0,00	0%	1.429.873,08	1.490.241,00	392.581,91	26%	1.882.822,91
Serviços	842.247,00	842.247,00	0,00	0%	361.873,38	842.247,00	0,00	0%	590.937,21	842.247,00	-58.126,80	-7%	784.120,20

[Handwritten signatures and initials]

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

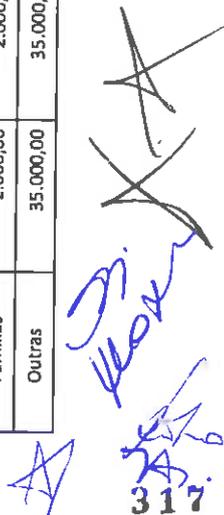
Item	PAE 2013	R. Dotações corrigidas 30/06/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/06/2013 (%)	1.º trim. 2013	R. Dotações corrigidas 30/09/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (valor)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (%)	30/09/2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Desvio do PAF (valor)	Desvio do PAF/Execução 31/12/2013 (%)	Execução 31/12/2013
Rendas	55.113,00	55.113,00	0,00	19.053,53	55.113,00	0,00	0%	31.431,94	55.113,00	-17.071,64	-31%	38.041,36
Outras receitas correntes	25.746,00	25.746,00	0,00	49.723,18	25.746,00	0,00	0%	89.312,83	25.746,00	65.748,80	255%	91.494,80
Recargas de capital												
Venda de bens de investimento	1.451.679,00	1.451.679,00	0,00	34.960,41	1.451.679,00	0,00	0%	73.460,41	1.451.679,00	-1.374.218,59	-95%	77.460,41
Terrenos	474.839,00	474.839,00	0,00	34.960,41	474.839,00	0,00	0%	65.460,41	474.839,00	-405.378,59	-85%	69.460,41
Ebitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios	976.840,00	976.840,00	0,00	0,00	976.840,00	0,00	0%	8.000,00	976.840,00	-968.840,00	-99%	8.000,00
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de capital	3.978.686,00	4.403.686,00	11%	1.337.920,53	4.403.686,00	425.000,00	11%	1.667.382,01	4.403.686,00	-1.961.134,03	-49%	2.017.551,97
FEF (capital)	1.204.734,00	1.760.438,00	46%	1.158.068,00	1.760.438,00	555.704,00	46%	1.459.250,00	1.760.438,00	555.704,00	46%	1.760.438,00
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Passivos financeiros	6.692.390,63	6.748.849,00	1%	5.491.886,35	6.748.849,00	56.458,37	1%	5.491.886,35	6.748.849,00	-48.742,34	-1%	6.643.648,29
Outras receitas de capital	100,00	100,00	0%	0,00	100,00	0,00	0%	0,00	100,00	-100,00	-100%	0,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	100,00	1.579,12	100,00	3.552,20		3.552,20
Total receita	24.484.177,63	24.965.736,00	6,72%	13.108.489,60	24.965.736,00	481.558,37	6,72%	17.247.370,01	24.965.736,00	-2.553.308,08	-14,80%	21.930.869,55
Recargas correntes	12.361.322,00	12.361.322,00	0,00%	6.243.722,31	12.361.322,00	0,00	0,00%	10.013.062,12	12.361.322,00	827.334,68	8,26%	13.188.656,68
Recargas de capital	12.122.855,63	12.604.314,00	481.458,37	6.864.767,29	12.604.314,00	481.458,37	29,75%	7.232.728,77	12.604.314,00	-3.384.194,96	-46,79%	8.738.660,67
Despesas correntes												
Despesas com o pessoal	4.669.310,00	4.838.195,77	168.885,77	2.265.085,52	4.901.035,77	231.725,77	5%	3.361.299,79	4.926.930,77	-57.448,58	-1%	4.611.861,42
Remunerações certas e permanentes	3.580.817,00	3.728.902,77	148.085,77	1.753.977,48	3.685.852,77	105.035,77	3%	2.569.559,14	3.692.627,77	-60.076,46	-2%	3.520.740,54

[Handwritten signatures and initials]

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	PAE 2013	R Dotações comprometidas 30/09/2013	Devido do PAE Dotações comprometidas 30/09/2013 (Valor)	Devidos do PAF Dotações comprometidas 30/09/2013 (%)	R Dotações comprometidas 31/12/2013	R Dotações comprometidas 30/09/2013	Devidos do PAF Dotações comprometidas 30/09/2013 (Valor)	Devidos do PAF Dotações comprometidas 30/09/2013 (%)	Devidos do PAF Execução 31/12/2013 (Valor)	Devidos do PAE Execução 31/12/2013 (%)	Devidos do PAF Execução 31/12/2013 (Valor)	Devidos do PAE Execução 31/12/2013 (%)
Abonos variáveis ou eventuais	149.603,00	165.403,00	15.800,00	11%	79.229,33	177.413,00	27.810,00	19%	115.293,56	9%	13.425,05	163.028,05
Segurança social	938.890,00	943.890,00	5.000,00	1%	431.878,71	1.037.770,00	98.880,00	11%	676.447,09	-1%	-10.797,17	928.092,83
Aquisição de bens e serviços	6.172.822,47	6.308.508,00	135.685,53	2%	3.087.528,23	6.484.808,00	311.985,53	5%	4.434.298,35	-5%	-279.878,37	5.892.944,10
Aquisição de bens	1.703.616,01	1.581.330,00	-122.286,01	-7%	797.774,34	1.630.830,00	-72.786,01	-4%	1.122.948,82	-15%	-257.544,88	1.446.071,13
Aquisição de serviços	4.469.206,46	4.727.178,00	257.971,54	6%	2.289.753,89	4.853.978,00	384.771,54	9%	3.311.349,53	0%	-22.333,49	4.446.872,97
Juros e outros encargos	468.097,99	394.492,00	-73.605,99	-16%	108.164,74	394.492,00	-73.605,99	-16%	187.384,52	-39%	-182.901,17	285.196,82
Resultantes do PAEL	77.289,62	79.907,00	2.617,38	3%	0,00	79.907,00	2.617,38	3%	0,00	-100%	-77.289,62	0,00
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	334.701,37	198.478,00	-136.223,37	-41%	42.893,58	197.143,00	-137.558,37	-41%	105.535,09	-39%	-131.480,57	203.220,80
Resultantes de endividamento de curto prazo	56.107,00	116.107,00	60.000,00	107%	65.271,16	117.442,00	61.335,00	109%	81.849,43	46%	25.869,02	81.976,02
Transferências correntes	199.355,00	241.555,00	42.200,00		128.575,65	288.255,00	88.900,00		185.490,88	45%	88.878,85	288.233,85
Empresas públicas municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Freguesias	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	162.355,00	204.555,00	42.200,00	26%	112.201,98	243.255,00	80.900,00	50%	160.537,32	52%	83.765,52	246.120,52
Famílias	2.000,00	2.000,00	0,00	0%	0,00	2.000,00	0,00	0%	0,00	-100%	-2.000,00	0,00
Outras	35.000,00	35.000,00	0,00	0%	16.373,67	43.000,00	8.000,00	23%	24.953,56	-100%	-35.000,00	0,00

317



Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	PAE 2013	R Dotações corrigidas 30/06/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/06/2013 (valor)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/06/2013 (%)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (valor)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (%)	R Dotações corrigidas 30/09/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (valor)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (%)	R Dotações corrigidas 31/12/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Dotações corrigidas 31/12/2013 (%)	Execução 31/12/2013
Subsídios	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Empresas públicas municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras despesas correntes	66.005,00	132.005,00	66.000,00	100%	35.982,03	132.005,00	66.000,00	100%	87.535,76	147.100,00	62.236,36	94%	128.241,36
Despesas de capital													
Aquisição de bens de capital	11.196.991,63	11.873.335,00	676.343,37		5.711.154,68	11.575.495,00	378.503,37		6.528.577,35	11.517.105,00	-2.964.022,42	-26%	8.232.969,21
Investimentos	11.128.991,63	11.805.335,00	676.343,37	6%	5.650.567,68	11.507.495,00	378.503,37	3%	6.467.990,35	11.449.105,00	-2.956.609,42	-27%	8.172.382,21
Terenos	115.910,00	115.910,00	0,00	0%	105.619,20	115.910,00	0,00	0%	105.619,20	115.910,00	-4,91	0%	115.905,09
Edifícios	38.000,00	58.000,00	20.000,00	53%	18.859,26	43.000,00	5.000,00	13%	26.831,24	43.000,00	-2.442,36	-6%	35.557,64
Edifícios	1.980.940,52	2.290.782,00	309.841,48	16%	644.998,71	2.173.782,00	192.841,48	10%	903.840,60	2.120.032,00	-691.733,96	-35%	1.289.206,56
Construções diversas	8.640.481,28	8.961.903,00	321.421,72	4%	4.689.226,87	8.761.063,00	120.581,72	1%	5.204.657,42	8.754.323,00	-2.217.303,47	-26%	6.423.177,81
Outros	353.659,83	378.740,00	25.080,17	7%	191.863,64	413.740,00	60.080,17	17%	227.041,89	415.840,00	-45.124,72	-13%	308.535,11
Locação financeira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Bens de domínio público	68.000,00	68.000,00	0,00	0%	60.587,00	68.000,00	0,00	0%	60.587,00	68.000,00	-7.413,00	-11%	60.587,00
Transferências de capital	332.510,00	353.710,00	21.200,00		133.198,53	365.710,00	33.200,00		254.496,10	367.210,00	21.100,78	6%	353.610,78
Empresas públicas municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Freguesias	250.000,00	250.000,00	0,00	0%	55.820,13	250.000,00	0,00	0%	167.540,83	250.000,00	-7.502,28	-3%	242.497,72
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00

318

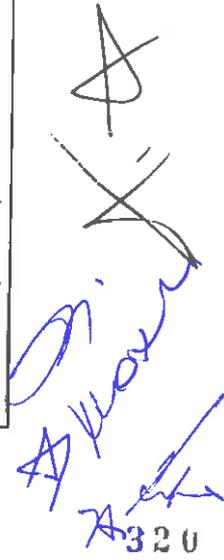
[Handwritten signature and initials]

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	PAF 2013	R. Dotações corrigidas 30/06/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/06/2013 (%)	1.º sem 2013	R. Dotações corrigidas 30/09/2013	Desvio do PAF Dotações corrigidas 30/09/2013 (%)	30/09/2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)	Encerrado 31/12/2013
Instituições sem fins lucrativos	62.510,00	83.710,00	34%	68.908,00	95.710,00	53%	75.298,00	97.210,00	33.956,00	54%	96.468,00
Famílias	20.000,00	20.000,00	0%	8.470,40	20.000,00	0%	11.657,27	20.000,00	-5.354,94	-27%	14.645,06
Outras	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Activos financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Passivos financeiros	1.379.085,54	1.535.991,00		592.903,07	1.535.991,00		934.436,79	1.460.991,00	-37.603,32	-3%	1.341.482,22
Resultantes do PAEL	285.834,40	289.868,00	1%	0,00	289.868,00	1%	0,00	0,00	-285.834,40	-100%	0,00
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.093.251,14	1.246.123,00	14%	592.903,07	1.246.123,00	14%	934.436,79	1.460.991,00	248.231,08	23%	1.341.482,22
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Total despesa	24.484.177,63	25.677.791,77	16,00%	12.062.592,45	25.677.791,77	16,00%	15.973.519,54	25.677.791,77	-3.349.637,87	-20,97%	21.134.539,76
Despesa corrente	11.575.590,46	11.914.755,77	7,20%	5.625.336,17	12.200.595,77	13,27%	8.256.009,30	12.332.485,77	-369.112,91	-4,47%	11.206.477,55
Despesa de capital	12.908.587,17	13.763.036,00	31,07%	6.437.256,28	13.477.196,00	20,68%	7.717.510,24	13.345.306,00	-2.980.524,96	-38,62%	9.928.062,21
Saldo (Receita - Despesa)	-296.931,64	-712.055,77		1.045.897,15	-712.055,77		1.273.850,47	-712.055,77	796.329,79		796.329,79

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Descrição	1.º sem. 2013		30/09/2013		31/12/2013	
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP		0,00		0,00		0,00
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP		1.443.927,17		1.476.347,99		1.487.207,00
Outra						
Fornecedores c/c		1.571.425,56		1.231.005,20		706.320,14
Fornecedores de Imobilizado c/c		507.043,71		644.645,66		257.919,28
Estado e Outros Entes Públicos		79.099,75		61.259,40		65.674,67
Cilentes, contribuintes e utentes		0,00		0,00		0,00
Administração autárquica		0,00		0,00		0,00
Outros credores		616.864,79		523.437,51		403.871,24
Subtotal Curto prazo		4.218.360,98		3.936.695,76		2.920.992,33
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos						
No âmbito do PAEL		2.515.342,74		2.515.342,74		3.567.497,04
Outros empréstimos de médio/longo prazo		9.757.901,74		9.383.947,20		9.002.496,32
Outra						
Fornecedores c/c		0,00		0,00		0,00
Fornecedores de Imobilizado c/c		0,00		0,00		0,00
Estado e Outros Entes Públicos		0,00		0,00		0,00
Cilentes, contribuintes e utentes		0,00		0,00		0,00
Administração autárquica		0,00		0,00		0,00



 320

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	1.º sem. 2013		30/09/2013		31/12/2013	
Outros credores		0,00		0,00		0,00
Subtotal Médio e longo prazo		12.273.244,48		11.899.289,94		12.569.993,36
Total da dívida		16.491.605,46		15.835.985,70		15.490.985,69
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros		344.733,50		336.984,35		334.642,19
Total da dívida de natureza orçamental		16.146.871,96		15.499.001,35		15.156.343,50

Descrição	1.º sem. 2013			30/09/2013			31/12/2013		
	Amortizações	Juros	Atenuações	Juros	Atenuações	Juros	Amortizações	Juros	Atenuações
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP									
No âmbito do PAEL	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Outros empréstimos de médio/longo prazo	416.197,18	42.893,58		934.470,60	105.535,09		1.404.670,11	203.220,80	
Total	416.197,18	42.893,58		934.470,60	105.535,09		1.404.670,11	203.220,80	

QUADRO V: CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DA LFL

	1.º Sem. 2013		30/09/2013		31/12/2013	
	D	C	D	C	D	C
1 Disponibilidades	2.107.686,42	0,00	2.322.850,59	0,00	1.843.027,75	0,00
21 Dívidas de Terceiros	779.339,59	0,00	406.460,15	0,00	417.783,63	0,00
22 Fornecedores	0,00	1.571.425,56	0,00	1.231.005,20	0,00	706.320,14
23 Empréstimos Obtidos	0,00	13.717.171,65	0,00	13.375.637,93	0,00	14.057.200,36
24 Estado e Outros Entes Públicos	30.304,92	79.099,75	46.681,98	61.259,40	50.808,35	65.674,67
26 Outros Devedores e Credores						
261 Fornecedores de Imobilizado	0,00	507.043,71	0,00	644.645,66	0,00	257.919,28
264 Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268 Devedores e Credores Diversos	91.121,46	616.864,79	91.121,46	523.437,51	90.000,00	403.871,24
(26...) Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 Acréscimos e Diferimentos						
271 Acréscimos de Proveltos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
272 Custos diferidos	21.007,13	0,00	21.315,67	0,00	93.584,32	0,00
273 Acréscimos de custos	0,00	215.948,65	0,00	215.948,65	0,00	312.698,69
274 Proveltos diferidos						
2745 Subsídio para Investimentos	0,00	9.565.656,25	0,00	9.596.343,67	0,00	9.294.062,51
2749 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 IMOBILIZAÇÕES						
41 Investimentos Financeiros						
411 Partes de Capital	56.985,01	0,00	56.985,01	0,00	68.059,17	0,00
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
413 (...)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
415 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.081.444,53	26.273.210,36	2.945.454,86	25.648.278,02	2.563.263,22	25.097.746,89

A

 A

 X

 K

 A

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

	1.º Sem. 2013		30/09/2013		31/12/2013	
Total Considerado para Endiv. Líquido	3.081.444,53	16.707.554,11	2.945.454,86	16.051.934,35	2.563.263,22	15.803.684,38
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o EL		505.343,69		540.051,21		537.119,25
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO SEC 95		14.131.453,27		13.646.530,70		13.777.540,41
EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO						
Stock em 31/Dez de EMLP excepcionados do limite de EL		905.319,96		875.816,50		792.654,65
Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)		0,00		0,00		0,00
Créditos do Município relativamente a SM e entidades do SEL (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)		0,00		0,00		0,00
Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes						
MONTANTES TOTAIS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES		905.319,96		875.816,50		792.654,65
TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR		13.226.133,31		12.770.714,20		12.984.885,76
Limite Endividamento Líquido da LFL		10.417.746,00		10.417.746,00		10.417.746,00
EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		2.808.387,31		2.352.968,20		2.567.139,76

B. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Abaixo apresentamos os anexos relativos ao PSF, com a execução à data de 31-12-2013.

C) MEDIDAS DE CONTENÇÃO DA DESPESA CORRENTE, A QUAL NÃO PODE ULTRAPASSAR A TAXA GLOBAL DE EVOLUÇÃO FIXADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA AS RUBRICAS DA MESMA NATUREZA

A execução do PAF e PSF demonstra o esforço em se reduzir significativamente as despesas do município, apresentando nas despesas correntes um decréscimo 4,47% face ao previsto no PAF e para 2013 e de 38,62% nas despesas de capital face ao previsto no PAF.

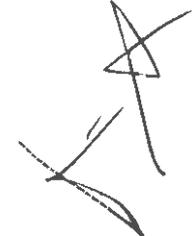
Assim, junto segue em anexo mapa demonstrativo da execução das despesas a 31-12-2013:

Descrição	PAF 2013	R Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	4.669.310,00	4.926.930,77	4.611.861,42	-57.448,58	-1%
Aquisição de bens e serviços	6.172.822,47	6.622.608,00	5.892.944,10	-279.878,37	-5%
Juros e outros encargos	468.097,99	329.092,00	285.196,82	-182.901,17	-39%
Transferências correntes	199.355,00	306.755,00	288.233,85	88.878,85	45%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras despesas correntes	66.005,00	147.100,00	128.241,36	62.236,36	94%
Despesas de capital					
Aquisição de bens de capital	11.196.991,63	11.517.105,00	8.232.969,21	-2.964.022,42	-26%
Investimentos	11.128.991,63	11.449.105,00	8.172.382,21	-2.956.609,42	-27%

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

Descrição	PAF 2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Bens de domínio público	68.000,00	68.000,00	60.587,00	-7.413,00	-11%
Transferências de capital	332.510,00	367.210,00	353.610,78	21.100,78	6%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Passivos financeiros	1.379.085,54	1.460.991,00	1.341.482,22	-37.603,32	-3%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total despesa	24.484.177,63	25.677.791,77	21.134.539,76	-3.349.637,87	-20,97%
Despesa corrente	11.575.590,46	12.332.485,77	11.206.477,55	-369.112,91	-4,47%
Despesa de capital	12.908.587,17	13.345.306,00	9.928.062,21	-2.980.524,96	-38,62%







D) PLANO COM CALENDARIZAÇÃO ANUAL DA REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO ATÉ SEREM CUMPRIDOS OS LIMITES PREVISTOS NOS ARTIGOS 37.º E 39.º DA LFL

Com a execução do presente plano de saneamento financeiro, o Município conseguirá no espaço de quatro anos alterar a sua situação de incumprimento dos limites previstos no n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais, passando da ultrapassagem do limite de endividamento líquido em junho de 2012, de 164.525,68€ (se tivermos em conta o limite de endividamento líquido previsto na Lei do OE 2012 e não pelo cálculo da LFL), respetivamente, para um excesso de 1.129.929,33 € em 2016. Tal como impõe o n.º 2 do artigo 37.º da LFL, o presente plano prevê uma redução anual de pelo menos 10% do montante que excede o limite até este ser cumprido. O cálculo do limite do endividamento líquido para os anos 2013 a 2026 foi efetuado de acordo com os limites previstos na LFL.

Em relação aos limites do artigo 39.º da LFL, o Município não se encontra em incumprimento perante este limite, passando, no entanto, a ficar em incumprimento com a contratação do empréstimo de saneamento financeiro e do empréstimo do PAEL. Contudo, e tal como impõe o n.º 3 do artigo 39.º da LFL, o presente plano prevê uma redução anual de pelo menos 10% do montante que excede o limite (a partir do ano 2014, dado ser impossível concretizar esta redução no ano 2013, visto ser o ano em que se concentram a grande maioria das medidas de contenção orçamental previstas no plano) até este ser cumprido.



326

E) INFORMAÇÃO REFERENTE À DESPESA DE INVESTIMENTO PREVISTA, BEM COMO AS RESPECTIVAS FONTES DE FINANCIAMENTO

No que diz respeito às fontes de financiamento, no ano 2013 foram pagos 11.196.991,63 € de despesas de investimento que resultam da utilização do empréstimo de saneamento financeiro, do empréstimo do PAEL e dos valores pagos através do Fundo de Regularização Municipal (num total de 7.286.336,84 €). Quanto aos financiamentos comunitários, em 2013 estava previsto o valor de 2.773.952,00 €, tendo apenas se executado/realizado 261.828,50 €.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

F) PLANO DE MAXIMIZAÇÃO DE RECEITAS, DESIGNADAMENTE EM MATÉRIA DE IMPOSTOS LOCAIS, TAXAS E OPERAÇÕES DE ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Tal como já mais detalhadamente foi explicitado a maximização das receitas, para o período compreendido entre 2013 e 2026, é constituída por duas áreas de intervenção:

- Aumento do IMI decorrente da reavaliação de prédios com aumento global previsto nos primeiros 3 anos do plano de 25% do valor total previsto para 2012, com aumento de 10% em 2013, 10% em 2014 e 5% em 2015;
- Adaptação do tarifário do saneamento para refletir no consumidor o custo da taxa de recursos hídricos aplicada ao município.

Assim, junto segue em anexo mapa demonstrativo da execução das receitas a 31-12-2013:

Descrição	PAF 2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Receitas correntes					
Impostos directos	1.886.985,00	1.886.985,00	2.602.904,55	715.919,55	38%
Impostos indirectos	100.651,00	100.651,00	79.640,72	-21.010,28	-21%
Taxas, multas e outras penalidades	790.388,00	790.388,00	888.565,76	98.177,76	12%
Rendimentos da propriedade	573.397,00	573.197,00	575.870,61	2.473,61	0%
Transferências correntes	6.596.554,00	6.596.754,00	6.245.195,77	-351.358,23	-5%
Venda de bens e serviços correntes	2.387.601,00	2.387.601,00	2.704.984,47	317.383,47	13%
Outras receitas correntes	25.746,00	25.746,00	91.494,80	65.748,80	255%
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	1.451.679,00	1.451.679,00	77.460,41	-1.374.218,59	-95%
Transferências de capital	3.978.686,00	4.403.686,00	2.017.551,97	-1.961.134,03	-49%

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

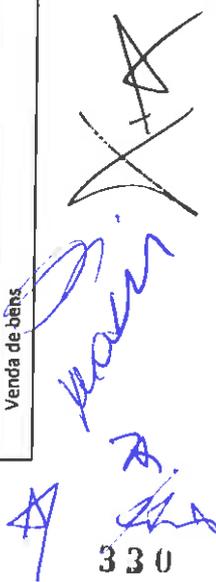
Descrição	PAF 2013	R Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Passivos financeiros	6.692.390,63	6.748.849,00	6.643.648,29	-48.742,34	-1%
Outras receitas de capital	100,00	100,00	0,00	-100,00	-100%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	100,00	3.552,20	3.552,20	-
Total receita	24.484.177,63	24.965.736,00	21.930.869,55	-2.553.308,08	-14,80%
Receitas correntes	12.361.322,00	12.361.322,00	13.188.656,68	827.334,68	8,26%
Receitas de capital	12.122.855,63	12.604.314,00	8.738.660,67	-3.384.194,96	-46,79%

G) A PREVISÃO DE IMPACTE ORÇAMENTAL, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA, DAS MEDIDAS REFERIDAS NAS ALÍNEAS ANTERIORES, PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.

Abaixo apresentamos os mapas da execução a 31-12-2013.

IMPACTE ORÇAMENTAL DAS MEDIDAS NA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Descrição	PAF-2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Recetas correntes					
Impostos directos	1.886.985,00	1.886.985,00	2.602.904,55	715.919,55	38%
IMI	1.260.360,00	1.260.360,00	1.806.595,09	546.235,09	43%
IUC	327.143,00	327.143,00	449.309,83	122.166,83	37%
IMT	204.549,00	204.549,00	193.395,97	-11.153,03	-5%
Derrama	94.833,00	94.833,00	146.274,57	51.441,57	54%
Outros	100,00	100,00	7.329,09	7.229,09	7229%
Impostos indirectos	100.651,00	100.651,00	79.640,72	-21.010,28	-21%
Taxas, multas e outras penalidades	790.388,00	790.388,00	888.565,76	98.177,76	12%
Taxas	743.086,00	743.086,00	843.595,64	100.509,64	14%
Multas	47.302,00	47.302,00	44.970,12	-2.331,88	-5%
Rendimentos da propriedade	573.397,00	573.197,00	575.870,61	2.473,61	0%
Transferências correntes	6.596.554,00	6.596.754,00	6.245.195,77	-351.358,23	-5%
Venda de bens e serviços correntes	2.387.601,00	2.387.601,00	2.704.984,47	317.383,47	13%
Venda de bens	1.490.241,00	1.490.241,00	1.882.822,91	392.581,91	26%

Mans

 330

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	PAF 2013	R Dotações Corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Serviços	842.247,00	842.247,00	784.120,20	-58.126,80	-7%
Rendas	55.113,00	55.113,00	38.041,36	-17.071,64	-31%
Outras receitas correntes	25.746,00	25.746,00	91.494,80	65.748,80	255%
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	1.451.679,00	1.451.679,00	77.460,41	-1.374.218,59	-95%
Terrenos	474.839,00	474.839,00	69.460,41	-405.378,59	-85%
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	976.840,00	976.840,00	8.000,00	-968.840,00	-99%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	3.978.686,00	4.403.686,00	2.017.551,97	-1.961.134,03	-49%
FEF (capital)	1.204.734,00	1.760.438,00	1.760.438,00	555.704,00	46%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	6.692.390,63	6.748.849,00	6.643.648,29	-48.742,34	-1%
Outras receitas de capital	100,00	100,00	0,00	-100,00	-100%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	100,00	3.552,20	3.552,20	
Total receita	24.484.177,63	24.965.736,00	21.930.869,55	-2.553.308,08	-14,80%
Receitas correntes	12.361.322,00	12.361.322,00	13.188.656,68	827.334,68	8,26%
Receitas de capital	12.122.855,63	12.604.314,00	8.738.660,67	-3.384.194,96	-46,79%

331

IMPACTE ORÇAMENTAL DAS MEDIDAS NA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Descrição	PAF 2013	R. Dotações corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Despesas correntes					
Despesas com o pessoal	4.669.310,00	4.926.930,77	4.611.861,42	-57.448,58	-1%
Remunerações certas e permanentes	3.580.817,00	3.692.627,77	3.520.740,54	-60.076,46	-2%
Abonos variáveis ou eventuais	149.603,00	182.418,00	163.028,05	13.425,05	9%
Segurança social	938.890,00	1.051.885,00	928.092,83	-10.797,17	-1%
Aquisição de bens e serviços	6.172.822,47	6.622.608,00	5.892.944,10	-279.878,37	-5%
Aquisição de bens	1.703.616,01	1.674.930,00	1.446.071,13	-257.544,88	-15%
Aquisição de serviços	4.469.206,46	4.947.678,00	4.446.872,97	-22.333,49	0%
Juros e outros encargos	468.097,99	329.092,00	285.196,82	-182.901,17	-39%
Resultantes do PAEL	77.289,62	1.335,00	0,00	-77.289,62	-100%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	334.701,37	221.650,00	203.220,80	-131.480,57	-39%
Resultantes de endividamento de curto prazo	56.107,00	106.107,00	81.976,02	25.869,02	46%
Transferências correntes	199.355,00	306.755,00	288.233,85	88.878,85	45%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	42.500,00	42.113,33	42.113,33	
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	162.355,00	262.255,00	246.120,52	83.765,52	52%
Famílias	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	-100%
Outras	35.000,00	0,00	0,00	-35.000,00	-100%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	66.005,00	147.100,00	128.241,36	62.236,36	94%

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

Descrição	PAF 2013	R Dotações Corrigidas 31/12/2013	Execução 31/12/2013	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (valor)	Desvio do PAF Execução 31/12/2013 (%)
Despesas de capital					
Aquisição de bens de capital	11.196.991,63	11.517.105,00	8.232.969,21	-2.964.022,42	-26%
Investimentos	11.128.991,63	11.449.105,00	8.172.382,21	-2.956.609,42	-27%
Terrenos	115.910,00	115.910,00	115.905,09	-4,91	0%
Edificações	38.000,00	43.000,00	35.557,64	-2.442,36	-6%
Edifícios	1.980.940,52	2.120.032,00	1.289.206,56	-691.733,96	-35%
Construções diversas	8.640.481,28	8.754.323,00	6.423.177,81	-2.217.303,47	-26%
Outros	353.659,83	415.840,00	308.535,11	-45.124,72	-13%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público	68.000,00	68.000,00	60.587,00	-7.413,00	-11%
Transferências de capital	332.510,00	367.210,00	353.610,78	21.100,78	6%
Empresas públicas municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Freguesias	250.000,00	250.000,00	242.497,72	-7.502,28	-3%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	62.510,00	97.210,00	96.468,00	33.958,00	54%
Famílias	20.000,00	20.000,00	14.645,06	-5.354,94	-27%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	1.379.085,54	1.460.991,00	1.341.482,22	-37.603,32	-3%
Resultantes do PAEL	285.834,40	0,00	0,00	-285.834,40	-100%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.093.251,14	1.460.991,00	1.341.482,22	248.231,08	23%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total despesa	24.484.177,63	25.677.791,77	21.134.539,76	-3.949.637,87	-20,97%
Despesa corrente	11.575.590,46	12.332.485,77	11.206.477,55	-369.112,91	-4,47%
Despesa de capital	12.908.587,17	13.345.306,00	9.928.062,21	-2.980.524,96	-38,62%



 3333

Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF - 2013

	R 30-06-2013		R 31-10-2013		R 31-12-2013	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Aquisição de bens de capital	261	4	12	261	7.257.616,94	8.232.969,21
Transferências de capital	26	69	12	26	270.263,89	353.610,78
Activos financeiros	264	41	12	264	0,00	0,00
Passivos financeiros	26	23	12	23	1.004.840,57	1.341.482,22
Outras despesas de capital	26	23	12	23	0,00	0,00
Operações de Tesouraria			24	12	787.234,93	1.052.918,13
Total					12.533.319,78	22.187.457,89
Saldo da gerência anterior						
Execução Orçamental						
Operações de Tesouraria					712.055,77	712.055,77
Total					322.291,58	322.291,58
Variação de tesouraria					1.034.347,35	1.034.347,35
Saldo para a gerência seguinte					1.541.410,22	808.680,40
Execução Orçamental						
Operações de Tesouraria					2.237.935,57	1.508.385,56
Total					344.733,50	334.642,19
					2.102.686,42	1.843.027,75



 335

EVOLUÇÃO DO BALANÇO SINTÉTICO

Activo	R 30-06-2013	R 31-10-2013	R 31-12-2013
Activos Fixos			
Bens de domínio público	41.840.450,94	42.196.195,28	41.922.676,92
Imobilizações incorpóreas	108.635,23	108.635,23	79.825,23
Imobilizações corpóreas	16.441.508,56	18.930.221,45	18.811.392,63
Investimentos Financeiros	1.009.444,50	941.478,80	949.867,48
Activo Circulante			
Existências	445.143,91	745.151,63	234.150,78
Clientes, contribuintes e utentes	804.731,93	434.050,08	455.261,01
Provisões para cobranças duvidosas	-25.392,34	-25.392,34	-37.477,38
Estado e Outros Entes Públicos	30.304,92	52.768,82	50.808,35
Outros Devedores	91.121,46	91.121,46	90.000,00
Disponibilidades	2.102.686,42	2.575.757,57	1.843.027,75
Acréscimos e Diferimentos	21.007,13	21.802,09	93.584,32
Total	62.869.642,66	66.071.790,07	64.493.117,09
Total de Amortizações	11.306.935,01	10.868.591,85	12.675.362,95
Total do Activo	62.869.642,66	66.071.790,07	64.493.117,09






Município de Mangualde - Relatório de execução do PAEL/PAF e PSF – 2013

	R 30-06-2013	R 31-10-2013	R 31-12-2013
Fundos Próprios			
Património	20.853.690,74	20.869.400,74	20.880.474,90
Ajustamentos de Partes de Capital	11.000,00	11.000,00	11.000,00
Reservas	12.847.314,38	12.847.314,38	12.847.314,38
Subsídios	50.161,65	50.161,65	50.161,65
Doações	572.751,96	572.751,96	572.751,96
Resultados Transitados	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	2.261.513,57	5.636.889,69	5.033.667,31
Total dos Fundos Próprios	36.596.432,30	39.987.518,42	39.395.370,20
Passivo			
Dívidas a Terceiros M/L Prazo			
Dívidas a instituições de crédito (empréstimos não excepcionados)	12.811.851,69	13.586.770,34	13.264.545,71
Dívidas a instituições de crédito (empréstimos excepcionados)	905.319,96	870.225,75	792.654,65
Outros devedores e credores M/L Prazo	0,00	0,00	0,00
Dívidas a Terceiros Curto Prazo			
Dív. a terceiros (empréstimos)	0,00	0,00	0,00
Dív. a terceiros (Fornecedores c/c e em conferência)	1.571.425,56	821.083,70	706.320,14
Dív. a terceiros (Fornecedores Imob.)	507.043,71	305.376,23	257.919,28
Estado e Outros Entes Públicos	79.099,75	61.999,31	65.674,67
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00
Outros credores	616.864,79	593.950,78	403.871,24
Acréscimos e Diferimentos (excepto 2745 e 2749)	215.948,65	215.948,65	312.698,69
Acréscimos e Diferimentos (2745 e 2749)	9.565.656,25	9.628.916,89	9.294.062,51
Total do Passivo	26.273.210,36	26.084.271,65	25.097.746,89
Total dos Fundos Próprios e Passivo	62.869.642,66	66.071.790,07	64.493.117,09





 337